

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

*“Domicílios indígenas nos Censos Demográficos: classificação,
composição e interfaces com a saúde”*

por

Gerson Luiz Marinho

*Tese apresentada com vistas à obtenção do título de Doutor em Ciências
na área de Epidemiologia em Saúde Pública.*

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ventura Santos

Rio de Janeiro, abril de 2015.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

Esta tese, intitulada

*“Domicílios indígenas nos Censos Demográficos: classificação,
composição e interfaces com a saúde”*

apresentada por

Gerson Luiz Marinho

foi avaliada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Escobar

Prof.^a Dr.^a Luciene Aparecida Ferreira de Barros Longo

Prof. Dr. Joaquim Gonçalves Valente

Prof. Dr. James Robert Welch

Prof. Dr. Ricardo Ventura Santos – Orientador

Tese defendida e aprovada em 17 de abril de 2015.

Catálogo na fonte
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica
Biblioteca de Saúde Pública

M338d Marinho, Gerson Luiz
Domicílios indígenas no censo demográfico de 2010:
classificação, composição e interfaces com a saúde. /
Gerson Luiz Marinho. -- 2015.
iv,157 f. : tab. ; graf. ; mapas

Orientador: Ricardo Ventura Santos
Tese (Doutorado) – Escola Nacional de Saúde Pública
Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2015.

1. Demografia. 2. Censos. 3. Distribuição por Raça ou
Etnia. 4. População Indígena. 5. Indicadores Básicos de Saúde. 6.
Habitação. I. Título.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia em Saúde Pública: professores, funcionários e colegas da ENSP, onde estudo desde 2007. Aos pesquisadores da Fiocruz com os quais interagi mais diretamente na realização da tese: Carlos Coimbra Jr., James Welch, Margareth Portela, Marcelo Cunha, Oswaldo G. Cruz e Joaquim Valente. Aos colegas do Grupo de Estudos em Demografia Indígena (GEDI) da ENSP, sem os quais não seria possível o amadurecimento das análises e discussões descritas nesta tese: Thatiana Fávaro, Luciene Souza, Ludimila Raupp, Bárbara Cunha e Luciane Ouriques.

À Nilza Pereira e Luciene Longo, pesquisadoras do IBGE, pelo auxílio em diversas análises e esclarecimentos sobre questões relacionadas aos censos demográficos.

Ao Departamento de Enfermagem de Saúde Pública, da Escola de Enfermagem Anna Nery – UFRJ pelo apoio dos colegas no decorrer do curso de doutorado, em especial à Elisabete Paz. Aos demais colegas da Escola de Enfermagem que também acompanharam meu período de aperfeiçoamento.

Aos colegas que participaram do início de minha trajetória, que se iniciou na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Tanto no Departamento de Enfermagem, no tocante à formação em saúde pública, quanto ao Centro de Estudos em Saúde Indígena (CESIR), com minha inserção na saúde indígena, através do programa de iniciação científica. Em especial, um agradecimento à Ana Lúcia Escobar e Ari Ott.

Aos familiares, em especial meus pais, que a distância acompanham minha vida no Rio de Janeiro, e para os quais, além de agradecer o apoio, também dedico mais este importante trabalho. Aos amigos do Rio e de outros lugares, que também são minha “família”, ainda que viva em um “domicílio unipessoal”!

Sou especialmente grato à amizade e orientação do Dr. Ricardo Ventura Santos, pelo irrestrito apoio nos processos envolvidos ao longo de quase uma década de pós-graduação, no mestrado e doutorado, desde minha chegada ao Rio. Espero que tenhamos sempre momentos tão intensos de aprendizado e amadurecimento acadêmico!

RESUMO

Os censos nacionais são importantes instrumentos com vistas à caracterização de pessoas e domicílios, fornecendo subsídios para implementação de políticas públicas nas mais diversas áreas, incluindo saúde. Esta tese é composta por quatro textos inéditos que abordam questões ligadas ao tema dos domicílios indígenas nos censos nacionais (com foco no Censo Demográfico 2010) e suas interfaces com o campo da saúde. As principais fontes de dados foram os microdados da amostra do Censo Demográfico 2010 e tabulações referente ao “universo” obtidas a partir do Banco Multidimensional de Estatísticas (BME/IBGE). Os procedimentos de análise incluíram estatísticas descritivas e modelagem multivariada (regressão logística binária e multinomial). Os principais achados são os seguintes: 1) Em 2010, as maiores proporções de moradores indígenas residentes em domicílios classificados como “improvisados” ocorreram em áreas urbanas do Mato Grosso do Sul e do Rio Grande do Sul. Ao receberem tal classificação, os domicílios deixam de ser caracterizados quanto ao saneamento básico. Portanto, para o conjunto de indígenas analisados, a maioria Guarani Kaiowá (MS) e Kaingang (RS), não houve o levantamento de informações acerca de destino de lixo doméstico e dejetos, abastecimento de água potável, dentre outras; 2) Sobretudo na situação urbana, houve importante diminuição entre os censos de 2000 e 2010 quanto ao volume de pessoas autodeclaradas indígenas que residiam em domicílios nos quais todos os moradores também eram indígenas (“unicolor”). Ainda assim, comparativamente às outras categorias de cor ou raça, os indígenas apresentaram uma das menores proporções (41,7%) de pessoas residentes em domicílios “unicolores” em situação urbana em 2010. Também para situação urbana observou-se que aproximadamente um quarto dos indígenas residiam em domicílios cujos responsáveis não eram indígenas, em contraposição a baixíssima frequência (< 5%) em área rural; 3) A análise dos domicílios em situação urbana nos quais vivia pelo menos um indígena demonstrou marcantes diferenças nas características socioeconômicas dos responsáveis segundo cor ou raça. Quando a pessoa responsável era indígena (56,2%), houve maiores chances de apresentarem condições socioeconômicas menos favoráveis. Uma possível explicação é que essas pessoas preferiram optar por outras categorias, predominantemente “parda”, em detrimento à identidade “indígena”; 4) A partir da investigação dos arranjos formados por pais, mães e filhos(as), sendo pelo menos um deles indígena, evidenciou-se a estreita associação entre a cor ou raça dos filhos(as) e, sobretudo, das mães. Além disso, os padrões de associação entre a cor ou raça dos filhos(as) e variáveis socioeconômicas de pais, filhos e domicílios se mostraram distintos segundo contextos urbano e rural. Sobretudo na situação urbana, houve chances maiores dos filhos serem indígenas quando estavam em domicílios com menores níveis de rendimento mensal e com maior número de pessoas. Argumenta-se que, ao abordar temas relativos à classificação e composição dos domicílios indígenas, a presente tese traz reflexões que problematizam aspectos relativos à geração de indicadores sociodemográficos, incluindo os de saúde, a partir de dados censitários.

Palavras-chaves: Demografia; Censo Demográfico; Distribuição por Raça ou Etnia; População Indígena; Indicadores de Saúde.

ABSTRACT

National censuses are important instruments for characterizing people and households, providing support for public policy implementation in diverse areas, including health. This thesis is comprised of four unpublished texts addressing questions related to indigenous households in national censuses (focusing on the 2010 Brazilian National Census) and their interfaces with the field of health. The principle sources of data were sample microdata from the 2010 National Census and tabulations based on the population “universe” from the same census, obtained from the Statistical Multidimensional Bank (BME/IBGE). Analytical procedures included descriptive statistics and multivariate modeling (binary and multinomial logistic regression). Principal findings include the following: 1) In 2010, larger proportions of Indigenous residents in households classified as “improvised” occurred in urban areas in Mato Grosso do Sul (MS) and Rio Grande do Sul (RS) states. Having received this classification, these households were not characterized with regard to basic sanitation. Therefore, for the set of Indigenous people analyzed, the majority of which belonged to the ethnic groups Guarani Kaiowá (MS) and Kaingang (RS), there was no information obtained for trash and waste disposal, drinking water sources, among other topics; 2) Particularly in urban areas, an important reduction was observed between the 2000 and 2010 censuses in the number of people who self-declared Indigenous who resided in households in which all residents also were Indigenous (“unicolor”). Even so, compared to other color or race categories, Indigenous people presented one the smallest proportions (41.7%) of individuals residing in urban “unicolor” households in 2010. Also in urban areas, it was observed that approximately one fourth of Indigenous people lived in households whose heads of household were not Indigenous, which contrasts with a much lower frequency (< 5%) in rural areas; 3) Analysis of urban households with at least one Indigenous resident revealed large differences in socioeconomic characteristics of heads of household according to color or race. When the head of household was Indigenous (56.2%), there were greater chances of presenting less favorable socioeconomic conditions. A possible explanation is that these people preferred to be identified according to other categories, such as “brown” (*pardo*), rather than Indigenous. 4) Based on analysis of configurations of parents, mothers, and children combinations with at least one member being indigenous, a strict association was observed between color or race of children and, in particular, of mothers. Additionally, patterns of association between the color or race of children and the socioeconomic characteristics of parents, children, and households were distinct between urban and rural regions. Especially in urban regions, the chances of children being Indigenous were greater when living in households with lower monthly incomes and greater number of household residents. It is argued that by addressing topics related to classification and composition of indigenous households, the reflections in this thesis problematize aspects related to generating socioeconomic indicators, including health indicators, based on census data.

Keywords: Demography; Demographic Census; Distribution by Race or Color; Indigenous Population; Health Indicators.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| LISTA DE TABELAS..... | I |
| LISTA DE FIGURAS | III |
| APRESENTAÇÃO..... | 1 |
| INTRODUÇÃO | 6 |
| DOMICÍLIOS NOS CENSOS DEMOGRÁFICOS..... | 6 |
| OS INDÍGENAS NOS CENSOS DEMOGRÁFICOS | 12 |
| CONDIÇÕES DE VIDA E SAÚDE EM DOMICÍLIOS ONDE RESIDEM INDÍGENAS | 15 |
| PADRÕES DE CORRESIDÊNCIA E ARRANJOS ENTRE OS MORADORES DE DOMICÍLIOS ONDE RESIDEM INDÍGENAS..... | 22 |
| 1. INDÍGENAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES IMPROVISADOS: RESULTADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO 2010..... | 26 |
| 1.1. INTRODUÇÃO | 27 |
| 1.2. METODOLOGIA | 29 |
| 1.3. RESULTADOS..... | 31 |
| 1.4. DISCUSSÃO | 34 |
| 1.5. COMENTÁRIOS FINAIS..... | 38 |
| 2. COMPOSIÇÃO DOMICILIAR SEGUNDO COR OU RAÇA NOS CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 2000 E 2010, COM FOCO NOS AUTODECLARADOS INDÍGENAS' | 49 |
| 2.1. INTRODUÇÃO..... | 50 |
| 2.2. METODOLOGIA | 52 |
| 2.3. RESULTADOS..... | 54 |
| 2.4. DISCUSSÃO | 57 |
| 2.5. COMENTÁRIOS FINAIS..... | 62 |
| 3. CARACTERÍSTICAS DOS RESPONSÁVEIS PELOS DOMICÍLIOS URBANOS COM MORADORES INDÍGENAS A PARTIR DO CENSO DEMOGRÁFICO 2010 | 74 |
| 3.1. INTRODUÇÃO | 75 |
| 3.2. METODOLOGIA | 77 |
| 3.3. RESULTADOS | 79 |
| 3.4. DISCUSSÃO | 81 |
| 3.5. COMENTÁRIOS FINAIS..... | 87 |
| 4. FILHOS INDÍGENAS NO CENSO DEMOGRÁFICO 2010: CARACTERÍSTICAS RELACIONADAS À AUTODECLARAÇÃO DE COR OU RAÇA DOS FILHOS EM ARRANJOS DOMICILIARES COM PELO MENOS UM INDÍGENA | 95 |
| 4.1. INTRODUÇÃO..... | 96 |
| 4.2. METODOLOGIA..... | 97 |
| 4.3. RESULTADOS..... | 101 |
| 4.4. DISCUSSÃO..... | 104 |
| 4.5. COMENTÁRIOS FINAIS | 109 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 122 |
| 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 128 |
| ANEXOS | 138 |
| INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 138 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1.1 - Frequências (absolutas e relativas) de pessoas e de responsáveis residentes em domicílios improvisados de acordo com as categorias de cor ou raça, segundo situação de domicílio. Brasil, 2010..... | 41 |
| Tabela 1.2 - Condição de alfabetização e rendimento domiciliar per capita de indígenas residentes em domicílios particulares improvisados e particulares permanentes de acordo com situação e localização em terra indígena. Brasil, 2010..... | 43 |
| Tabela 1.3 - Frequência de indígenas residentes em domicílios particulares improvisados nas macrorregiões e Unidades da Federação segundo situação de domicílio. Brasil, 2010. | 44 |
| Tabela 1.4 - Frequência de indígenas residentes em domicílios particulares improvisados nas macrorregiões e Unidades da Federação segundo situação de domicílio. Brasil, 2010. | 45 |
| Tabela 2.1 - Frequências de pessoas de acordo com arranjos das categorias de cor ou raça nos domicílios, segundo macrorregiões e situação de domicílio. Brasil, 2000. | 63 |
| Tabela 2.2 - Frequências de pessoas de acordo com arranjos das categorias de cor ou raça nos domicílios, segundo macrorregiões e situação de domicílio. Brasil, 2010. | 64 |
| Tabela 2.3 – Frequências de pessoas de acordo com arranjos formados pelo número de cores e raças presentes nos domicílios, segundo categorias de cor ou raça e situação de domicílio. Brasil, 2000..... | 65 |
| Tabela 2.4 – Frequências de pessoas de acordo com arranjos formados pelo número de cores e raças presentes nos domicílios, segundo categorias de cor ou raça e situação de domicílio. Brasil, 2010..... | 66 |
| Tabela 2.5 – Frequências de pessoas residentes em arranjos nos quais todos os moradores pertenciam à mesma categoria de cor ou raça (unicolores), segundo macrorregiões e situação de domicílio. Brasil, 2010..... | 67 |
| Tabela 2.6 – Frequências de residentes pertencentes à mesma categoria de cor ou raça do responsável pelo domicílio de acordo com cor ou raça, segundo macrorregiões e situação de domicílio. Brasil, 2010..... | 68 |
| Tabela 2.7 – Frequências absolutas de domicílios com presença de indígenas de acordo com responsável indígena, metade dos moradores indígenas e ao menos um morador indígena, segundo macrorregiões. Brasil, 2010..... | 69 |
| Tabela 3.1 – Descrição das variáveis selecionadas para modelo explicativo multinomial da cor ou raça dos responsáveis em domicílios com ao menos um indígena em área urbana. Brasil, 2010..... | 91 |

| | |
|---|-----|
| Tabela 3.2 – Razões de chances (OR) estimadas através de modelo multinomial no estudo da cor ou raça dos responsáveis de domicílios que possuíam ao menos um morador indígena em área urbana (N = 173.669). Brasil, 2010..... | 93 |
| Tabela 4.1 - Combinações entre pais, mães e filhos (tríades), sendo ao menos um deles de cor ou raça indígena, segundo situação de domicílio. Brasil, 2010..... | 110 |
| Tabela 4.2 - Distribuição das tríades (pais, mães e filhos/as) com pelo menos um indígena segundo macrorregiões e situação de domicílio. Brasil, 2010..... | 111 |
| Tabela 4.3 - Distribuição de filhos indígenas (N = 268.203) de acordo com a cor ou raça dos pais e mães, segundo situação de domicílio. Brasil, 2010..... | 112 |
| Tabela 4.4 - Distribuição de filhos não indígenas (N = 98.014) de acordo com a cor ou raça dos pais e mães, segundo situação de domicílio. Brasil, 2010..... | 114 |
| Tabela 4.5 - Descrição das variáveis selecionadas para modelos de regressão logística explicativos da cor ou raça atribuída aos filhos(as) nas tríades (pais, mães e filhos/as) com pelo menos um indígena, segundo situação de domicílio. Brasil, 2010..... | 118 |
| Tabela 4.6 - Razões de chances (OR) estimadas através de modelos de regressão logística no estudo da cor ou raça atribuída aos filhos(as) das tríades (pais, mães e filhos/as) com pelo menos um indígena, segundo situação de domicílio (N urbano = 14.433 e N rural = 34.424)..... | 120 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figuras 1.1 – Pirâmides etárias de indígenas residentes em domicílios improvisados urbanos (1.1.a); domicílios improvisados rurais (1.1.b); domicílios permanentes urbanos (1.1.c); domicílios permanentes rurais (1.1.d); total (improvisados e permanentes) urbano (1.1.e) e total (improvisados e permanentes) rural (1.1.f). Brasil, 2010..... | 42 |
| Figura 1.2 - Frequências relativas (%) de pessoas autodeclaradas indígenas que residiam em domicílios improvisados segundo localização em terras indígenas de Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, 2010..... | 46 |
| Figura 1.3 - Frequência de moradores indígenas em domicílios permanentes improvisados, em relação ao total de indígenas nos municípios. Mato Grosso do Sul, 2010..... | 47 |
| Figura 1.4 - Frequência de moradores indígenas em domicílios permanentes improvisados, em relação ao total de indígenas nos municípios. Rio Grande do Sul, 2010. | 48 |
| Figura 2.1 - Razões entre as porcentagens de moradores de acordo com arranjos domiciliares unicolores, bicolores e tri-quinticolores, segundo situação urbana. Brasil, 2000 e 2010. | 70 |
| Figura 2.2 - Razões entre as porcentagens de moradores de acordo com arranjos domiciliares unicolores, bicolores e tri-quinticolores, segundo situação rural. Brasil, 2000 e 2010. | 71 |
| Figura 2.3 - Razões entre as frequências absolutas de domicílios com metade de moradores indígenas e ao menos um morador indígena e de domicílios cujos responsáveis eram indígenas, de acordo com macrorregiões, segundo situação urbana. Brasil, 2010. | 72 |
| Figura 2.4 - Razões entre as frequências absolutas de domicílios com metade de moradores indígenas e ao menos um morador indígena e de domicílios cujos responsáveis eram indígenas, de acordo com macrorregiões, segundo situação rural. Brasil, 2010. | 73 |
| Figura 3.1 – Frequência de arranjos do número de cores/raças segundo categorias de cor ou raça dos responsáveis pelos domicílios em área urbana, com pelo menos um indígena (N = 173.699 domicílios). Brasil, 2010..... | 89 |
| Figura 3.2 – Percentual de cor ou raça dos responsáveis por domicílios em situação urbana com pelo menos um indígena de acordo com macrorregiões (N = 173.699). Brasil, 2010..... | 90 |
| Figura 4.1 – Frequência de filhos não indígenas (N = 98.014) segundo categorias de cor ou raça (branca, preta, amarela e parda) de acordo com situação de domicílio. Brasil, 2010..... | 113 |

| | |
|---|-----|
| Figura 4.2 – Cor ou raça dos filhos para a tríade (pai, mãe e filho) quando pelo menos um deles era indígena (N = 366.272). Brasil, 2010..... | 115 |
| Figura 4.3 – Cor ou raça dos filhos para a tríade (pai, mãe e filho) quando pelo menos um deles era indígena na situação urbana. Brasil, 2010..... | 116 |
| Figura 4.4 – Cor ou raça dos filhos para a tríade (pai, mãe e filho) quando pelo menos um deles era indígena na situação rural. Brasil, 2010..... | 117 |
| Figura I.1. Erro padrão e estimativa do coeficiente de variação (CV) aproximados para alguns tamanhos de estimativas de características de pessoas e domicílios – Brasil, Censo Demográfico, 2010..... | 141 |
| Figura I.2. Página eletrônica do IBGE com os microdados do Censo Demográfico 2010, organizados em diretórios para as Unidades da Federação..... | 143 |
| Figura I.3. Layout da página do BME com os microdados agregados do Censo Demográfico 2010, destacando diretório que apresenta as etnias indígenas..... | 144 |
| Figura I.4. Terras indígenas no Brasil de acordo com situação fundiária (N = 425). 2015..... | 145 |

APRESENTAÇÃO

Os censos nacionais são importantes instrumentos com vistas à caracterização de pessoas e domicílios, fornecendo subsídios para implementação de políticas públicas nas mais diversas áreas, tais como saúde, educação, habitação etc. Além disso, em alguns países, são fontes que levantam dados sobre pertencimento étnico-racial, fornecendo informações utilizadas na avaliação das condições de vida de segmentos específicos da população. Tais informações, analisadas em perspectiva diacrônica, precisam ser compreendidas à luz dos contextos sociopolíticos que influenciam a expressão de identidades coletivas reveladas através dos dados censitários (Kertzer & Arel 2002; UN 2008; Axelsson & Sköld 2011). Ao caracterizar as dimensões investigadas (pessoas, domicílios, famílias etc), as categorias censitárias ganham legitimidade, uma vez que não somente se baseiam em processos de quantificação, como também derivam de pesquisas concebidas para serem representativas em âmbito nacional.

Em suas recomendações, agências internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) vem reiteradamente propondo que os censos nacionais incluam a coleta de dados referentes a pertencimento étnico-racial (UN 2008; OIT 2011). A identificação de segmentos populacionais socioculturalmente diferenciados nos levantamentos oficiais tem importância crescente no contexto de políticas equitativas implementadas para grupos minoritários. Para que tais políticas sejam viáveis, as agências acima citadas tem recomendado a coleta, sistematização e interpretação de dados sócio-demográficos para povos indígenas nas diversas partes do mundo (Barr 2008; UN 2008; Simon & Piché 2012).

No âmbito internacional, há um crescente conjunto de reflexões que exploram questões ligadas ao desafio de quantificar, através dos levantamentos populacionais, constructos relacionados a padrões culturais e linguísticos, convertendo-os em dados demográficos (Kertzer & Arel 2002; Del Popolo 2008; Morning 2008; Booth 2010; Axelsson & Sköld 2011; Simon & Piché 2012; Loveman 2014). No estudo de temas relacionados à demografia indígena, o que se apresenta como particularmente

desafiador é, conforme apontaram Kertzer & Arel (2002) na Introdução da influente coletânea “*Census and Identity: The Complex Relation between Identity and Statistics*”:

Censuses are (...) generally viewed as matters of bureaucratic routine, somewhat unpleasant necessities of the modern age, a kind of national counting. Yet (...) the census does much more than simply reflect social reality; rather, it plays a key role in the construction of that reality (Kertzer & Arel 2002: 2).

Nessa mesma vertente histórico-sociológica, mas voltada especificamente para a América Latina, Loveman (2014) argumenta que os sistemas de classificação etnoracial implementados pelos censos estão não somente ligadas aos padrões de produção dos conhecimentos científicos sobre diversidade sociocultural e biológica humana, como também estreitamente vinculados aos projetos de construção dos Estados-Nação.

No Brasil, nas duas últimas décadas, dados sobre indígenas produzidos a partir dos censos e outras pesquisas populacionais conduzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) se tornaram centrais na geração das mais diversas estatísticas sobre esse segmento populacional, incluindo número de etnias e de línguas faladas, distribuição espacial, entre outros (IBGE 2005; IBGE 2012a). Também são fundamentais na produção de estatísticas em saúde que consideram recortes étnico-raciais, já que constituem os denominadores para cálculo de indicadores epidemiológicos (Chor 2005; Chor & Lima 2005).

Até o censo realizado no ano 2000 a pergunta sobre cor ou raça era aplicada no questionário da amostra de domicílios, que contempla um conjunto de perguntas mais detalhadas sobre trabalho e rendimentos, níveis educacionais, migração, deficiências etc (ver detalhes adicionais da amostragem no Anexo I). No Censo Demográfico 2010 houve uma importante ampliação de quesitos voltados para o segmento indígena. Um deles foi a migração da pergunta sobre cor ou raça para o questionário básico (aplicado ao universo de domicílios), sendo acompanhada pela possibilidade de pessoas residentes em terras indígenas que não se identificaram como indígenas, responderem de maneira dicotômica à pergunta: “Você se considera indígena?”. Além disso, foram incluídas perguntas adicionais para caracterizar as pessoas que se autodeclararam indígenas a respeito de pertencimento étnico e língua falada, bem como sobre os domicílios onde residiam. Caso localizado em terra indígena, o domicílio também podia ser classificado como “oca ou maloca” em resposta à variável “Tipo de domicílio” (IBGE 2013: 277).

Apesar desses significativos avanços, de modo geral, um conjunto substancial de variáveis, relacionadas a temas como trabalho, religião, deficiências, etc, não foi implementado através de recortes que levassem em consideração as especificidades de um segmento sócio-culturalmente diferenciado, como o indígena. O mesmo se aplica para a definição e classificação de domicílios, incluindo as relações entre as pessoas que habitam o mesmo domicílio e tem laços de parentesco entre si.

Azevedo (2006) apresentou reflexões sobre as categorias referentes aos indígenas nos recentes censos realizados no Brasil, sinalizando para as limitações no tocante à captação de padrões de diversidade sociocultural, indígena e não indígena. Cita como exemplo a questão dos arranjos domiciliares, cujas categorias censitárias não contemplam especificidades presentes na organização social de grande parte do segmento populacional categorizado como indígena. Conforme apontado pela autora, as famílias indígenas são compostas por “intrincados sistemas de parentesco e casamentos” (Azevedo 2006: 58), que se conectam através de lógicas próprias de organização dos espaços de moradia (ver também Melatti 2007 e Viveiros de Castro 1995). Em larga medida, essas características não são perceptíveis através dos dados censitários devido às categorias de classificação dos domicílios e às formas de captação das relações de parentesco no espaço intradomicílio.

Refletindo um enfoque central para as ciências sociais desde longa data, autores como Pacheco de Oliveira (2012) e Menezes (2013) argumentaram recentemente que as informações reveladas pelos censos acerca dos indígenas precisam ser compreendidas à luz de contextos específicos. O que não significa que os dados devam ser vistos como “fictícios” ou “inadequados”. A cada nova edição, os censos expressam diferentes formas de conceber os indígenas no Brasil, “refletindo projetos políticos que traduzem demandas atreladas a temporalidades distintas” (Pacheco de Oliveira, 2012: 1082). Para Menezes (2013: 331), os censos “tem funcionado como uma espécie de espelho da nação, em que nos miramos a cada década, para ver se (ainda) nos reconhecemos”.

No Brasil contemporâneo, as estatísticas censitárias tem se tornado cada vez mais centrais no delineamento das características sócio-demográficas do segmento indígena. Como sinalizado acima, é fundamental que tais dados sejam analisados através de um contínuo escrutínio, tanto das ciências sociais quanto de outras áreas do conhecimento, com vistas a dar sentidos e interpretações aos padrões de

sociodiversidade indígena que emergem a partir dos dados censitários. Tal como enfatizado por Kertzer & Arel (2002: 2), as informações presentes nos censos são capazes não somente de refletir realidades, mas também de produzi-las.

Esta tese é composta por quatro textos apresentados na forma de artigos (não publicados) que abordam questões ligadas ao tema dos domicílios indígenas nos censos nacionais (com foco no censo de 2010) e suas interfaces com o campo da saúde. Os artigos são precedidos de uma “Introdução” e seguidos por “Considerações Finais” que buscam articular os conteúdos dos diversos níveis de análise.

O Artigo 1 (*Indígenas residentes em domicílios particulares improvisados: resultados do Censo Demográfico 2010*) analisa a presença de indígenas residentes em domicílios classificados como particular improvisados. As proporções de pessoas autodeclaradas indígenas que residiam em domicílios particulares improvisados são apresentadas de acordo com macrorregião e Unidades da Federação. Também são investigadas as declarações de pertencimento étnico específico, considerando se os domicílios estavam localizados em terra indígena ou não. Um eixo central é refletir criticamente acerca da categoria censitária domicílio particular improvisado, discutindo alcances e limites dessa classificação na compreensão das especificidades sócio demográficas dos indígenas.

O Artigo 2 (*Composição domiciliar segundo cor ou raça nos Censos Demográficos de 2000 e 2010, com foco nos autodeclarados indígenas*) descreve padrões de coresidência entre moradores de todos os domicílios brasileiros, segundo a variável cor ou raça. São descritos padrões de uniformidade nas declarações, ou seja, o domicílio foi chamado “unicolor” quando todas as pessoas que nele habitavam eram da mesma categoria de cor ou raça. Também são analisados padrões de concordância da cor ou raça declarada por pessoas responsáveis com a dos demais moradores segundo macrorregiões e situação dos domicílios (urbano e rural). Com foco nos indígenas, discutem-se padrões convencionais utilizados na criação de indicadores sócio demográficos, tal qual o que atribui a cor ou raça do responsável aos demais moradores.

O Artigo 3 (*Características dos responsáveis pelos domicílios urbanos com moradores indígenas a partir do Censo Demográfico 2010*) aprofunda aspectos identificados no texto anterior. Busca-se compreender os perfis demográfico e socioeconômico dos responsáveis pelos domicílios em áreas urbanas segundo cor ou raça. Especificamente, foram selecionados os domicílios com pelo menos um morador indígena. Os dados foram analisados através de regressão logística multinomial com vistas a gerar reflexões acerca das condições socioeconômicas que diferenciam responsáveis indígenas das demais categorias de cor ou raça.

O Artigo 4 (*Filhos ‘Indígenas’ no Censo Demográfico 2010: Características relacionadas à autodeclaração de cor ou raça dos filhos em arranjos domiciliares com pelo menos um indígena*) analisa as probabilidades de autodeclaração de filhos indígenas relacionadas à cor ou raça declarada pelos pais. Os resultados gerados a partir de regressão logística informam sobre a influência de características socioeconômicas dos pais envolvidas na determinação da cor ou raça dos filhos. As análises indicaram que quanto melhores as condições socioeconômicas, maiores foram as chances dos filhos serem classificados como brancos ou pardos.

Na leitura que se segue, é importante sinalizar que, de modo a tornar o texto mais direto, optou-se por minimizar o uso de aspas ou com outra forma de particularização de significado para termos relacionados às categorias de cor ou raça (branca, preta, amarela, parda e indígena). Deve ser ressaltado, contudo, que se parte da perspectiva de que uma palavra como “indígena” é polissêmica, podendo ter diferentes interpretações nos campos da demografia e saúde (muitas vezes atrelada à dimensão de cor ou raça) e da antropologia (em geral utilizada na perspectiva de povo indígena, com ênfase sociocultural), entre outros. Da mesma forma, optou-se por não grifar com aspas expressões utilizadas nos censos, como “domicílio particular permanente”, “particular improvisado” e “coletivo”; “dependência doméstica”; “unidade doméstica”; “normas de convivência”; “família”; “responsável pelo domicílio”, dentre outras. Reconhece-se que tais expressões não tem um significado “universal”, precisando ser empregadas de forma crítica e com cautela para contextos socioculturalmente diferenciados, como é o caso dos povos indígenas. Nas ocasiões nas quais tais expressões, assim como aquelas relacionadas às categorias de cor ou raça, aparecem grifadas, o intuito foi de enfatizar questões particulares ligadas à definição e usos no âmbito dos censos.

INTRODUÇÃO

Os aspectos apresentados a seguir dizem respeito à presença de indígenas nos censos demográficos, enfatizando categorias relacionadas a domicílios e relações entre moradores. O ponto inicial se refere à centralidade dos domicílios em coletas de dados censitários, pois o conceito de domicílio está diretamente relacionado à derivação de outros constructos que caracterizam as relações entre os moradores, tais como: relação com a pessoa responsável pelo domicílio, unidade doméstica e família.

Nesse contexto, interessa-nos compreender como essas dimensões se apresentaram em relação aos autodeclarados indígenas, uma das categorias da variável cor ou raça, presente nos censos brasileiros desde 1991. Desde então, apresentam nuances particulares que vão desde um crescimento populacional no censo de 2000, até um significativo número de etnias referidas no censo de 2010. Tais características, apresentadas pelas duas últimas operações censitárias vem surpreendendo demógrafos, antropólogos e demais estudiosos da área ao revelarem dinâmicas demográficas particulares.

Consideradas em conjunto, dimensões acerca de “domicílios” e pessoas “indígenas” possibilitam a geração de informações que irão compor as características oficiais da população indígena do país, a partir dos registros dos censos realizados pelo IBGE. Uma compreensão mais aprofundada desses constructos é de fundamental importância para qualificação de informações potencialmente capazes de delinear políticas públicas específicas, inclusive no campo da saúde.

DOMICÍLIOS NOS CENSOS DEMOGRÁFICOS

Os censos demográficos são levantamentos minuciosos de todos os domicílios de um país, cujo objetivo principal é coletar informações sobre as características relacionadas aos domicílios e indivíduos habitantes de um determinado território (IBGE 2010). Os dados coletados nos censos compõem a principal fonte de informações sobre as particularidades de uma população. Espera-se que as informações coletadas sirvam

como base para elaboração e direcionamento de políticas públicas e tomadas de decisões de um país (IBGE 2013; UN 2008).

Os domicílios são unidades centrais para operacionalização da coleta de informações populacionais. As diferentes maneiras de compreensão do espaço limitado para convivência entre as pessoas, aliadas às mudanças ocasionadas pela transição demográfica, tornam restritas as comparações entre censos realizados em diferentes períodos. No entanto, permanecem os mesmos princípios para coleta de dados referentes aos domicílios nas operações censitárias, quais sejam, delimitação do espaço físico e “normas de convivência” entre os moradores (Bercovich & Pereira 1999; Alves & Cavenaghi 2004; UN 2008; Booth 2010; Cavenaghi 2010; Cavenaghi & Alves 2011; Alves & Cavenaghi 2012).

Comparando informações dos dois últimos recenseamentos (2000 e 2010), Alves & Cavenaghi (2012) indicaram importantes mudanças a respeito dos domicílios brasileiros. Segundo os autores, o número de domicílios com cinco ou mais cômodos aumentou, enquanto o número médio de moradores diminuiu. Ao mesmo tempo, as famílias que vivem no mesmo domicílio ficaram menores e houve aumento da diversidade (tipologia) dos arranjos intradomiciliares, evidenciado pelo aumento no número de categorias da variável “relação com o responsável” que passaram de 12, em 2000, para 20 categorias em 2010 (Alves & Cavenaghi 2012; IBGE 2013). Enfatizam que análises conduzidas a partir de dados censitários devem informar a respeito dos conceitos e das mudanças ocorridas nas operações censitárias, especialmente quando são feitas comparações entre períodos diferentes (Cavenaghi 2010; Cavenaghi & Alves 2011; Alves & Cavenaghi 2012).

Nas publicações oficiais que divulgam resultados dos censos demográficos, é comum o emprego de termos como domicílio, unidade domiciliar e unidade doméstica. Na perspectiva censitária, a definição de “domicílio” se dá a partir de questões ligadas à “separação” e “independência”. No caso do Censo Demográfico 2010, domicílios foram definidos como:

o local estruturalmente separado e independente que, na data de referência, destinava-se a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que estava sendo utilizado como tal. Os critérios essenciais para definir a existência de mais de um domicílio em uma mesma propriedade ou terreno são os de separação e independência, que devem ser atendidos simultaneamente. Entende-se por separação quando o local de habitação for limitado por paredes, muros ou cercas e coberto por

um teto, permitindo a uma ou mais pessoas, que nele habitam, isolar-se das demais, com a finalidade de dormir, preparar e/ou consumir seus alimentos e proteger-se do meio ambiente, arcando, total ou parcialmente, com suas despesas de alimentação ou moradia. Por independência, entende-se quando o local de habitação tem acesso direto, permitindo a seus moradores entrar e sair sem necessidade de passar por locais de moradia de outras pessoas (IBGE 2013: 308).

A contar do primeiro censo, realizado em 1872 (ainda durante o regime monárquico), foram realizados outros onze recenseamentos, em geral com periodicidade decenal, à exceção das décadas de 1880, 1910, 1930 e 1991. Até o fim da primeira metade do século XX, a principal preocupação era contar e caracterizar as pessoas, com relativamente pouca ênfase nos domicílios. Foi no censo de 1940 que dados referentes aos domicílios começaram a ser coletados, sendo que características físicas, necessárias na avaliação a respeito da adequação das moradias foram incluídas somente a partir da operação censitária realizada em 1970. Desde então, a categoria de domicílio ganhou crescente ênfase nas metodologias censitárias, no sentido de caracterizar as unidades habitacionais e as condições de vida das pessoas que nelas residem (Cavenaghi 2010). A aplicação de conceitos para as relações que as pessoas apresentam no mesmo domicílio (normas de convivência) são atreladas ao conceito de “família”, definindo o espaço para convivência como uma “unidade doméstica”. Deste conceito derivam indicadores relativos à adequação das moradias, arranjos domiciliares, dentre outros (Cavenaghi 2010; UN 2008).

As operações censitárias realizadas no Brasil classificam os domicílios segundo a espécie, assumindo as categorias particulares ou coletivos. Para o IBGE (2013: 309), “particular é aquele em que o relacionamento entre seus ocupantes é ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência”. Coletivo é aquele “ocupado por grupo convivente e/ou família, no qual a relação entre os moradores se restringe à subordinação de ordem administrativa e ao cumprimento de normas de convivência”. Segundo a natureza, os domicílios particulares podem ser classificados em “permanentes” ou “improvisados” (IBGE 2013: 309).

O domicílio classificado como “particular permanente” é aquele:

que foi construído a fim de servir exclusivamente para habitação e, na data de referência, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas. Os apartamentos em edifícios ou apart-hotéis e as habitações em cortiço, casa de cômodos, cabeças de porco, etc., devem ser considerados como domicílios particulares permanentes (IBGE 2013: 310).

Enquanto que o domicílio “particular improvisado” é caracterizado como:

localizado em uma edificação que não tivesse dependências destinadas exclusivamente à moradia (por exemplo, dentro de um bar), como também os locais inadequados para habitação e que, na data de referência, estavam ocupados por moradores e onde foi realizada a entrevista. As edificações abandonadas, sem finalidade de moradia, que foram invadidas e ocupadas por moradores, bem como o prédio em construção, a tenda, a barraca, o vagão, o trailer, a gruta, a cocheira, o paiol etc., que estavam servindo de moradia na data de referência, também foram considerados como domicílios particulares improvisados, desde que a entrevista tenha sido realizada (IBGE 2013: 311).

As categorias descritas acima servem para qualificar os domicílios, definindo critérios para decisão se o domicílio é elegível para aplicação das perguntas dos censos, especialmente se poderão ser incluídos nos procedimentos de amostragem¹. Portanto, devido ao caráter considerado como “provisório e inadequado” das habitações classificadas como “particular improvisado” ou “coletivo”, os censos somente coletam para tais unidades dados presentes no questionário básico (IBGE 2013). Convém informar que é o recenseador, a partir do treinamento recebido, quem irá decidir no momento da entrevista se o domicílio se enquadra nos princípios listados acima e se respondem aos padrões de adequabilidade propostos pelo IBGE.

Para serem considerados “adequados” ou “habitáveis”, os domicílios devem apresentar requisitos mínimos de construção e conservação. Esses critérios têm evidenciado que persistem indicadores demonstrativos de um cenário de desigualdades no modo de habitar em diferentes contextos da América Latina, em particular no Brasil (Alves & Cavenaghi 2004; Cavenaghi & Alves 2011; IBGE 2011a; IBGE 2011b). O documento de divulgação dos resultados da amostra de domicílios e famílias do Censo Demográfico de 2010 informa sobre mudanças na análise de adequação dos domicílios brasileiros, em relação ao censo de 2000 (IBGE 2012b).

Diferente do ocorrido no penúltimo censo (2000), as análises a respeito do constructo “qualidade de vida”, como, por exemplo, a variável categórica “adequação da moradia”, devem ser entendidas através da qualificação de “unidades domiciliares” (IBGE 2012b). A definição para esta unidade de análise foi a seguinte: “A *unidade domiciliar* é o domicílio particular ou a unidade de habitação em domicílio coletivo”

¹ O Anexo I apresenta informações adicionais sobre procedimentos metodológicos e descreve os critérios utilizados pelo IBGE na definição da amostra de domicílios entrevistados pelos censos.

(IBGE 2012b: 25 – grifo meu). A variável possui três categorias, e por definição foram consideradas “adequadas”, as unidades domiciliares que possuíam:

(...) até dois moradores por dormitório, abastecimento de água por rede geral de distribuição; esgotamento sanitário por rede geral de esgoto ou pluvial, ou por fossa séptica; e lixo coletado diretamente por serviço de limpeza ou em caçamba de serviço de limpeza (IBGE 2012b: 34).

A categoria “semiadequada” leva em consideração a presença de uma, duas ou três das condições descritas acima, enquanto que se aplica a categoria “inadequada” quando não são identificadas quaisquer uma delas (IBGE 2012: 34). Ocorre que, também por definição, somente são coletadas informações sobre disponibilidade de serviços públicos, como saneamento básico e perfil socioeconômico, para os domicílios particulares permanentes incluídos na amostra (IBGE 2013). Assim, ficam de fora dos numeradores para a quantificação da “adequação de moradia” aqueles domicílios classificados como “particulares improvisados” e “coletivos”.

Analisando dados dos últimos censos, Cavenaghi (2010) referiu que a população brasileira cresceu 12,5% entre 2000 e 2010, enquanto que para o mesmo período o número total de domicílios dobrou (24,5%). Ainda nesse período, houve um acréscimo de 26% no número de domicílios particulares permanentes ocupados e o número de domicílios fechados cresceu 70%, com destaque para o número dos domicílios de uso ocasional, que aumentaram 46% entre 2000 e 2010. A quantificação de domicílios é importante para o diagnóstico de disponibilidade de moradias, bem como seus perfis de adequação ao propósito de habitação. A partir de dados da última Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD/2012), a Fundação João Pinheiro divulgou documento que analisa o déficit habitacional no Brasil (Fundação João Pinheiro 2013). Foram considerados, além dos domicílios classificados como “particulares improvisados”, aqueles classificados como “domicílios rústicos” (cujas paredes externas são predominantemente de taipa não revestida, madeira aproveitada, palha ou sem parede). O conceito de “déficit habitacional” apresentado pela Fundação considera que a inadequação dos domicílios pode ocorrer devido à carência de infraestrutura (luz, água, esgoto e lixo); adensamento excessivo de moradores; problemas de natureza fundiária (falta de título de propriedade do terreno); falta de banheiros de uso exclusivo e alto grau de depreciação (Fundação João Pinheiro 2013). As análises não discutem os

indicadores sobre déficits habitacionais considerando a variável cor ou raça e todos os resultados dizem respeito a domicílios situados em áreas urbanas do país.

Outro conceito que depende da maneira como os domicílios são classificados é aquele que define “família”. Segundo o IBGE (2012b: 36), família “é o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco na ‘unidade doméstica’”. Por sua vez, as “unidades domésticas” foram definidas como sendo “*os domicílios particulares com pessoas morando sozinhas ou o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência*” (IBGE 2012b: 36).

No âmbito do Censo Demográfico 2010, o conceito de unidade doméstica, doravante incluído na compreensão do conceito de “família”, é fundamental para o entendimento de tipos (ou categorias) das famílias. “Família única” é aquela em que “o núcleo familiar da pessoa responsável pela unidade doméstica (que é também a pessoa responsável pelo domicílio) formavam apenas uma família” e “famílias conviventes” foram definidas como sendo a presença de mais de um núcleo familiar em uma mesma unidade doméstica.

O conceito de “família” é amplamente debatido por diferentes campos do conhecimento. Da maneira como é empregada nos recenseamentos, assume-se que se aplica à convivência entre pessoas em um mesmo espaço físico, onde se estabelecem relações de convivência e a equalização de despesas (Medeiros & Osório 2001). Para o Censo Demográfico 2010, o IBGE seguiu recomendações da Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (*United Nations Economic Commission for Europe – UNECE* 2009). Nesse sentido, orientam que em termos de definição de “unidade doméstica”, conceito estreitamente relacionado ao de “família”, seja considerado:

o conjunto de pessoas que vive em um domicílio particular, cuja constituição se baseia em arranjos feitos pela pessoa, individualmente ou em grupos, para garantir alimentação e outros bens essenciais para sua existência (IBGE 2013: 64).

Os conceitos apresentados até aqui envolvem uma lógica hierárquica para coleta de dados, que quando agrupados, possibilitam a caracterização das habitações da população brasileira. Não obstante, conforme indicado pelo IBGE no tocante às características das pessoas e domicílios investigados no censo de 2010, o conceito de “unidade doméstica” não se aplicou para domicílios presentes em terras indígenas (IBGE 2012b: 36).

A partir das considerações acima, nota-se a centralidade assumida pelos domicílios na coleta de dados censitários, o que levanta questões de cunho metodológico relacionados à desagregação das análises para diferentes contextos, relativizando-as principalmente para segmentos da população socioculturalmente diferenciados. A partir da descrição acima, foi possível notar claras restrições no que diz respeito à coleta de dados para os “indígenas”, como a ausência de “unidades domésticas” em terras indígenas (IBGE 2012b).

OS INDÍGENAS NOS CENSOS DEMOGRÁFICOS

Os indígenas representam aproximadamente 10% do total de habitantes da América Latina, em contextos nos quais se identificam mais de 670 povos diferentes (Montenegro & Stephens 2006). Ainda que em alguns países não ultrapassem 1% da população, como no Brasil, o quesito “indígena” captado pelos recenseamentos e pesquisas domiciliares tem revelado importante diversidade sociocultural. Além disso, registram-se importantes diferenças socioeconômicas em relação aos outros grupos de cor ou raça, com os indígenas sistematicamente apresentando condições menos favoráveis (Coimbra Jr. & Santos 2000; King et al. 2009, Del Popolo & Jenkinset 2011).

Historicamente, os censos nacionais realizados em países da região latino-americana foram utilizados como instrumentos que mediam o “progresso” das nações, associando-o ao “embranquecimento” das populações, à medida que se constatava aumento das proporções de pessoas alocadas em categorias que sugerem miscigenação (tal como a categoria “parda”, no contexto brasileiro). Este cenário foi mais expressivo até metade do século XX, quando predominava entre as narrativas nacionais o argumento de que o progresso econômico e social das ex-colônias europeias justificava-se pelos avanços na infraestrutura e na aproximação fenotípica com os colonizadores europeus (majoritariamente brancos). O período pós-Segunda Guerra (ou seja, segunda metade do século XX) foi marcado pela ausência da investigação de cor ou raça nas investigações censitárias que aconteceram na maioria dos países latinos, com Cuba e Brasil se constituindo em exceções (Loveman 2014: 208).

Por outro lado, identificam-se na América Latina exemplos como o do Paraguai, que vem realizando censos específicos voltados para a população indígena desde os anos 1980 (1981, 2002 e 2012). O último recenseamento específico (*III Censo Nacional de Población y Viviendas para Pueblos Indígenas*), realizado pela *Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos* (DGEEC), contabilizou mais de 112 mil pessoas indígenas, que habitavam mais de 25 mil domicílios, a maioria em área rural. No censo indígena paraguaio, foram considerados não somente o tipo de habitação e o tipo de material na estrutura física das casas, mas também aspectos ambientais. A população se mostrou distribuída em todo território, com concentração nas regiões de fronteira com o Brasil e Argentina. Segundo os dados oficiais, dentre as 20 etnias reconhecidas, os Guarani-Mbya foram os que apresentaram a maior população (19,0% do total de indígenas) (DGEEC 2013).

No Brasil, a investigação do quesito cor/raça está presente nos censos demográficos desde a primeira edição, realizada em 1872, ainda sob regime monárquico, quando foram contabilizados “brancos”, “negros”, “pardos” e “mestiços” (Osório 2003; Pacheco de Oliveira 2012). Naquele tempo, poucos anos antes da proclamação da República, o processo de contagem da população, além de diferenciar escravos (“pardos” e “pretos”) de pessoas livres (“brancos”), incluiu os índios na categoria “mestiço” (Pacheco de Oliveira 2012). Mais de meio século depois, o quesito “índio” foi incluído no censo de 1960; no entanto, a investigação se restringiu a áreas com aldeamentos ou postos indígenas regulamentados pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) (órgão indigenista da época), o que impõe restrições metodológicas para comparações com a categoria “indígena” a partir da operação censitária de 1991 (Azevedo 2003).

O IBGE incluiu a categoria “indígena” como alternativa na variável cor ou raça do Censo Demográfico de 1991. Naquele ano 294 mil pessoas (0,2%) identificaram-se como “indígenas”. Em 2000, foram 734 mil (0,4%), representando um aumento de 10,8% ao ano, enquanto a população brasileira como um todo cresceu 1,6% ao ano (IBGE 2005). Como enfatizado por demógrafos e antropólogos, tal crescimento não se deu por eventos demográficos, mas relacionado a questões sociopolíticas conjunturais. Segundo os autores, os fatores que fizeram com que um número muito mais expressivo

de pessoas se declarasse indígena em 2000 permanecem até o presente pouco compreendidos, (Azevedo & Ricardo 2002; Pagliaro et al. 2005; Pereira 2014).

De acordo com o IBGE (2011), 817 mil pessoas se autodeclararam “indígenas” no Censo Demográfico 2010. Pela primeira vez, para este total de pessoas, foram feitas perguntas sobre pertencimento étnico e línguas indígenas faladas, também através de autodeclaração, o que abre um importante horizonte de análise acerca das características dos “indígenas” presentes nos censos do Brasil. Ainda que 0,4% da população tenha se autodeclarado “indígena”, esta proporção quase invisível revelou mais de 300 etnias e aproximadamente 180 línguas (IBGE 2012a; Santos & Teixeira 2011).

Dentre as diferenças observadas na descrição de “indígenas” dos dois últimos censos brasileiros (2000 e 2010), está a questão das distintas situações dos domicílios (urbano e rural). Houve, por exemplo, uma redução de “indígenas” residentes em situação urbana, uma vez que eram maioria em 2000 (52%) e 10 anos depois passaram a representar menos da metade (36%) do total de “indígenas” (IBGE 2012c).

Ao longo das últimas duas décadas, aconteceram no Brasil algumas iniciativas de censos participativos com foco em populações indígenas. Em 1990-1992, aconteceu uma iniciativa voltada para comunidades indígenas do Alto Rio Negro, no Amazonas, que contou com a participação de associações indígenas locais (Azevedo 2003). Dez anos mais tarde, também no Amazonas, foi feito um levantamento censitário específico entre a população Satere-Mawé. Dentre os objetivos estavam conhecer, através da participação dos indígenas, a realidade sociodemográfica e as condições de vida deste povo (Teixeira et al 2009). Em 2010, foi conduzido um recenseamento dos Xukuru, em Pernambuco (Teixeira & Costa 2012). Tais iniciativas ressaltaram a importância da participação indígena no planejamento e execução de pesquisas censitárias voltadas para retratar situações locais.

Ziker et al. (2010) enumeraram três desafios para as análises de dados censitários que incluem “indígenas”: 1) o emprego de abordagens metodológicas quantitativas e qualitativas que devem dialogar; 2) observar os dados em perspectiva diacrônica, levando em conta os contextos históricos e políticos nos quais foram coletados; e 3) relativizar conceitos e expressões a respeito das variáveis e suas categorias, sobretudo “indígena”, considerando reflexões de diferentes áreas do conhecimento envolvidas na coleta de dados demográficos (administradores públicos,

pesquisadores, demógrafos, antropólogos, entre outros). Ao analisar dados referentes aos domicílios nos quais residiam indígenas oriundos dos recenseamentos ocorridos no Brasil, os argumentos defendidos nesta tese encontram amparo nos desafios elencados por Ziker et al. (2010). Somam-se a esses desafios reflexões acerca do uso de categorias que irão compor estatísticas associadas às condições de vida e saúde dos “indígenas”.

Condições de vida e saúde em domicílios onde residem indígenas

As relações entre as condições habitacionais e a qualidade de vida das populações são amplamente conhecidas. Dentre as relações descritas é possível notar a influência das características domiciliares nos mais diversos desfechos em saúde. Logo, se há investimentos no sentido de melhorar as condições de habitação, haverá também melhora nas condições de vida e de saúde (Alves & Cavenaghi 2004; Vetter & Simões 1981). Inquéritos epidemiológicos, se realizados a partir de base domiciliar, deverão informar sobre o evento em estudo a partir dos “domicílios” investigados, sendo, portanto, essa categoria fundamental no delineamento de estudos e investigações das situações de saúde. As características destes domicílios tais como: saneamento básico, adensamento de pessoas, disponibilidade de serviços públicos, dentre outras, formarão indicadores sociodemográficos, que por sua vez estarão relacionados aos mais diversos desfechos em saúde. Novamente os “domicílios” assumem, enquanto unidades de análises de estudos que têm como objetivo analisar o impacto de agravos à saúde em nível populacional.

Para os indígenas, a complexidade a respeito da criação de indicadores sociodemográficos (o que inclui aqueles relativos a padrões de habitação), se amplia ao serem adicionadas questões sobre sociodiversidade. Apesar de complexo, a iniciativa para o reconhecimento dessa diversidade encontra amparo nas demandas atuais nas agendas governamentais em nações de todo o mundo (Loveman 2014). Concomitantemente amplia-se a necessidade de compreensão da diversidade dos povos indígenas a partir dos dados censitários e a consequente elaboração de indicadores sob a ótica da oficialidade dos registros (Kertzer & Arel, 2002; Nobles 2000; Barr 2008; Del Popolo 2008; UN 2008; Axelsson & Sköld 2011, Bailie et al. 2011; Loveman 2014).

Muitos desses indicadores irão predizer sobre a qualidade de vida de grupos populacionais, diferenciando-os pelo status socioeconômico e informando aos gestores sobre a necessidade da implementação de políticas públicas voltadas para a melhora das condições de vida. As habitações são reconhecidas como peça-chave no entendimento dos determinantes sociais em saúde para os diversos grupos humanos nos distintos ciclos vitais (infância, fase adulta, idosos). Elas não somente fornecem abrigo para os moradores (aspecto arquitetônico), mas também condições que interferem diretamente em sua qualidade de vida (aspecto social) (Phibbs & Thompson 2011; Ware 2013). No campo da saúde coletiva, alguns indicadores socioeconômicos são usualmente derivados das características domiciliares, por exemplo: déficit habitacional, abastecimento de água, esgotamento sanitário, disponibilidade de energia elétrica etc. Outras características domiciliares, tais como os arranjos formados entre os moradores de um mesmo domicílio também são relevantes na caracterização socioeconômica de um segmento populacional. Tais arranjos informam sobre os vínculos entre os moradores (podendo ou não haver consanguinidade), sendo uma pessoa identificada como responsável pelo domicílio (Alves & Cavenaghi 2004; Bailie 2007; Cavenagui & Alves 2011).

Análises conduzidas a partir de dados censitários para domicílios e seus moradores devem permitir o conhecimento de realidades regionais/locais, o que importa, sobretudo na caracterização das etnias indígenas presentes no Brasil. A questão da caracterização das moradias dos indígenas residentes no país a partir de dados dos censos é um tema que, por sua relevância, inclusive na área da saúde, demanda um tratamento teórico-metodológico mais refinado, principalmente devido à sociodiversidade indígena evidenciada no Censo Demográfico 2010 (Santos & Teixeira 2011).

No plano internacional, estudos que analisaram parcelas específicas da população através de grandes inquéritos indicam que os indígenas de todo o mundo enfrentam problemas relacionados à precarização de suas habitações. Para grande quantidade dos povos indígenas é recorrente a escassez de informações representativas e confiáveis sobre as condições de vida, sendo muitas delas diretamente relacionadas com a situação de saúde. Dentre os argumentos que justificam essa escassez estão o caráter provisório e a precariedade dos materiais utilizados nas construções das habitações dos

indígenas (Montenegro & Stephens 2006; Stephens et al. 2006; King et al. 2009). Ainda que assumam particularidades metodológicas no reconhecimento das diversidades indígenas, as informações censitárias disponíveis destacam-se por descreverem a sistemática desvantagem dos indígenas em relação a outros segmentos da população. Mesmo se tratando de países desenvolvidos, como a Austrália ou Canadá, a população identificada como “indígena” em geral vive em condições mais precárias, especialmente no que diz respeito à infraestrutura habitacional (Kertzer & Arel 2002; Montenegro & Stephens 2006; Stephens et al. 2006; King et al. 2009; Barr 2008; UN 2009; Minichi et al. 2011; Phibbs & Thompson 2011; Bailie et al. 2012).

Em 2012, o órgão responsável pelas estatísticas oficiais da Austrália (*Australian Bureau of Statistics*) realizou o *National Aboriginal and Torres Strait Islander Health Survey* (NATSIHS), como parte integrante do Inquérito Nacional de Saúde (*Australian Health Survey*). Os resultados informaram que 28% de pessoas “indígenas” (ou *indigenous*) maiores de 15 anos viviam em domicílios com problemas de ordem estrutural e arquitetônica, tais como paredes e pisos quebrados, problemas de encanamento, apodrecimento de madeiras ou problemas causados por cupins. Essa proporção foi consideravelmente maior para indígenas em relação à população total (Ware 2013).

No âmbito da avaliação das condições de saúde relacionadas às características domiciliares foi conduzido um estudo prospectivo entre crianças indígenas australianas menores de sete anos no período 2004-2005 (*The Housing Infrastructure and Child Health – HICH*). As crianças selecionadas foram acompanhadas a partir da ocorrência de infecções agudas (cutâneas, gastrointestinais ou respiratórias) até a cura, remissivas ou óbitos. Dentre os fatores relacionados às ocorrências das doenças infecciosas, destacaram-se os padrões de adequação dos domicílios, caracterizada pela estrutura física e disponibilidade de chuveiros e privadas. Os autores concluíram que o adensamento de pessoas em domicílios com condições socioeconômicas e ambientais mais precárias influenciaram os desfechos investigados (Bailie et al. 2011).

Como visto, enquanto em alguns países da América Latina não se incluem perguntas sobre raça/etnia nos censos, em outros, como no Paraguai, são realizados censos demográficos específicos para os povos indígenas (DGEEC 2013; Loveman 2014). No Brasil, os estudos no campo da demografia indígena têm se ampliado em

quantidade e em profundidade das análises e revelado, conforme afirmaram Pagliaro et al. (2005: 35), uma “recuperação demográfica de alguns povos indígenas a partir das últimas décadas do século XX”. Essas análises têm colaborado para maior visibilidade da questão indígena e das condições em que vivem essas populações, especialmente ao reconhecerem a diversidade de pertencimentos étnicos e linguísticos (Pagliaro et al. 2005). Têm também gerado trabalhos que analisam criticamente o uso das categorias censitárias para segmentos socioeconomicamente diferenciados, como é o caso dos indígenas (Pereira et al. 2009; Marinho et al. 2011).

De acordo com o IBGE (2011), considerando somente áreas rurais do Brasil, a classificação dos domicílios improvisados cujos responsáveis eram indígenas caiu de 3,5% para 0,4% entre os censos de 2000 e 2010. Para os domicílios coletivos com responsáveis indígenas registrou-se diminuição de 3,9% para 0,2% no intervalo entre os dois censos. São valores que se assemelham às demais categorias de cor/raça (branca, preta, parda e amarela). No entanto, esses valores podem ser bastante mais significativos se observados em outros contextos, especialmente quando são permitidas desagregações geográficas mais específicas, como as terras indígenas (Pereira et al. 2009; Marinho et al. 2011).

Em anos recentes, nota-se um crescente número de publicações voltadas para a interface saúde-demografia dos indígenas a partir de dados censitários. Em seu conjunto, com foco na população de indígenas, foram investigadas condições de saneamento básico nos domicílios (Almeida et al. 2014a), fatores relacionados às maneiras como as idades foram informadas (data de nascimento ou idade presumida) (Cunha et al. 2014) e diferenciais de parturição das mulheres indígenas segundo tipo de informante (Dias Jr et al. 2008; Bastos et al. 2014; Cruz et al. 2014; Santos et al. 2015). Tem havido também investigações enfocando contextos étnicos específicos, como no caso dos indígenas autodeclarados xavante no censo de 2010 (Souza et al. 2014).

Resultados do Censo Demográfico 2010 (IBGE 2012b) indicaram diferenças expressivas na disponibilidade de serviços de saneamento básico em domicílios cujos responsáveis eram indígenas. Na área rural, 68,8% desses domicílios não possuíam banheiros, com valores bastante discrepantes entre as regiões, especialmente Sudeste (5,8%) e Norte (70,9%). Com relação ao esgotamento sanitário adequado (rede geral ou fossa séptica), os domicílios com responsáveis indígenas se mostraram em desvantagem

em todas as grandes regiões, se comparados às outras categorias de cor ou raça. As menores proporções de domicílios com responsáveis indígenas servidos com abastecimento de água por rede geral ocorreram nas regiões Centro Oeste e Norte (60,0% e 27,3%, respectivamente). A presença de serviço de coleta de lixo por serviço público foi bem abaixo das médias nacionais (somente 16,4% dos domicílios com responsáveis indígenas nas terras indígenas). Não obstante, mais de 60,0% dos domicílios em terras indígenas referiram que o lixo doméstico é queimado, sendo a maior frequência no Centro Oeste (81,0%) (IBGE 2012b).

Um aspecto frequente em muitas investigações sobre cor ou raça no Brasil, tanto em estudos sobre características sociodemográficas, quanto em grandes levantamentos que avaliam condições de vida e saúde, é a exclusão de pessoas declarantes como amarelas e indígenas, uma vez que constituem proporções bem mais baixas do que as verificadas nas demais categorias (Bastos et al. 2008; Schwartzman 2007; Petrucelli 2001; IPEA 2011; entre outros).

Com foco nos indígenas do Censo Demográfico 2010, Almeida et al. (2014b) identificaram diferenças na disponibilidade de serviços básicos domiciliares, segundo cor ou raça dos responsáveis. Foram comparadas duas estratégias metodológicas que consideram o tamanho da população indígena residente nos municípios em 2010, quais sejam: a) total de indígenas residentes em situação rural e b) municípios onde os indígenas representaram pelo menos 3,0% do total de habitantes (214 municípios com aproximadamente 75% dos domicílios com responsáveis indígenas). Para este estudo, como explicam os autores, a cor ou raça declarada pelo responsável foi utilizada como *proxy* para a “cor ou raça do domicílio”. De acordo com a primeira estratégia analítica, as situações de maior desvantagem foram descritas para “domicílios indígenas” nas áreas rurais das regiões Norte e Centro-Oeste. Na segunda estratégia, as diferenças das características domiciliares segundo cor ou raça permaneceram, no entanto foram menos expressivas em relação à primeira estratégia (Almeida et al. 2014b).

No âmbito do censo de 2010, assim como a variável cor ou raça, a investigação sobre mortalidade também migrou para o questionário básico, e foi coletada em domicílios classificados como “particulares permanentes”. Foram registrados óbitos ocorridos nos últimos doze meses anteriores à entrevista (IBGE 2011a). Com foco nos indígenas, Caldas et al. (2014) analisaram esses dados, assumindo que a cor ou raça da

pessoa falecida era igual à do responsável pelo domicílio (uma vez que não foi perguntado acerca da cor ou raça da pessoa falecida). Considerando todas as idades, as maiores taxas de óbitos foram registradas em domicílios nos quais os responsáveis eram “pretos” e “indígenas”. Para os domicílios com responsáveis indígenas, as maiores taxas padronizadas segundo grupos de idade ocorreram nos domicílios de áreas urbanas em todas as macrorregiões, enquanto que as menores taxas foram descritas para as áreas rurais do Norte e do Sul.

Desta forma, nos últimos anos tem se ampliado o escopo de estudos que analisam dados coletados nos censos. De modo geral, em relação aos indígenas o que se observa é que as análises têm procurado caracterizar os domicílios indígenas (comumente considerando a cor ou raça da pessoa responsável) comparando-os às demais categorias. Vale destacar que, no âmbito desses estudos, percebe-se que em alguma medida tem havido um olhar crítico para a aplicabilidade das categorias censitárias no estudo de populações indígenas. Face à complexidade sociodemográfica dos indígenas no Brasil, as análises dos dados censitários, ainda que quantitativamente insuficientes, demonstram ampla relevância no sentido de reverter a já referida “invisibilidade demográfica e epidemiológica para os indígenas” (Coimbra & Santos 2000).

Em relação à ocorrência de agravos à saúde, processos diferenciados na caracterização da transição epidemiológica vêm sendo descritos para os povos indígenas, pois envolvem a ocorrência simultânea de expressivos agravos crônicos não transmissíveis e altas incidências de doenças infecciosas e transmissíveis. Acrescente-se ainda a emergência de elevados índices de mortalidade por causas externas, com destaque para as causas violentas, destacadamente suicídios (Pontes & Garnelo 2012; Leite et al. 2013; Orellana et al. 2013; Horta et al. 2013; Coimbra Jr. 2014; Waiselfisz 2014; Escobar et al. 2015). O perfil de saúde da população indígena, em particular no segmento infantil, está estreitamente relacionado com a precariedade da infraestrutura de saneamento básico dos domicílios (Coimbra Jr. 2014; Escobar et al. 2015).

Em 2008-2009, foi realizado o I Inquérito de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas, com representatividade estatística para as macrorregiões do Brasil, sendo Sul e Sudeste consideradas em conjunto. O estudo abordou o estado nutricional e morbidades referidas em crianças indígenas menores de 5 anos e em mulheres indígenas

em idade fértil (14 a 49 anos) residentes em mais de 5 mil domicílios em todo país. Foram coletados dados sobre as características dos domicílios no tocante aos materiais de construção predominantes e saneamento básico. Em relação à estrutura física, para 60,4% dos domicílios o piso era predominantemente de madeira ou de chão batido, em 27,8% as paredes eram de barro ou sapé (pau-a-pique), e em 26,1% os materiais predominantes na cobertura (telhado) foram: madeira, palha, lona ou plástico (Coimbra et al. 2013).

Os resultados do referido inquérito revelaram ainda que mais de 45,0% das mulheres entrevistadas apresentaram algum grau de sobrepeso; 32,7% tinham anemia e 13,2% apresentaram sinais sugestivos de hipertensão arterial. Indicaram ainda que 1 em cada 4 crianças tinha baixo peso para altura (indicador sensível para déficit de crescimento por consequências nutricionais) e mais da metade apresentava anemia (51,2%). Aproximadamente um quarto das crianças havia sido internada por diarreia na semana anterior à entrevista. Essas prevalências se mostraram associadas às características de saneamento dos domicílios. De maneira geral, os indicadores epidemiológicos menos satisfatórios foram encontrados na região Norte, em domicílios de estratos socioeconômicos mais baixos e com piores condições sanitárias. Para essa região também foram descritas as maiores prevalências de anemia em mulheres não gestantes (Coimbra et al. 2013; Horta et al. 2013; Leite et al. 2013; Escobar et al. 2015).

Em parceria com a Fiocruz, o IBGE realizou em 2013, a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS/IBGE), em consonância com os suplementos “Saúde” das Pesquisas Nacionais de Amostra por Domicílios (PNAD). Foram investigadas dimensões sobre percepção autorreferida do estado de saúde, características do estilo de vida e prevalências de agravos crônicos não-transmissíveis. Os resultados são representativos para as grandes regiões, os estados e capitais e abrangem aspectos demográficos e socioeconômicos dos brasileiros, inclusive as categorias de cor ou raça (idênticas às dos censos demográficos). Não obstante, no tocante à divulgação dos resultados (IBGE 2015a), as estimativas segundo cor ou raça contemplaram somente “brancos”, “pretos” e “pardos”. Consta na descrição da metodologia que os setores censitários presentes em terras indígenas foram excluídos da amostra com o propósito de garantir comparações com resultados das PNAD anteriores (IBGE 2015a: 12).

Dessa forma, a complexidade envolvida na coleta e análise de características domiciliares para a população indígena também estará presente nos estudos representativos sobre condições de vida e saúde. Como visto, se por um lado os resultados do I inquérito representam os indígenas que viviam em aldeias predominantemente em áreas rurais do país, por outro as pesquisas nacionais de saúde costumam excluir os indígenas e outros segmentos minoritários, como ocorreu na PNS. Este cenário é demonstrativo de necessárias reflexões acerca de dados representativos sobre pessoas e domicílios indígenas, sobretudo para que as políticas públicas sejam empiricamente analisadas e atualizadas.

Padrões de coresidência e arranjos entre os moradores de domicílios onde residem indígenas

As transformações que vem ocorrendo nas sociedades ocidentais contemporâneas tem dificultado o emprego de um conceito universal para definir o agrupamento de pessoas em um mesmo domicílio. Além da disponibilidade de dados representativos de longos períodos, há que se considerar as diferentes etapas do processo de transição demográfica experimentado nos diferentes países (Fokkema & Liefbroer 2008; Iacovou & Skew 2011). De modo geral, estudos que analisaram transformações nos padrões dos arranjos domiciliares argumentaram que as taxas de fecundidade influenciam a formação de novas famílias, sendo determinadas por características socioeconômicas, incluindo filiação étnica/racial e religiosa (Booth 2010; Longo 2011).

No Brasil, as informações disponíveis a partir de dados censitários apontam para mudanças que se traduzem em transformações significativas das relações familiares e sociais (Alves & Cavenaghi 2012). Características socioeconômicas têm influenciado na formação de novos arranjos domiciliares, sobretudo rendimento financeiro e escolaridade (Petruccelli 2001; Schwartzman 2007). Mais especificamente, tem sido constatada a influência de variáveis que dizem respeito à filiação étnica/racial e religiosa na formação de padrões de arranjos familiares (Beltrão et al. 2008; Longo & Miranda-Ribeiro 2012).

Definir um “domicílio indígena” a partir de dados captados em recenseamentos não é uma tarefa simples. Estudos no campo da etnologia enfatizam a complexidade das formas de organização domiciliar e coletiva dos povos indígenas, cujas características nem sempre estão presentes nas sociedades ocidentais. No livro “Índios do Brasil”, Melatti (2007) descreve o cotidiano de uma família Craô (*krahô*) que divide o mesmo espaço físico. O capítulo “Vida Doméstica” destaca a diversidade de relações que se estabelecem entre pessoas moradoras de uma casa indígena e as várias disposições espaciais intra-domiciliares. Na narrativa, o espaço é tratado como um “domicílio”, sendo ali onde as pessoas se abrigam, se alimentam, dormem e se relacionam entre si. A família em questão é formada por um casal de idosos, três filhas casadas e seus respectivos esposos, um filho solteiro e as crianças dos três casais. O autor aborda também as redes de parentesco da família em questão. Os Craô, assim como outras etnias do tronco linguístico Macro-Jê, são “uxorilocais”, ou seja, ao se casarem, os homens mudam para a casa dos sogros, onde formarão com suas esposas e filhos uma família extensa. Esclarece que a leitura não é representativa da diversidade dos modos de organização social existente entre os povos indígenas.

O exemplo descrito por Melatti (2007) permite traçar um paralelo a respeito da coleta domiciliar de informações censitárias. Como reconhecer, nestas diferentes maneiras de habitar, o “encaixe” ou adequação em categorias propostas pelos censos? Se, por um lado, as características domiciliares são tradicionalmente coletadas a partir de uma única pessoa como referência (responsável), como definir domicílios no contexto das complexas relações que envolvem domicílios e famílias extensas indígenas?

A questão da caracterização das habitações indígenas a partir de dados censitários é um tema que, por sua relevância inclusive na área da saúde, demanda particular atenção. Há um documento do IBGE da década de 1970 que descreve os domicílios brasileiros no qual há um capítulo cujo título é “Habitação de economia primitiva – a casa do índio”. Nele se lê:

A casa do indígena é o tipo mais primitivo e rústico que se conhece no Brasil. A aldeia reúne várias famílias, formando uma taba ou maloca comunal, a qual varia de tamanho de acordo com o número de ocupantes. A casa é coletiva (...) As malocas são agrupamentos de forma geralmente circular ou elíptica, em habitat concentrado, que reúnem habitações de tamanhos variáveis (Costa 1978 *apud* Gallois 2004).

A ideia do “índio genérico” e que habita uma “casa genérica” é bastante presente no imaginário da sociedade nacional, ainda que haja amplas evidências demográficas e etnográficas da complexidade dessas categorias (Azevedo 2003; Pereira et al. 2009). A visão de uma habitação indígena, tal qual descrita no texto acima, distancia-se bastante da ênfase na sociodiversidade presente na literatura antropológica.

Novaes (1983) afirma que, em contextos tradicionais, as sociedades indígenas adotam soluções específicas de habitação e cada uma delas concebe o espaço a ser habitado de forma distinta. As diferentes formas de habitar dos indígenas dizem muito da maneira como se apropriam e se adaptam ao meio ambiente. Alguns grupos concentram toda sua comunidade numa única casa, como os índios Tuyuka e Yanomami; para outros, a casa corresponde à família nuclear, sendo ocupada pelo pai, mãe e filhos e seu número varia de aldeia para aldeia, como os Wajãpi, do norte do Amapá. Em comunidades Macro-Jê (Kraô, Xavante e alguns grupos xinguanos, p. ex.), os indígenas edificam grandes aldeias circulares, onde há um centro, local de tomada de decisões, rituais e atividades integradoras. As casas que estão na periferia da aldeia são locais das atividades domésticas e de domínio feminino. São, portanto, padrões de organizações diferentes daqueles observados nas sociedades ocidentais (Novaes 1983; Tassinari 1995, Melatti 2007).

Do ponto de vista da demografia, especificamente sobre a utilização de dados censitários, os estudos que analisam os arranjos entre os moradores de domicílios brasileiros considerando a autodeclaração de cor ou raça em geral discutem tal distribuição com ênfase em brancos e negros (Telles 2003; Schwartzman 2007; Beltrão et al. 2008; Theodoro et al. 2008; Longo et al. 2012; Longo & Miranda-Ribeiro 2012). São praticamente inexistentes estudos que, nessa mesma linha, abordem o segmento indígena.

As implicações decorrentes da alocação da cor ou raça dos responsáveis para os demais moradores do domicílio a partir de dados censitários é uma questão que tem sido abordada em estudos recentes (Marinho et al. 2011; Pereira et al. 2009; Caldas et al. 2014; Almeida et al. 2014a). O ponto é que os domicílios podem não ser homogêneos a partir da cor ou raça dos moradores, especialmente quando analisados contextos específicos, a exemplo da presença de indígenas em áreas urbanas, conforme mostrarão os resultados desta tese.

No estudo da composição dos domicílios a partir dos arranjos formados pelos moradores são também analisados padrões das uniões matrimoniais ou consensuais, sugerindo que juntamente com perfil socioeconômico, as categorias de cor ou raça também influenciam na formação de novas famílias. Os padrões de uniões conjugais têm sido abordados em diversas análises que tem como objeto as investigações sobre miscigenação e relações raciais no Brasil (Telles 2003; Schwartzman 2007; Longo et al. 2012; Longo & Miranda-Ribeiro 2012). Um dos aspectos enfatizados é que a união entre homens e mulheres pertencentes a categorias de cor ou raça diferentes tende a ser influenciada pelo *status* socioeconômico de ambos. Análise dos dados da PNAD (2005) mostrou que pais não-brancos (pardos ou pretos) com maiores níveis de rendimentos e escolaridade tenderam a classificar os filhos como brancos, o que foi interpretado como uma tendência de “embranquecimento” (ou “branqueamento”) dos filhos (Schwartzman 2007).

Um estudo de particular interesse para esta tese é aquele de Beltrão et al. (2008), que analisaram as combinações de cor ou raça de casais e a cor dos filhos e filhas a partir de dados dos censos de 1960 e 2000. Os resultados indicaram que para casais classificados como “endogâmicos” (ou seja, pertencentes ao mesmo grupo de cor ou raça, seguindo terminologia dos autores) houve tendência de reprodução da cor declarada para os filhos, principalmente para as categorias “branca”, “preta” e “amarela”. Para as chamadas uniões exogâmicas (cor ou raça discrepante entre pais e mães) houve predomínio da categoria “branca” na cor dos filhos quando um dos pais assim se declarou. Outro achado é que, em geral, a cor dos filhos tende a seguir aquela da mãe (Beltrão et al. 2008).

A partir da literatura consultada se depreende que, no caso do segmento indígena no Brasil, temas como padrões de coresidência e arranjos intradomiciliares têm sido sistematicamente abordados na literatura antropológica, em geral a partir de análises etnográficas em comunidades específicas. Por outro lado, atenção similar não tem sido dada a partir de análises derivadas de dados censitários, ainda que sejam temáticas amplamente discutidas por demógrafos e sociólogos interessados no tema das relações raciais no país, em particular para categorias como brancos, pretos e pardos.

1. INDÍGENAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES IMPROVISADOS: RESULTADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO 2010²

² Uma versão prévia deste texto foi apresentada no XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em São Pedro, São Paulo, de 24 a 28 de novembro de 2014.

1.1. Introdução

Os censos demográficos são importantes fontes para o conhecimento das características demográficas, econômicas e sociais das populações (UN 2007, 2008). No Brasil, censos nacionais são realizados desde a segunda metade do século XIX e passaram a ter periodicidade decenal a partir de meados do século XX. Uma tendência que se observa nos levantamentos censitários recentes na América Latina é a inclusão, ou mesmo expansão, de quesitos referentes à composição étnico-racial (Del Popolo 2008; Loveman 2014). O caso brasileiro é bastante ilustrativo dessa tendência. Assim, desde os anos 1940 vem sendo coletadas informações sobre “cor” da população, utilizando-se basicamente a mesma classificação (branca, preta, amarela e parda). A partir do Censo 1991, a pergunta passou a ser quanto à “cor ou raça”, quando foi incluída a categoria “indígena” (Pagliaro et al. 2005; IBGE 2005; 2012).

No âmbito global, a quantificação e a caracterização dos domicílios em censos nacionais produzem informações acerca de perfis sociodemográficos que são amplamente utilizados no delineamento e implementação de políticas públicas nas áreas de educação, saúde, saneamento, moradia, entre outras (Bercovich & Pereira 1999; Alves & Cavenaghi 2004; Booth 2010; UN 2008).

No caso dos levantamentos censitários no Brasil, os domicílios são classificados como “particular” ou “coletivo” (IBGE 2013). São considerados particulares “aqueles em que o relacionamento entre seus ocupantes seja ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica e por normas de convivência”. Os coletivos são aqueles “ocupados por grupos conviventes, nos quais as relações se restrinjam à subordinação administrativa e cumprimento de normas de convivência”. São exemplos: hotéis, pensões, orfanatos e quartéis (IBGE 2013: 310). Por sua vez, segundo critérios de adequação das moradias (Cavenaghi & Alves 2011; IBGE 2012a), os particulares se subdividem em “permanentes” (“construídos para servir exclusivamente à habitação com finalidade de moradia a uma ou mais pessoas”) e “improvisados” (“que não serviam exclusivamente como moradia, mas que na data da entrevista do censo, serviam para tal”). Na classificação adotada, exemplos de domicílios improvisados incluem prédios em construção, vagões de trens, carroças, tendas, barracos, entre outros (IBGE 2013:310).

No tocante à caracterização étnico-racial da população brasileira, uma importante inovação do Censo 2010 foi a investigação do pertencimento étnico específico e línguas faladas para pessoas que se declararam “indígenas” (IBGE 2012). Em decorrência, as informações a partir desse censo se tornaram fontes importantes para o conhecimento da sociodiversidade indígena no país (Azevedo 2011; FUNAI/IBGE 2011; Pacheco de Oliveira 2012; Santos & Teixeira 2011). Ainda que 0,4% da população brasileira tenha se autodeclarado “indígena”, nessa proporção estão incluídas mais de 300 diferentes etnias e aproximadamente 180 línguas distintas (Santos & Teixeira 2011; IBGE 2012a; IBGE 2012b). No contexto latino-americano, o Brasil é um dos países que apresenta a maior sociodiversidade de etnias e línguas indígenas (Montenegro & Stephens 2006).

Conforme apontado em diversas análises sociodemográficas, há importantes desafios envolvidos na caracterização sociocultural de minorias étnicas a partir de dados censitários (Kertzer & Arel 2002; Pagliaro et al. 2005; Del Popolo 2008; UN 2008). Por se constituírem em segmento socioculturalmente diferenciado, os indígenas podem apresentar padrões de habitação que venham a ser classificadas como “improvisados” ou “provisórios” pelos recenseadores, mas que fazem parte dos modos tradicionais de habitação (Novaes 1983; Gallois 2002). Ao mesmo tempo, não se pode deixar de considerar situações nas quais, decorrentes de invasão de suas terras, fragilização das atividades econômicas tradicionais, mudanças em busca de trabalho e educação, entre outros fatores, haja deslocamentos das populações indígenas para outros contextos rurais e urbanos, e que a eles se associem padrões de habitações precarizadas. Nesse complexo cenário, é de fundamental importância uma perspectiva crítica sobre essa categorização, inclusive de particular relevância para o campo da saúde coletiva, uma vez que as condições de saúde se vinculam proximamente com as características dos domicílios, o que tem sido referido em análises sobre habitações indígenas em diversas partes do mundo (Stephens et al. 2006; King et al. 2009; Phibbs & Thompson 2011; Bailie et al. 2012).

O objetivo deste trabalho é analisar a ocorrência e a distribuição de indígenas que residiam em domicílios classificados como “particular improvisado” a partir do Censo de 2010. O eixo de análise envolve estratificações segundo pertencimento étnico específico e localização do domicílio (se em terra indígena ou não), que foram variáveis

incluídas no mais recente levantamento censitário nacional. Pretende-se que as análises sejam informadas por uma perspectiva crítica acerca do uso de categorias censitárias para um segmento da população socioculturalmente diferenciado.

1.2. Metodologia

A fonte dos dados foi o Banco Multidimensional de Estatísticas (BME) (<http://www.bme.ibge.gov.br>), acessado em fevereiro de 2013³, quando foram consultadas características do “Universo” do Censo Demográfico 2010 (o chamado “Questionário Básico”). As tabulações produzidas através do BME foram armazenadas em planilhas eletrônicas a partir das quais foram conduzidas as análises aqui apresentadas.

Inicialmente foram calculadas as frequências das pessoas que residiam em domicílios “particulares improvisados” segundo cor ou raça (“branca”, “preta”, “amarela”, “parda” e “indígena”) de acordo com situação (urbana e rural). Foram investigadas também as frequências de domicílios improvisados, considerando a cor ou raça da pessoa responsável.

As demais análises enfocaram os indígenas residentes em domicílios improvisados, incluindo comparações das características sociodemográficas dos residentes em domicílios particulares permanentes. Foram construídas pirâmides etárias e descritas as condições de alfabetização e renda *per capita* mediana segundo situação. Essas características também foram apresentadas para os indígenas residentes em domicílios localizados dentro e fora de terras indígenas.

No Censo 2010, foi considerada alfabetizada a pessoa maior de cinco anos de idade “capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece” (IBGE 2012: 70). Informações sobre rendimento referem-se a pessoas maiores de 10 anos que não ocupavam no domicílio a posição de pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico. Considerou-se como “rendimento nominal mensal *per capita*” a divisão de todos os rendimentos declarados pelo número de moradores do

³ Para mais detalhes sobre a fonte de dados utilizada neste trabalho, bem como aspectos metodológicos empregados na amostragem do Censo Demográfico 2010, consultar Anexo I.

domicílio particular (IBGE 2012: 46). Para fins das análises aqui conduzidas, variáveis sobre trabalho e rendimento tiveram como referência o salário mínimo no mês de referência das entrevistas (Julho de 2010) igual a R\$ 510,00.

É importante indicar que o IBGE reconhece a existência de limitações nos procedimentos de captação de dados censitários sobre características específicas das populações indígenas, a exemplo de alfabetização e rendimento. Em muitos contextos os “processos de educação se orientam por currículos diferenciados que consideram saberes tradicionais, por vezes com uso das línguas indígenas” (IBGE 2012:70). Da mesma forma, para muitas sociedades indígenas, as atividades relacionadas a trabalho são organizadas de maneira coletiva (caçadas, pescarias, coletas, produção de alimentos etc.), o que complexifica a captação pelos censos, uma vez que a pergunta tem enfoque individual. Por sua vez, o conceito de trabalho está atrelado ao exercício de alguma atividade econômica, remunerada ou não, incluindo práticas de subsistência destinadas somente à alimentação de pelo menos um morador do domicílio (IBGE 2012).

Foram calculadas as proporções de indígenas residentes em domicílios improvisados nas UF que continham terras indígenas (TI). Segundo o IBGE (2012), das 27 UF existentes no país em 2010, em 24 havia terra(s) indígena(s), sendo que em 11 houve registros de indígenas residentes em domicílios improvisados. Para fins das análises, “o conjunto de terras indígenas foi formado por aquelas que estavam na situação fundiária de declarada, homologada, e em processo de aquisição como reserva indígena até a data de 31 de dezembro de 2010” (Metadados do BME).

Foram descritas as frequências de indígenas residentes em domicílios improvisados segundo etnias, de acordo com situação de domicílio, incluindo-se as três UF que apresentaram as maiores frequências absolutas (Amazonas - AM, Mato Grosso do Sul - MS e Rio Grande do Sul - RS). Para verificar a distribuição dos indivíduos segundo pertencimento étnico específico em nível local, foram selecionados os municípios das duas UF com as maiores frequências relativas de moradores indígenas de domicílios improvisados (MS e RS). Com o intuito de minimizar a volatilidade devido a pequenos números, foram incluídos somente municípios com população total de indígenas superior a 20 indivíduos (60 no MS, em um total de 79; e 25 de 341 no RS).

Decorrente dos critérios de confidencialidade na divulgação dos dados censitários, valores de variáveis com frequências menores que seis (6) não são especificamente indicados no BME, sendo designadas como “x”. Assumiu-se valor igual a três (3) nessas situações por ser a mediana dos valores possíveis para os registros omitidos (1, 2, 3, 4 ou 5).

Foram utilizados os *softwares* Excel 2007 (©Microsoft) e SPSS (©IBM versão 20.0) para análises descritivas; e TerraView (DPI/INPE, versão 4.2.2) para geração de mapas.

1.3. Resultados

Em 2010 havia no Brasil 2.724 (0,33%) indígenas residentes em domicílios particulares improvisados, sendo o dobro da proporção de residentes em improvisados observada para o país como um todo (0,15%) e a maior proporção dentre todas as categorias de cor ou raça (Tabela 1.1). Na distribuição de acordo com situação dos domicílios, a maior parte desses indígenas residia em área rural (54,5%), enquanto que a maioria das demais categorias de cor residia em situação urbana. Por outro lado, na situação urbana, a frequência relativa ao total de indígenas (0,39%) foi aproximadamente o triplo daquela registrada para pretos (0,14%) e cinco vezes maior do que brancos (0,07%). De maneira oposta, em relação ao total de pessoas em área rural, os indígenas apresentaram a menor proporção de residentes em improvisados (0,30%).

No país como um todo, havia 846 (0,40%) indígenas responsáveis por domicílios classificados como particulares improvisados, sendo a maioria em situação urbana (57,7%) (Tabela 1.1). A distribuição relativa ao total de domicílios em situação urbana segundo cor ou raça do responsável seguiu tendência similar àquela descrita acima.

Considerando as situações urbana e rural conjuntamente, na distribuição segundo regiões do Brasil, as regiões Norte e Sul destacaram-se pelas maiores frequências de indígenas em domicílios improvisados (677 e 728, respectivamente) (Tabela 1.2). Em relação ao total no país, no Sul estava a maior proporção daqueles residentes em situação urbana (337 ou 27,6%); para o rural, no Norte (450 ou 29,8%).

Quanto à distribuição segundo UF (Tabela 1.2), do total de indígenas em domicílios improvisados no país, 43,1% estavam no Rio Grande do Sul (407 ou 15,0%), Mato Grosso do Sul (394 ou 14,5%) e Amazonas (369 ou 13,6%). Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul também apresentaram proporções comparativamente elevadas segundo situação dos domicílios (16,4% e 13,4% em área urbana; e 13,7% e 15,3%, em área rural, respectivamente).

Em relação ao total de indígenas na UF (colunas “% na Região/UF” da Tabela 1.2), as proporções em situação urbana foram mais elevadas no Acre (1,9%), Rio Grande do Sul (1,4%) e Mato Grosso do Sul (1,1%). Todas as outras UF aparecem com registros inferiores a 1,0%. Na situação rural destacaram-se Piauí (2,6%), Goiás (1,8%) e Rio de Janeiro (1,2%).

A população de indígenas residentes em domicílios improvisados era majoritariamente masculina (55,2%) e composta por jovens (47,7% tinham menos de 20 anos de idade) (Figuras 1.1a a 1.1f). As pirâmides etárias apresentaram estrutura diferenciada de acordo com a situação do domicílio, mas se mostraram semelhantes de acordo com a classificação (improvisado e permanente). Indígenas residentes em domicílios improvisados e permanentes na situação urbana apresentaram maior proporção de pessoas com 60 anos e mais, comparada à rural. A população de ambas as espécies de domicílios, na situação rural, era majoritariamente jovem, com quantidade menor de idosos (60 anos e mais).

A Tabela 1.3 apresenta características socioeconômicas (alfabetização e renda *per capita*) para indígenas que residiam em domicílios particulares improvisados e permanentes, segundo situação e localização ou não em terras indígenas. Na situação urbana, a proporção de indígenas não alfabetizados em domicílios improvisados (304 ou 27,5%) foi duas vezes superior àquela verificada para indígenas em domicílios permanentes (37.398 ou 12,9%). Na situação rural, os valores foram próximos (437 ou 34,4% vs. 147.564 ou 35,6%). Houve diferenças expressivas nas proporções de alfabetização de residentes em domicílios improvisados e permanentes fora de TI (579 ou 30,8% vs. 55.433 ou 16,1%). As proporções de indígenas sem alfabetização foram superiores a 30% tanto em área rural quanto dentro de TI. Quanto ao rendimento, observou-se que, se na situação rural os valores se mostraram próximos, os indígenas residentes em domicílios improvisados em área urbana apresentaram valores

expressivamente mais baixos (<50%) que aqueles indígenas moradores em domicílios permanentes, assim como na comparação dentro e fora de TI.

A Tabela 1.4 apresenta as informações sobre pertencimento étnico dos indígenas residentes em domicílios improvisados no Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Amazonas. No MS, os 394 residentes em domicílios improvisados pertenciam a três etnias: Guarani Kaiowa (n = 309), Terena (n = 51) e Kayapó (n = 7). Destaca-se a elevada proporção de indígenas Guarani Kaiowa que residiam em domicílios improvisados situados em área urbana (108 ou 5,1%). Do mesmo modo, no RS, os indígenas residentes em domicílios improvisados declararam quatro etnias na situação urbana e três na rural, com destaque para os Kaingang (146 ou 4,9%) e Guarani Mbya (20 ou 4,5%) em situação urbana. No Amazonas, devido à maior diversidade de etnias declaradas, notou-se pulverização na ocorrência de moradores em domicílios improvisados. Das 75 etnias com pelo menos cinco indígenas identificadas na situação urbana, somente em nove foram registrados moradores de domicílios improvisados (as reduzidas frequências variaram de 7 indígenas “Aporina” a 24 “Bare”). Das 77 etnias com pelo menos cinco indígenas registradas na situação rural, havia 23 cujos moradores estavam em domicílios improvisados. Nessa situação as frequências variaram entre 6 indígenas “Aporina” e 90 autodeclarados “Bare” (Tabela 1.4).

A Figura 1.2 apresenta as frequências relativas de indígenas residentes em domicílios improvisados dentro e fora de terras indígenas. Conforme indicado na metodologia, foram investigadas somente as 11 UF que apresentaram residentes indígenas em domicílios improvisados em terras indígenas. Nota-se que, de maneira geral, há maior proporção de indígenas residentes em domicílios improvisados fora das terras indígenas, com as diferenças mais expressivas no RS, MS e AC. No RS houve aproximadamente 20 vezes mais indígenas residentes em domicílios improvisados localizados fora das TI, em relação àqueles que residiam em TI (2,5/0,1). Na Bahia, ainda que reduzida, a proporção de moradores em domicílios improvisados em terras indígenas foi superior àquela registrada para fora de TI.

Quanto à distribuição de indígenas em domicílios improvisados em contextos locais, a Figura 1.3 mostra que houve concentração daqueles com maior proporção no sul e sudeste do Mato Grosso do Sul. Em Itaquiraí (43,7%) e Rio Brillhante (39,1%)

aproximadamente 2 em cada 5 indígenas residiam em domicílio classificado como particular improvisado.

Os municípios com maior proporção de indígenas residentes em domicílios improvisados se concentraram no norte do Rio Grande do Sul (Figura 1.4). Em três deles (Mato Castelhano [98,5%], Ajuricaba [89,3%] e Capivari do Sul [82,6%]) praticamente todos os indígenas residiam em domicílios improvisados.

1.4. Discussão

Ainda que a frequência de indígenas residentes em domicílios improvisados a partir do Censo 2010 tenha sido reduzida (0,33%), há padrões discerníveis no tocante à distribuição geográfica, local de residência (urbano e rural, bem como dentro e fora de TI) e pertencimento étnico. Assim, os resultados indicaram maior ocorrência em áreas urbanas, fora de terras indígenas e, no caso das duas UFs investigadas em detalhe (MS e RS), indígenas de etnias específicas. Foi observado também que, em particular na situação urbana, os indígenas residentes em domicílios improvisados apresentaram menores níveis de escolaridade e renda se comparados aos residentes em domicílios classificados como permanentes.

O estudo das características dos indígenas a partir dos censos brasileiros é um tema relativamente recente e que vem possibilitando reflexões acerca das interpretações acerca desse segmento a partir das estatísticas oficiais. A esse respeito, a coletânea “Tipos de habitação rural no Brasil”, publicada pelo IBGE, descreve características dos domicílios rurais na década de 1970. Um dos capítulos tem como título: “Habitação de economia primitiva – a casa do índio”, no qual se lê:

A casa do indígena é o tipo mais primitivo e rústico que se conhece no Brasil. A aldeia reúne várias famílias, formando uma taba ou maloca comunal, a qual varia de tamanho de acordo com o número de ocupantes. A casa é coletiva (...) As malocas são agrupamentos de forma geralmente circular ou elíptica, em habitat concentrado, que reúnem habitações de tamanhos variáveis (Costa & Mesquita 1978: 61).

As perspectivas explicitadas acima, marcadas por generalização e categorização de características dos domicílios (a exemplo de “primitivo” e “rústico”), se distanciam da complexidade acerca dos modos de viver indígena descritos na literatura

antropológica (Novaes 1983; Tassinari 1995; Gallois 2002; Melatti 2007). Entre outros aspectos, a diversidade socioantropológica dos povos indígenas se reflete nas formas como se apropriam e utilizam os espaços que habitam. Por exemplo, no caso dos Tuyuka e alguns grupos Yanomami, povos do noroeste amazônico, toda a comunidade se concentra numa única casa (Novaes 1983). Já entre povos do Brasil Central (como os Kraô, Xavante e alguns grupos xinguanos), são edificadas grandes aldeias com as habitações formando um círculo ou semi-círculo, sendo o centro destinado a reuniões, rituais e atividades integradoras (Melatti 2007). Os materiais utilizados na construção das casas indígenas podem ser os mais diversos, a depender do contexto sociocultural, assim como a organização dos espaços internos (Novaes 1983).

Desse modo, é um importante desafio para os recenseamentos nacionais a captação de dados acerca da complexidade sociocultural inerente aos povos indígenas. Isso se aplica desde a classificação dos domicílios até os padrões socioeconômicos dos moradores, passando pelas relações de parentesco no espaço intradomiciliar (Azevedo 2006; Pereira et al. 2009). Ao mesmo tempo, é preciso considerar que as categorias utilizadas nos recenseamentos podem influenciar que categorias de variáveis são coletadas. Na metodologia censitária, se um domicílio é classificado pelo recenseador como improvisado, deixam de ser coletadas informações acerca de formas de abastecimento de água, existência de banheiro, destino de dejetos e lixo doméstico e disponibilidade de energia elétrica (IBGE 2013). Conforme evidenciado nas análises, enquanto que nas áreas urbanas do país como um todo, 0,1% das pessoas residia nesses domicílios, cerca de 5% dos indígenas Guarani Kaiowa e Kaingang no Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, respectivamente, residiam em domicílios para os quais não foram coletadas informações básicas sobre saneamento.

Pereira et al. (2009) chamaram atenção para implicações, no que diz respeito a indicadores de saúde, decorrentes das formas como os domicílios indígenas são classificados. Especificamente, observaram que, no Censo 2000, uma elevada proporção de domicílios Xavante foi classificada como “coletivo”, de modo que não foram levantadas informações sobre saneamento:

Considering that adverse environmental conditions are important causes of illness and that sanitation-related illnesses such as diarrhea are important causes of death, especially among indigenous children [...], the implications of inaccurate characterization of indigenous reality by national censuses are acutely evident (Pereira et al. 2009:176).

Conforme apontado em diversos estudos sobre as condições de vida, saúde e saneamento de populações indígenas no Brasil, o perfil de saúde, em particular do segmento infantil, está estreitamente relacionado com as características de infraestrutura de saneamento básico dos domicílios (Diehl 2001; Kühl et al. 2009, Coimbra et al. 2013; Coimbra Jr. 2014; Marques et al. 2014; Escobar et al. 2015; Leandro-Reguillo et al. 2015). Em 2008-2009 foi realizado o I Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas do Brasil, quando foram coletadas informações de mulheres, crianças e domicílios em aldeias indígenas de todo o país (Coimbra et al. 2013). Nesse levantamento inédito, constatou-se que 23,5% das crianças indígenas menores de cinco anos de idade tiveram diarreia na semana anterior à coleta. Foram observadas marcantes desigualdades entre as regiões, uma vez que as prevalências variaram entre 15,9% na macrorregião Sul-Sudeste (consideradas em conjunto) a 38,0% no Norte (Escobar et al. 2015). Outros estudos, realizados em contextos locais/regionais, reiteram esse cenário. Nesse sentido, Diehl (2001) analisou características dos atendimentos prestados pelo serviço de saúde à cerca de três mil pessoas da etnia Kaingang, no Sul do país. A autora verificou que, em conjunto, as doenças parasitárias e infecciosas foram responsáveis por 62,1% dos atendimentos prestados pelo serviço de saúde, sendo a maioria para indígenas menores de 14 anos de idade. Dentre os fatores associados à ocorrência destes agravos, destacaram-se as insuficientes estruturas de abastecimento de água potável e de tratamento de esgoto nas aldeias (Diehl 2001).

Assim, a ocorrência de agravos à saúde surge intimamente relacionada às características domiciliares e à oferta de serviços básicos de infraestrutura, no que se espera a utilização de dados censitários, sobretudo por comporem os denominadores de indicadores epidemiológicos. De modo geral, para o país como um todo, houve uma substancial redução na proporção de domicílios com responsáveis indígenas classificados como particular improvisado no período entre os dois últimos censos – 2000 e 2010 (IBGE 2012). Em área urbana, a proporção caiu de 0,8% para 0,4%; na área rural, de modo ainda mais destacado, de 3,5% para 0,4%. Também houve uma redução na quantidade de domicílios classificados como coletivos, de 1,4% em 2000 para 0,1% em 2010, para os quais também não são coletados dados de saneamento. Essas reduções nas proporções de domicílios classificados como improvisados e

coletivos são avanços no sentido de que há um detalhamento sócio-sanitário para um conjunto ainda mais expressivo de indígenas, ao se comparar 2000 e 2010.

Não obstante, conforme indicaram os resultados apresentados no presente estudo, no Censo de 2010 houve uma proporção mais elevada de indígenas residentes em domicílios improvisados (0,33%) se comparados às outras categorias de cor ou raça (variando de 0,10% para brancos a 0,20% para pretos). Se para o país como um todo essas proporções se mostraram reduzidas, é importante destacar que, em certos contextos, as magnitudes de indígenas residentes em domicílios improvisados podem ser substancialmente muito mais pronunciadas. Como visto, as proporções de indígenas Guarani e Kaingang residentes em domicílios improvisados em áreas urbanas de Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul chegaram a ser próximas de 5% do total de indígenas dessas etnias.

Ainda que tenhamos buscado aprofundar as análises acerca da categoria “domicílio improvisado” para os indígenas, a partir dos resultados disponíveis julgamos não ser possível discernir, de forma pormenorizada, o que tais domicílios de fato representariam. Uma possibilidade é que sejam, de fato, estruturas residenciais marcadas pela precarização; por outra, não se pode excluir a possibilidade de que sejam estruturas usualmente utilizadas como habitação por povos indígenas e que, na perspectiva dos recenseadores, foram equiparadas a formas de habitação vistas como precarizadas a partir de uma lógica ocidental. Para se chegar a um cenário mais bem delineado, seria importante conduzir investigações analisando pormenores da distribuição espacial desses domicílios (por exemplo, se em áreas urbanas, quais as características do entorno?), materiais e modos de construção, proximidade com outros também identificados como improvisados, entre outros. É imprescindível também explorar as evidências de que, sobretudo em contextos urbanos, os indígenas que residiam em domicílios improvisados apresentaram menores níveis de renda e escolaridade, em comparação àqueles em domicílios classificados como permanentes.

É importante levar em consideração também os chamativos resultados de que, comparativamente a brancos (0,10%), foram mais elevadas as proporções de domicílios classificados como improvisados cujos responsáveis eram pretos (0,25%) e pardos (0,23%), que por sua vez foram mais baixos que os registrados para indígenas (0,40%). Ainda que essas as frequências sejam reduzidas, se apresentam com um ordenamento

que segue os padrões de desigualdades raciais, de recorte socioeconômico, que tem sido exaustivamente descritos para o Brasil (Schwartzman 2007; Loveman et al. 2011; Muniz 2012).

Conforme indicado, o presente trabalho é de natureza exploratória e há diversas limitações metodológicas que precisam ser consideradas. Uma delas é a já referida ausência de dados pormenorizados sobre distribuição espacial, inclusive no âmbito de setores censitários, que são as menores unidades de coleta utilizada nos censos. A respeito da classificação das etnias realizada no contexto censitário, há tanto o uso de categorias étnicas mais específicas (como “Guarani Mbya” e “Guarani Kaiowa”) como mais gerais (“Guarani”), que possivelmente se sobrepõem. Da mesma forma, 50,4% (1.372) indígenas residentes em domicílios improvisados tiveram como resposta à etnia, as categorias “ignorado” e “não sabe” consideradas em conjunto, sendo 1.000 pessoas residentes em área rural, predominantemente no Amazonas e Pará (65,5% ou 655 pessoas).

1.5. Comentários Finais

No campo da demografia indígena, os estudos de dados censitários se revelam como imenso potencial analítico ao passo que auxiliam o entendimento das dinâmicas populacionais e oferecem alternativas para o estudo de populações pequenas, amparados pela oficialidade das informações. Como visto, os censos são reconhecidos como fontes fundamentais para formulação e implementação de políticas públicas, inclusive na área da saúde, especialmente por ser um dos poucos instrumentos capazes de incluir toda a diversidade contida em uma população de uma determinada localidade. Desde a inclusão da categoria “indígena” no quesito cor/raça nos censos demográficos, em 1991, os indicadores demográficos para este segmento têm demonstrado tendências adversas aos padrões da população geral do país.

Há algumas hipóteses para explicar as tendências demográficas dos autodeclarados indígenas nos censos brasileiros. Para a demógrafa Marta Azevedo (2011), a autodeclaração, enquanto estratégia metodológica dos censos brasileiros pode ter determinado o aumento de mais de 10% ao ano na década de 2000. Esclarece ainda

que as motivações para esse aumento podem estar relacionadas às políticas afirmativas do governo brasileiro, implementadas no fim dos anos 1990, bem como às comemorações dos 500 anos do “descobrimento” do Brasil, no ano 2000 (Azevedo 2011). Compreender a dinâmica experimentada pelos indígenas através dos censos é uma iniciativa que terá reflexos em diversas áreas, inclusive na geração e análise de indicadores epidemiológicos.

As análises apresentadas pretenderam colaborar na descrição da população indígena mensurada pelo censo 2010, inaugurando possibilidades de investigações a respeito de características de etnias específicas, a exemplo da classificação de domicílios como improvisados. Ainda que, conforme sinalizado, as descrições apresentadas não coadunem à literatura antropológica, acreditamos que as análises desenvolvidas para indígenas a partir de dados censitários devam ser observadas em perspectiva interdisciplinar, sobretudo se tais análises servirão para subsidiar políticas públicas. Nesse sentido, se observadas em contextos tradicionais, as sociedades indígenas adotam soluções específicas de habitação e cada uma delas concebe o espaço a ser habitado de forma distinta (Novaes 1983; Pacheco de Oliveira 2012).

Os achados deste estudo demonstram como a coleta de informações sobre populações socioculturalmente diferenciadas nos censos, aqui compreendidos como ferramentas governamentais para o reconhecimento das populações, tem potencial para colaborar no reconhecimento de características locais. Semelhante às análises de dados censitários que enfocaram a classificação dos domicílios onde residiam indígenas (Pereira et al. 2009; Marinho et al. 2011), o presente estudo também identificou situações específicas que precisam relativizadas à luz da sociodiversidade existente. Conforme indicaram Pereira et al. (2009), estudos de dados censitários para contextos específicos, a exemplo de características de etnias indígenas, tem por premissa a intenção de que o “micro” lance questões que possam alcançar o “macro”. Com isso, os autores propõem à reflexão questões que remetem às pequenas escalas numéricas, comuns entre populações indígenas, e como iniciativas de estudos demográficos para estes contingentes colaboram para redução de “invisibilidades demográficas e epidemiológicas” experimentadas pelos povos indígenas no Brasil, conforme referido por Coimbra Jr & Santos (2000).

Por fim, é importante reiterar a necessidade de um constante aprimoramento das técnicas de coleta censitária com vistas a captar as características socioculturais e étnicas dos indígenas. Nesse sentido, uma via importante seria estimular a participação das comunidades indígenas no planejamento e execução dos censos nacionais, bem como buscar a realização de levantamentos específicos.

Tabela 1.1 - Frequências (absolutas e relativas) de pessoas e de responsáveis residentes em domicílios improvisados de acordo com as categorias de cor ou raça, segundo situação de domicílio. Brasil, 2010.

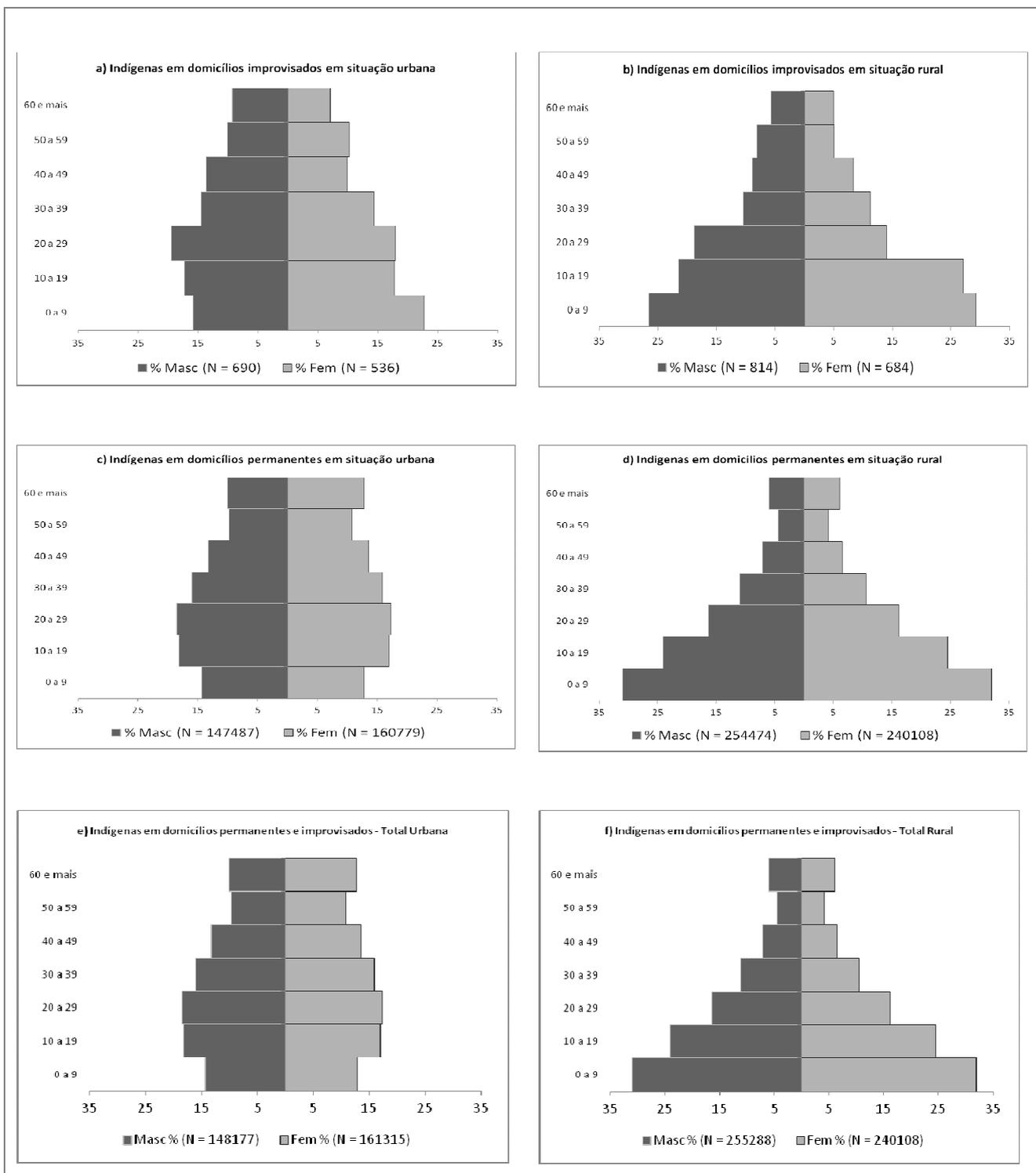
| Cor ou raça | Urbana | | | | Rural | | | | Total | | | |
|----------------------------|--|----------------|--------------------|----------------|--|----------------|-------------------|----------------|--|---------------------|--------------------|----------------|
| | Moradores em domicílios improvisados | % ¹ | População urbana | % ² | Moradores em domicílios improvisados | % ¹ | População rural | % ² | Moradores em domicílios improvisados | % ¹ | População total | % ² |
| Branca | 59.328 | 64,76 | 80.212.529 | 0,07 | 32.286 | 35,24 | 10.839.117 | 0,30 | 91.614 | 100,00 | 91.051.646 | 0,10 |
| Preta | 17.383 | 59,03 | 12.430.469 | 0,14 | 12.067 | 40,97 | 2.087.492 | 0,58 | 29.450 | 100,00 | 14.517.961 | 0,20 |
| Amarela | 1.934 | 65,92 | 1.803.377 | 0,13 | 1.000 | 34,08 | 280.911 | 0,43 | 2.934 | 100,00 | 2.084.288 | 0,14 |
| Parda | 86.443 | 55,42 | 66.158.924 | 0,11 | 69.526 | 44,58 | 16.118.409 | 0,36 | 155.969 | 100,00 | 82.277.333 | 0,19 |
| Indígena | 1.226 | 45,01 | 315.192 | 0,39 | 1.498 | 54,99 | 502.771 | 0,30 | 2.724 | 100,00 | 817.963 | 0,33 |
| Total | 166.314 | 58,83 | 160.920.491 | 0,10 | 116.377 | 41,17 | 29.828.700 | 0,39 | 282.691 | 100,00 | 190.749.191 | 0,15 |
| Cor ou raça do responsável | Responsáveis por domicílios improvisados | % ¹ | Domicílios urbanos | % ² | Responsáveis por domicílios improvisados | % ¹ | Domicílios rurais | % ² | Responsáveis por domicílios improvisados | Total de domicílios | % ² | |
| Branca | 24.130 | 68,34 | 25.218.270 | 0,10 | 11.181 | 31,66 | 3.147.889 | 0,36 | 35.311 | 100,00 | 28.366.159 | 0,12 |
| Preta | 8.099 | 62,15 | 4.455.259 | 0,18 | 4.933 | 37,85 | 704.954 | 0,70 | 13.032 | 100,00 | 5.160.213 | 0,25 |
| Amarela | 825 | 71,12 | 623.602 | 0,13 | 335 | 28,88 | 81.715 | 0,41 | 1.160 | 100,00 | 705.317 | 0,16 |
| Parda | 32.053 | 59,93 | 18.897.798 | 0,17 | 21.429 | 40,07 | 4.107.197 | 0,52 | 53.482 | 100,00 | 23.004.995 | 0,23 |
| Indígena | 488 | 57,68 | 114.600 | 0,43 | 358 | 42,32 | 97.065 | 0,37 | 846 | 100,00 | 211.665 | 0,40 |
| Total | 65.595 | 63,17 | 49.309.529 | 0,13 | 38.236 | 36,83 | 8.138.820 | 0,47 | 103.831 | 100,00 | 57.448.349 | 0,18 |

%¹ = Proporção de pessoas/responsáveis residentes em domicílios improvisados em relação ao total na situação (urbana e rural).

%² = Proporção de pessoas/responsáveis residentes em domicílios improvisados em relação ao total segundo as categorias de cor ou raça.

Fonte: Censo Demográfico 2010

Figuras 1.1 – Pirâmides etárias de indígenas residentes em domicílios improvisados urbanos (1.1.a); domicílios improvisados rurais (1.1.b); domicílios permanentes urbanos (1.1.c); domicílios permanentes rurais (1.1.d); total (improvisados e permanentes) urbano (1.1.e) e total (improvisados e permanentes) rural (1.1.f). Brasil, 2010.



Fonte: Censo Demográfico 2010

Tabela 1.1 - Condição de alfabetização e rendimento domiciliar per capita de indígenas residentes em domicílios particulares improvisados e particulares permanentes de acordo com situação e localização em terra indígena. Brasil, 2010.

| Situação | Indígenas em domicílios improvisados | | | | | | Indígenas em domicílios permanentes | | | | | |
|--|--------------------------------------|-------|-------------|-------|--------------------|--------------|-------------------------------------|-------|---------------|-------|----------------------|--------------|
| | Urbana | % | Rural | % | Total | % | Urbana | % | Rural | % | Total | % |
| Alfabetização | | | | | | | | | | | | |
| Sim | 803 | 72,5 | 832 | 65,6 | 1.635 | 68,8 | 251.448 | 87,1 | 266.950 | 64,4 | 518.398 | 73,7 |
| Não | 304 | 27,5 | 437 | 34,4 | 741 | 31,2 | 37.398 | 12,9 | 147.564 | 35,6 | 184.962 | 26,3 |
| Total | 1.107 | 100,0 | 1.269 | 100,0 | 2.376 | 100,0 | 288.846 | 100,0 | 414.514 | 100,0 | 703.360 | 100,0 |
| Rendimento domiciliar per capita (mediana em reais)² | | | | | | | | | | | | |
| | 133,33 | | 66,67 | | 86,80 | | 265,00 | | 50,00 | | 102,00 | |
| | (n = 1.226) | | (n = 1.498) | | (n = 2.724) | | (n = 308.266) | | (n = 494.582) | | (n = 802.848) | |
| Localização em terras indígenas | Fora de TI | % | Em TI | % | Total | % | Fora de TI | % | Em TI | % | Total | % |
| Alfabetização | | | | | | | | | | | | |
| Sim | 1.299 | 69,2 | 336 | 67,5 | 1.635 | 68,8 | 288.313 | 83,9 | 230.085 | 64,0 | 518.398 | 73,7 |
| Não | 579 | 30,8 | 162 | 32,5 | 741 | 31,2 | 55.433 | 16,1 | 129.529 | 36,0 | 184.962 | 26,3 |
| Total | 1.878 | 100,0 | 498 | 100,0 | 2.376 | 100,0 | 343.746 | 100,0 | 359.614 | 100,0 | 703.360 | 100,0 |
| Rendimento domiciliar per capita (mediana em reais)² | | | | | | | | | | | | |
| | 100,00 | | 65,50 | | 86,80 | | 233,33 | | 45,33 | | 102,00 | |
| | (n = 2.114) | | (n = 610) | | (n = 2.724) | | (n = 370.656) | | (n = 432.192) | | (n = 802.848) | |

¹ Pessoas com idade maior que 5 anos.

² Salário mínimo em 31 de julho de 2010 (data de referência do censo 2010) era de R\$ 510,00.

Fonte: Censo Demográfico 2010

Tabela 1.3 - Frequência de indígenas residentes em domicílios particulares improvisados nas macrorregiões e Unidades da Federação segundo situação de domicílio. Brasil, 2010.

| URBANO | | | | | RURAL | | | | TOTAL | | | |
|---------------------|------------------------------|--------------|---------------------------------------|---------------------|------------------------------|--------------|--|------------------|------------------------------|--------------|--|---------------------|
| Região/ UF | Indígenas em improvisados | % no país | Pop. total de ind. na região/UF | (% na região/UF) | Indígenas em improvisados | % no país | Pop. total de indígenas na região/UF | (% na região/UF) | Indígenas em improvisados | % no país | Pop. total de indígenas na região/UF | (% na região/UF) |
| Norte | 228 | 18,6 | 61.520 | 0,4 | 451 | 30,0 | 244.353 | 0,2 | 678 | 24,8 | 305.873 | 0,2 |
| AC | 49 | 4,0 | 2.595 | 1,9 | 37 | 2,5 | 13.326 | 0,3 | 86 | 3,2 | 15.921 | 0,5 |
| AM | 89 | 7,3 | 34.302 | 0,3 | 280 | 18,6 | 134.378 | 0,2 | 369 | 13,6 | 168.680 | 0,2 |
| AP | 0 | 0,0 | 1.360 | 0,0 | 3* | 0,2 | 6.048 | 0,0 | 3 | 0,1 | 7.408 | 0,0 |
| PA | 22 | 1,8 | 9.966 | 0,2 | 62 | 4,1 | 29.115 | 0,2 | 84 | 3,1 | 39.081 | 0,2 |
| RO | 10 | 0,8 | 2.906 | 0,3 | 3* | 0,2 | 9.109 | 0,0 | 13 | 0,5 | 12.015 | 0,1 |
| RR | 55 | 4,5 | 8.212 | 0,7 | 36 | 2,4 | 41.425 | 0,1 | 91 | 3,3 | 49.637 | 0,2 |
| TO | 3* | 0,2 | 2.179 | 0,1 | 30 | 2,0 | 10.952 | 0,3 | 33 | 1,2 | 13.131 | 0,2 |
| Nordeste | 254 | 20,8 | 106.162 | 0,2 | 344 | 22,9 | 102.529 | 0,3 | 598 | 22,0 | 208.691 | 0,3 |
| AL | 25 | 2,0 | 6.233 | 0,4 | 33 | 2,2 | 8.276 | 0,4 | 58 | 2,1 | 14.509 | 0,4 |
| BA | 99 | 8,1 | 36.320 | 0,3 | 142 | 9,5 | 20.061 | 0,7 | 241 | 8,9 | 56.381 | 0,4 |
| CE | 22 | 1,8 | 12.610 | 0,2 | 8 | 0,5 | 6.726 | 0,1 | 30 | 1,1 | 19.336 | 0,2 |
| MA | 11 | 0,9 | 6.911 | 0,2 | 85 | 5,7 | 28.361 | 0,3 | 96 | 3,5 | 35.272 | 0,3 |
| PB | 31 | 2,5 | 9.425 | 0,3 | 3* | 0,2 | 9.724 | 0,0 | 34 | 1,2 | 19.149 | 0,2 |
| PE | 40 | 3,3 | 25.780 | 0,2 | 52 | 3,5 | 27.504 | 0,2 | 92 | 3,4 | 53.284 | 0,2 |
| PI | 12 | 1,0 | 2.357 | 0,5 | 15 | 1,0 | 587 | 2,6 | 27 | 1,0 | 2.944 | 0,9 |
| RN | 3* | 0,2 | 2.080 | 0,1 | 3* | 0,2 | 517 | 0,5 | 6 | 0,2 | 2.597 | 0,2 |
| SE | 11 | 0,9 | 4.446 | 0,2 | 3* | 0,2 | 773 | 0,3 | 14 | 0,5 | 5.219 | 0,3 |
| Sudeste | 178 | 14,5 | 79.263 | 0,2 | 47 | 3,1 | 18.697 | 0,3 | 225 | 8,3 | 97.960 | 0,2 |
| ES | 8 | 0,7 | 6.349 | 0,1 | 3* | 0,2 | 2.811 | 0,1 | 11 | 0,4 | 9.160 | 0,1 |
| MG | 63 | 5,1 | 19.843 | 0,3 | 16 | 1,1 | 11.269 | 0,1 | 79 | 2,9 | 31.112 | 0,3 |
| RJ | 34 | 2,8 | 15.156 | 0,2 | 9 | 0,6 | 738 | 1,2 | 43 | 1,6 | 15.894 | 0,3 |
| SP | 73 | 6,0 | 37.915 | 0,2 | 19 | 1,3 | 3.879 | 0,5 | 92 | 3,4 | 41.794 | 0,2 |
| Sul | 337 | 27,5 | 34.009 | 1,0 | 391 | 26,0 | 40.936 | 1,0 | 728 | 26,8 | 74.945 | 1,0 |
| PR | 114 | 9,3 | 12.509 | 0,9 | 126 | 8,4 | 13.406 | 0,9 | 240 | 8,8 | 25.915 | 0,9 |
| RS | 201 | 16,4 | 13.820 | 1,5 | 206 | 13,7 | 19.169 | 1,1 | 407 | 15,0 | 32.989 | 1,2 |
| SC | 22 | 1,8 | 7.680 | 0,3 | 59 | 3,9 | 8.361 | 0,7 | 81 | 3,0 | 16.041 | 0,5 |
| Centro Oeste | 227 | 18,5 | 34.238 | 0,7 | 269 | 17,9 | 96.256 | 0,3 | 496 | 18,2 | 130.494 | 0,4 |
| MS | 164 | 13,4 | 14.457 | 1,1 | 230 | 15,3 | 58.838 | 0,4 | 394 | 14,5 | 73.295 | 0,5 |
| MT | 16 | 1,3 | 5.821 | 0,3 | 30 | 2,0 | 36.717 | 0,1 | 46 | 1,7 | 42.538 | 0,1 |
| GO | 29 | 2,4 | 8.019 | 0,4 | 9 | 0,6 | 514 | 1,8 | 38 | 1,4 | 8.533 | 0,4 |
| DF | 18 | 1,5 | 5.941 | 0,3 | 0 | 0,0 | 187 | 0,0 | 18 | 0,7 | 6.128 | 0,3 |
| Brasil | 1.224 | 100,0 | 315.192 | 0,4 | 1.502 | 100,0 | 502.771 | 0,3 | 2.726** | 100,0 | 817.963 | 0,3 |

Fonte: BME – Censo Demográfico 2010.

*Foram substituídos os registros de “X” por 3 nas seguintes situações = urbana de: RN e TO e rural de: AP, ES, PB, RN, RO e SE.

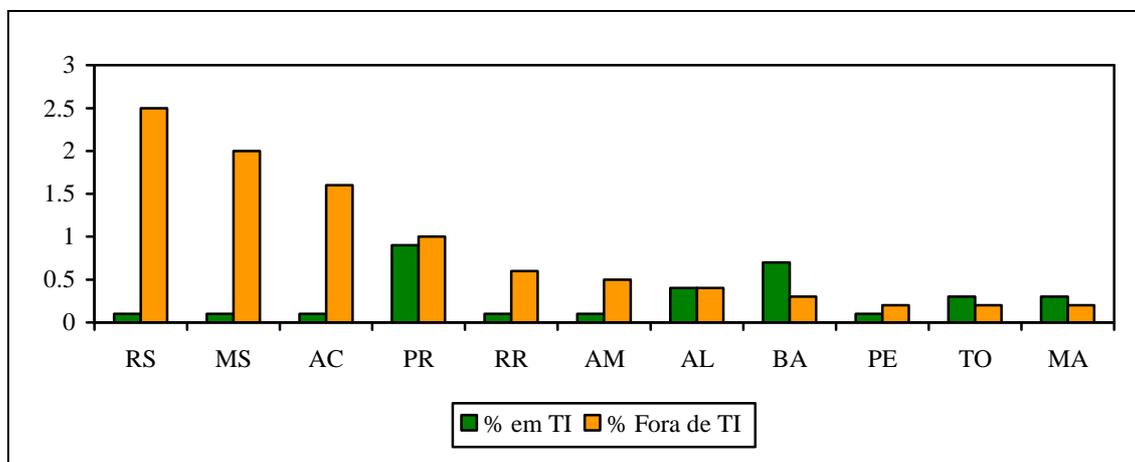
** Devido aos arredondamentos, o valor total não coincide com o total de indígenas residentes em domicílios particulares improvisados da Tabela 2-1 (N = 2.724).

Tabela 1.4 – Frequência de pessoas autodeclaradas indígenas que residiam em domicílios particulares improvisados, de acordo com etnias e situação de domicílio. Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Amazonas, 2010.

| | Urbano | | | Rural | | | Total | | |
|----------------------------|---------------------------------------|---------------|------------|---------------------------------------|----------------|------------|---------------------------------------|----------------|------------|
| | Residentes em domicílios improvisados | Pop. Total | % | Residentes em domicílios improvisados | Pop. Total | % | Residentes em domicílios improvisados | Pop. Total | % |
| Mato Grosso do Sul | | | | | | | | | |
| Guarani | 108 | 2.129 | 5,1 | 201 | 35.521 | 0,6 | 309 | 37.650 | 0,8 |
| Kaiowa | | | | | | | | | |
| Terena | 37 | 8.604 | 0,4 | 14 | 18.742 | 0,1 | 51 | 27.346 | 0,2 |
| Kayapo | 7 | 49 | 14,3 | 0 | 0 | 0 | 7 | 49 | 14,3 |
| Não sabe/ Outras etnias | 12 | 2.607 | 0,5 | 15 | 191 | 51,7 | 27 | 2.798 | 1,0 |
| Total | 164 | 13.389 | 1,2 | 230 | 54.454 | 0,4 | 394 | 67.843 | 0,6 |
| Rio Grande do Sul | | | | | | | | | |
| Kaingang | 146 | 2.980 | 4,9 | 170 | 16.764 | 1,0 | 316 | 19.744 | 1,6 |
| Guarani Mbya | 20 | 448 | 4,5 | 10 | 1.558 | 0,6 | 30 | 2.006 | 1,5 |
| Guarani | 15 | 1.365 | 1,1 | 23 | 247 | 9,3 | 38 | 1.612 | 2,4 |
| Guarani Kaiowa | 6 | 784 | 0,8 | 0 | 200 | 0 | 6 | 984 | 0,6 |
| Não sabe/ outras etnias | 14 | 7.071 | 0,2 | 0 | 507 | 0 | 17 | 7.578 | 0,2 |
| Total | 201 | 12.648 | 1,6 | 203 | 19.276 | 1,1 | 407 | 31.924 | 1,3 |
| Amazonas | | | | | | | | | |
| Bare | 24 | 7.228 | 0,3 | 90 | 4.662 | 1,9 | 114 | 11.890 | 1,0 |
| Kanamari | 0 | 155 | 0 | 32 | 3.811 | 0,8 | 32 | 3.966 | 0,8 |
| Tikuna | 11 | 3.612 | 0,3 | 26 | 42.246 | 0,1 | 37 | 45.858 | 0,1 |
| Mura | 18 | 3.311 | 0,5 | 23 | 9.094 | 0,3 | 41 | 12.405 | 0,3 |
| Palhari | 0 | 246 | 0 | 23 | 1.035 | 2,2 | 23 | 1.281 | 1,8 |
| Maragua | 0 | 18 | 0 | 18 | 49 | 36,7 | 18 | 67 | 26,9 |
| Kocama | 8 | 3.238 | 0,2 | 15 | 7.997 | 0,2 | 23 | 11.235 | 0,2 |
| Tukano | 0 | 2.684 | 0 | 15 | 3.323 | 0,5 | 15 | 6.007 | 0,2 |
| Satere-Mawe | 12 | 1.233 | 1 | 10 | 10.283 | 0,1 | 22 | 11.516 | 0,2 |
| Piratuapuia | 0 | 562 | 0 | 9 | 812 | 1,1 | 9 | 1.374 | 0,7 |
| Yanomami | 0 | 71 | 0 | 7 | 13.331 | 0,1 | 7 | 13.402 | 0,1 |
| Aporina | 7 | 1.709 | 0,4 | 6 | 4.823 | 0,1 | 13 | 6.532 | 0,2 |
| Kaxarari | 0 | 0 | 0 | 6 | 103 | 5,8 | 6 | 103 | 5,8 |
| Não sabe/ Outras etnias | 9 | 1.991 | 0,5 | 0 | 344 | 0 | 9 | 2.335 | 0,4 |
| Total | 89 | 26.058 | 0,3 | 280 | 101.913 | 0,3 | 369 | 127.971 | 0,3 |

Fonte: BME, Censo Demográfico 2010.

Figura 1.2 - Frequências relativas (%) de pessoas autodeclaradas indígenas que residiam em domicílios improvisados segundo localização em terras indígenas de Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, 2010.

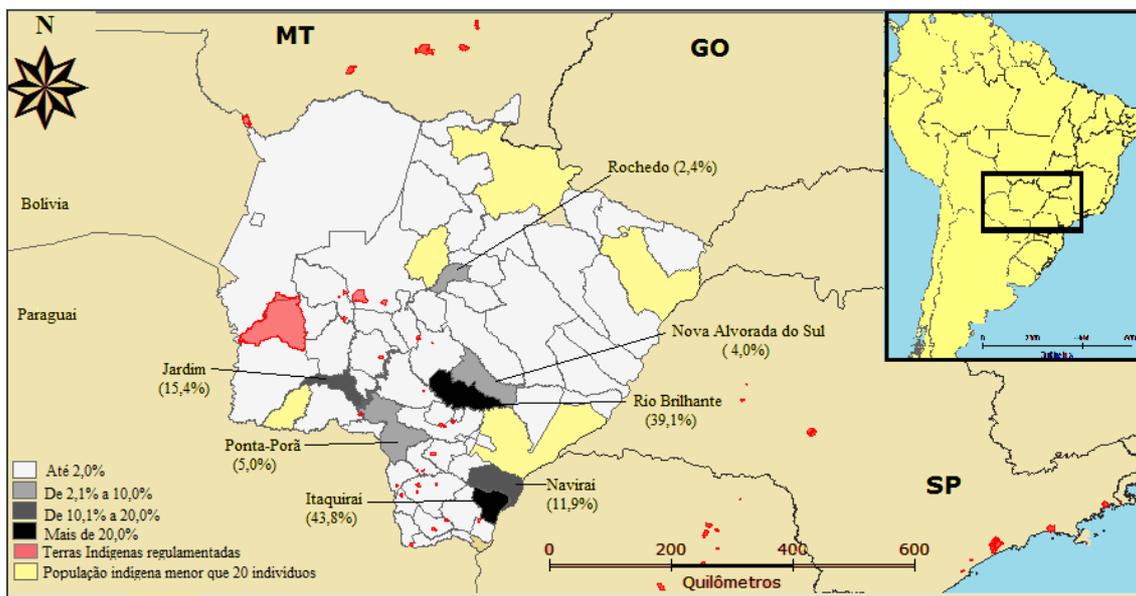


Obs.: Denominadores das proporções acima:

| | RS | MS | AC | PR | RR | AM | AL | BA | PE | TO | MA |
|-------------------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|--------|--------|--------|--------|--------|
| ■ Pop. em TI | 17.254 | 57.428 | 11.651 | 11.290 | 40.220 | 114.695 | 4.486 | 13.078 | 24.125 | 10.573 | 26.062 |
| ■ Pop. fora de TI | 15.735 | 15.867 | 4.270 | 14.625 | 9.417 | 53.985 | 10.023 | 43.303 | 29.159 | 2.558 | 9.210 |

Fonte: BME, Censo Demográfico 2010

Figura 1.3 - Frequência de moradores indígenas em domicílios permanentes improvisados, em relação ao total de indígenas nos municípios. Mato Grosso do Sul, 2010.

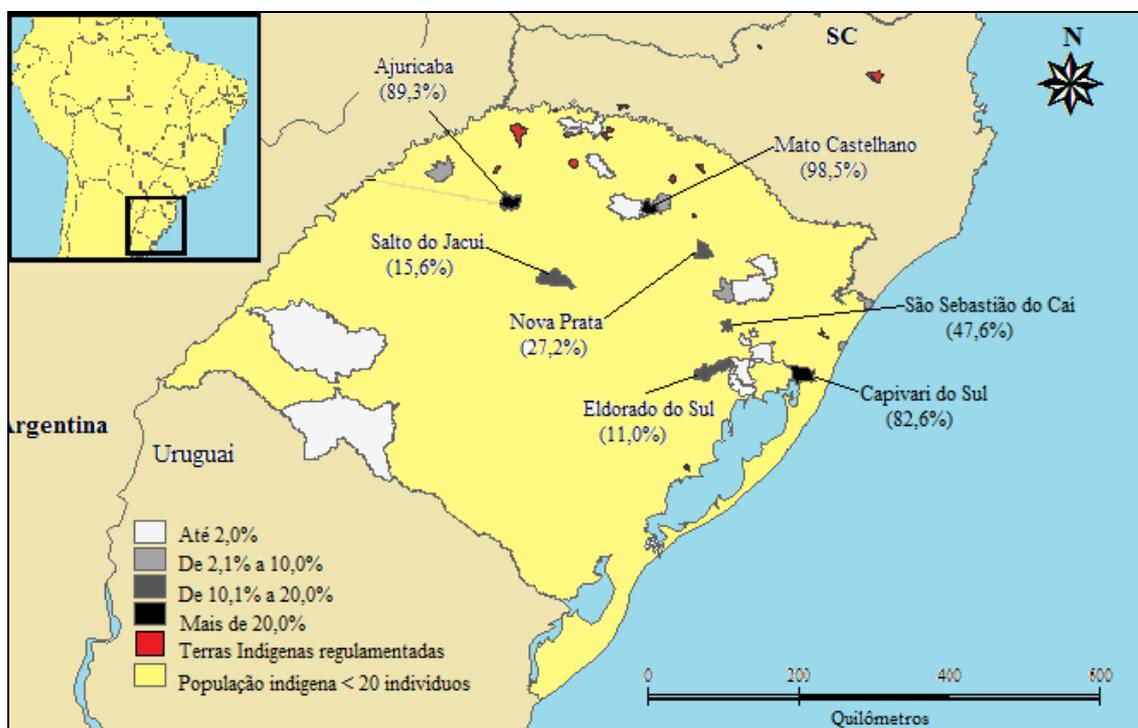


Fonte: Censo Demográfico 2010

Obs 1: Não foram incluídos na escala percentual os municípios que apresentaram menos de 20 indivíduos autodeclarados indígenas.

Obs 2: Estão representadas as terras indígenas que estavam nas seguintes situações fundiárias: declarada, homologada e em processo de aquisição como reserva indígena até a data de 31 de dezembro de 2010.

Figura 1.4 - Frequência de moradores indígenas em domicílios permanentes improvisados, em relação ao total de indígenas nos municípios. Rio Grande do Sul, 2010.



Fonte: Censo Demográfico 2010

Obs.: Não foram incluídos na escala percentual os municípios com menos de 20 indivíduos autodeclarados indígenas.

Obs 2: Estão representadas as terras indígenas que estavam nas seguintes situações fundiárias: declarada, homologada e em processo de aquisição como reserva indígena até a data de 31 de dezembro de 2010.

2. Composição domiciliar segundo cor ou raça nos Censos Demográficos de 2000 e 2010, com foco nos autodeclarados indígenas^{4,5}

⁴ Uma análise inicial dos resultados aqui descritos foi apresentada no XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em São Pedro, São Paulo, de 24 a 28 de novembro de 2014 (Pereira et al. 2014).

⁵ Agradeço ao Dr. Marcelo Cunha (ENSP/FIOCRUZ) por sua ajuda nas análises estatísticas e discussão dos argumentos desenvolvidos neste texto.

2.1. Introdução

No que diz respeito à autodeclaração de pessoas indígenas, um dos pontos que mais chama a atenção ao se comparar as mudanças observadas entre os Censos Demográficos 2000 e 2010 se relaciona à redução na quantidade de pessoas residentes nas áreas urbanas do Brasil, de 383 mil para 315 mil. Por outro lado, houve aumento na quantidade de indígenas em área rural, que passaram de 351 mil para 503 mil (Azevedo 2011; IBGE 2012c; Santos & Teixeira 2011).

Além da dimensão de volume de população, um aspecto a ser explorado a partir dos dados censitários para os indígenas é como essa conjunção de contextos, ou seja, redução na situação urbana e aumento na rural se articula com outros aspectos demográficos, como composição domiciliar a partir da variável cor ou raça. Na situação urbana, a diminuição de autodeclarados indígenas foi acompanhada pela redução no número de domicílios cujos responsáveis eram indígenas (de 134 mil em 2000 para 112 mil em 2010). Em áreas rurais, associado ao aumento de indígenas, houve crescimento na quantidade de domicílios cujos responsáveis eram indígenas, passando de 66 mil para 95 mil, com uma taxa de crescimento anual de 3,7% (IBGE 2012a:110). Dentre todos os grupos de cor/raça, em termos absolutos, foi somente para os indígenas, na situação urbana, que se observaram entre os dois censos a concomitante redução numérica de população e de domicílios cujos responsáveis eram indígenas.

Na literatura acerca das relações entre corresidentes a partir dos censos demográficos no Brasil, as questões que descrevem relações de conjugalidade são mais expressivas. Trabalhos recentes têm explorado os padrões de convergência e divergência de cor/raça de cônjuges (o que tem sido denominado de “seletividade marital”), permitindo discussões sobre como os padrões de relação étnico-racial se reproduzem no plano social (Petruccelli 2001; Telles 2003; Longo et al. 2012; Longo & Miranda-Ribeiro 2012). Em alguns casos específicos, outras publicações investigaram os padrões de atribuição de cor/raça de filhos(as) resultantes de casamentos cujos pais apresentavam cor/raça convergentes ou divergentes (Beltrão et al. 2008; Schwartzman 2007). A partir da análise dessa literatura verifica-se que, de uma maneira geral, pouca atenção tem sido dada nos estudos demográficos acerca das mudanças (ou persistências)

na composição dos domicílios no que diz respeito à cor ou raça, o que se aplica também aos indígenas.

Como amplamente reconhecido, a coleta de dados que caracterizam os domicílios é um aspecto fundamental das investigações censitárias, seja no Brasil ou nos censos de outros países (Rodríguez 1999; Alves & Cavenaghi 2006; Ruggles & Brower 2003).

No entanto, vale chamar atenção para o fato de que, em particular para segmentos da população socioculturalmente diferenciados, como no caso dos povos indígenas, dados referentes à categoria domicílio, assim como as correlatas (família e parentesco), precisam ser cuidadosamente interpretados. Isso se deve às limitações metodológicas das pesquisas censitárias no sentido de captar especificidades de segmentos sociais particulares. Como apontado por Azevedo (2006), no que diz respeito ao Brasil:

No caso dos povos indígenas as chamadas famílias são compostas por diferentes intrincados sistemas de parentesco e casamentos ou organizações sociais que se conectam com as regras de residência e com os padrões de assentamento, ou os tamanhos e disposições das chamadas aldeias, ou grupos locais. Portanto, é muito difícil conseguir captar essa complexidade de organizações sociais e traduzir para nossos conceitos de famílias, domicílios, ou mesmo terminologias de parentesco. Para termos uma ideia do número de famílias moradoras de um mesmo domicílio no caso dos povos indígenas, precisaríamos repensar os conceitos de domicílio particular, coletivo, de responsável pelo domicílio, e repensar as categorias de relação com o responsável, deixando as categorias de parentesco nossas, mas incluindo outras mais abertas. (Azevedo 2006: 58).

A questão da composição dos domicílios, para além da dimensão sócio-demográfica acima apontada, apresenta estreita articulação com a definição de parâmetros de central importância nas investigações em saúde. Um exemplo é aquele da categorização da cor/raça dos domicílios, que em geral se baseia na cor/raça do responsável. Nesse sentido, diversas investigações sobre as condições de saneamento a partir dos dados censitários atribuem aos domicílios a cor/raça do responsável (Pereira et al. 2009; Marinho et al. 2011; Almeida et al. 2014). Outro exemplo se relaciona com os dados sobre mortalidade, coletados no censo de 2010, e que não apresentam informação sobre cor/raça da pessoa que faleceu. A alternativa que vem sendo utilizada é a de atribuir ao óbito a cor/raça do responsável (Caldas et al. 2014). O passo metodológico acerca do uso do atributo do responsável como *proxy* da cor/raça dos domicílios parte da premissa de que os domicílios tendem a ser razoavelmente

homogêneos em termos da composição de cor/raça, o que é um aspecto que não tem sido sistematicamente avaliado a partir dos dados censitários.

O objetivo deste trabalho foi conduzir uma análise acerca da composição dos domicílios segundo cor/raça com base nos dados dos censos de 2000 e 2010. A partir de uma comparação entre as cinco macrorregiões, considerando as situações urbanas e rurais, foram analisadas as frequências de coresidência de pessoas, com foco na categoria indígena.

2.2. Metodologia

As análises foram realizadas a partir dos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010. A variável “cor ou raça”, presente no questionário da amostra em 2000 e nos questionários básico e da amostra em 2010, foi central na condução dos resultados. As informações enfocaram a categoria “indígena”.

A respeito dos procedimentos de amostragem convém dizer que desde o censo demográfico de 1960, o IBGE considera o tamanho dos municípios como pressuposto para seleção dos domicílios da amostra (IBGE 2003; 2013). A situação ideal para selecionar aleatoriamente domicílios em cada um dos municípios (5.507 em 2000 e 5.565 em 2010) envolveria uma listagem atualizada do universo de domicílios, o que não é factível. Então, opera-se com uma amostragem probabilística sistemática com equiprobabilidade entre os estratos (setores censitários). Em 2000 foram selecionados 20% dos domicílios nos municípios com até 15 mil habitantes (64,2%) e naqueles com mais de 15 mil habitantes (35,8%) foram selecionados 10% dos domicílios. Naquele ano, foi selecionado para responder o questionário da amostra um total de 4.842.755 (11,4%) domicílios (IBGE 2003: 323). Para amostragem do censo de 2010 foram consideradas cinco (05) frações amostrais que variaram de 5% do total de domicílios nos municípios com mais de 500 mil habitantes até 50% naqueles cuja população foi de até 2.500 habitantes. No total foram selecionados 11,0% dos domicílios nos 5.565 municípios brasileiros em 2010 (IBGE 2013:446). Em todas as análises foram

considerados os pesos amostrais também presentes nos microdados e que possibilitam a expansão das estimativas⁶.

O processo de análise dos dados censitários desenvolvido neste trabalho pode ser dividido em três etapas. Inicialmente foram criadas categorias que descrevem, para os censos de 2000 (amostra) e 2010 (universo), as frequências das várias combinações possíveis de cor/raça dos moradores dos domicílios, quais sejam: (1) domicílios unicolores (somente brancos, somente pretos, somente amarelos, etc.); (2) bicolores (somente brancos e pretos, somente brancos e amarelos, etc.); (3) tricolores (somente brancos, pretos e amarelos; somente brancos, pretos e pardos; etc.); (4) quadricolores (brancos, pretos, amarelos e pardos; somente brancos, pretos, amarelos e indígenas; etc.); (5) quinticolores (presença de pelo menos um indivíduo de cada uma das cinco categorias de cor/raça).⁷ Nesta primeira etapa foram considerados somente residentes em domicílios classificados como particular permanente e não foram incluídos aqueles de cor/raça ignorada (Censo 2000 = 268.063 ou 0,16% e Censo 2010 = 6.608 ou 0,003%). Os resultados foram estratificados para as situações de domicílios (urbana e rural) e para as cinco macrorregiões geográficas.

Nas duas etapas subsequentes foram considerados apenas os microdados do censo de 2010 (amostra). A partir deles foi criado um banco de dados no qual cada registro (linhas) apresentava variáveis (colunas) referentes à composição dos domicílios⁸. A variável “relação dos moradores com o responsável pelo domicílio” (V0502) foi central no delineamento da segunda etapa. Em 2010, apresentava 20 categorias, dentre as quais cônjuge, filhos(as) e agregados (ver lista completa em IBGE 2013: 239). Para cada morador havia o registro da categoria que o ligava ao responsável e a partir daí, foram descritas as frequências de moradores segundo cor ou raça que residiam em domicílios cujos responsáveis eram de cor ou raça concordantes.

⁶ Para maiores detalhes dos procedimentos amostrais, ver Anexo I desta tese. Ver também publicações do IBGE sobre a metodologia adotada em cada censo (IBGE 2003 e IBGE 2013).

⁷ Essas informações foram geradas pela Dr^a Nilza Pereira (IBGE/RJ), que também participou da análise dos dados apresentados neste artigo.

⁸ Este banco foi preparado pela Dr^a Margareth Portela (ENSP/FIOCRUZ).

A última etapa focou na caracterização dos domicílios, considerando a presença de indígenas. Foram descritas, segundo situação (urbano e rural), as distribuições de domicílios da seguinte maneira: 1) responsáveis indígenas, 2) ao menos um morador indígena, e 3) ao menos metade ($\geq 50,0\%$) dos moradores indígenas.

As informações estão apresentadas em tabelas descritivas e foram geradas com software Microsoft Excel 2010. A montagem dos bancos de dados e análises a partir dos microdados da amostra do censo de 2010 foram efetuadas utilizando o software *Statistical Analysis System* (®SAS Versão 9.4, 2014).

2.3. Resultados

A Tabela 2.1 apresenta a distribuição dos moradores de acordo com os arranjos domiciliares a partir dos dados do censo de 2000. Aqueles em arranjos unicolores e bicolores apresentaram, conjuntamente, frequências superiores a 95,0%, o que se aplica tanto para a situação urbana (96,5%) quanto para rural (96,8%). No caso dos residentes em arranjos tricolores, ou seja, nos quais os moradores referiram pertencimento a três categorias de cor ou raça diferentes, as maiores frequências ocorreram nas áreas urbanas do Norte (4,6%) e Nordeste (4,5%). Na situação rural, os valores também se apresentaram mais elevados no Norte (4,0%) e Nordeste (3,8%). Nos arranjos quadricolores, as frequências foram inferiores a 0,5% para todas as macrorregiões, em ambas situações de domicílio. Em 2000, somente 811 pessoas viviam em domicílios quinticolores, todas em área urbana.

Em geral, o padrão observado para o Censo Demográfico 2010 quanto à distribuição dos moradores segundo os arranjos (Tabela 2.2) mostrou-se similar ao descrito acima para o Censo Demográfico 2000. Assim, os arranjos unicolores e bicolores apresentaram as mais elevadas frequências de residentes (superiores a 90,0%), sendo 95,5% na situação urbana e 96,0% na rural. No caso dos arranjos tricolores, as maiores frequências foram observadas no Norte (5,7% urbano e 4,0% rural). Nos arranjos quadricolores, as frequências foram, em geral, inferiores a 1,0%, com exceção do Norte urbano (1,2%). A quantidade de pessoas residentes em domicílios quinticolores se mostrou bastante reduzida (2.110 moradores).

Segundo o censo de 2000, para o país como um todo, as proporções de pessoas que residiam em domicílios homogêneos quanto à cor ou raça (unicolores) variaram de 42,6% para pretos a 69,5% para brancos (Tabela 2.3). Para os arranjos bicolores, os brancos apresentaram a menor proporção (28,5%) e os pardos a maior (45,3%). Em comparação com as demais categorias de cor ou raça, chama atenção as elevadas frequências de indivíduos pretos e indígenas residentes em domicílios tricolores (13,4% e 13,5%, respectivamente). Os indígenas foram os que apresentaram a mais elevada frequência de residentes em domicílios unicolores na situação rural (82,4%) e a mais baixa na urbana (23,7%). Indivíduos pretos (urbano - 14,0%; rural - 11,2%), amarelos (rural - 5,7%) e indígenas (urbana - 22,1%) foram aqueles que apresentaram as mais elevadas frequências em domicílios tricolores. Com relação aos arranjos quadricolores, notam-se proporções elevadas para domicílios onde residiam amarelos (11,4% e 5,3% nas situações urbana e rural, respectivamente) (Tabela 2.3).

Em relação ao censo de 2010, para o país como um todo, as proporções de pessoas que residiam em domicílios unicolores variaram de 37,4% para amarelos a 73,0% para indígenas (Tabela 2.4). O inverso pode ser observado para os arranjos bicolores, nos quais os indígenas apresentaram a menor proporção (19,8%) e os amarelos a maior (43,0%). Para os indígenas, seguindo o observado para o censo de 2000, notam-se importantes variações nas proporções de residentes em arranjos domiciliares unicolores e bicolores segundo situação (na urbana, 41,7% e 41,5%; na rural, 92,5% e 6,2%). Destacam-se as elevadas proporções de amarelos residentes em arranjos quadricolores (12,6% na situação urbana e 16,9% na rural) (Tabela 2.4).

Comparando os resultados dos dois censos, as Figuras 2.1 e 2.2 apresentam as razões das frequências de indivíduos, segundo cor ou raça, residentes em domicílios unicolores, bicolores e tricolores a quinticolores (esses considerados conjuntamente). Observa-se que, por um lado, tanto na situação urbana como rural, para brancos e, sobretudo, para amarelos, houve uma tendência de aumento de pessoas residentes em domicílios multicolores. Por sua vez, para pardos e, em particular, para indígenas, ocorreu uma tendência de concentração de indivíduos em domicílios unicolores, mais marcante na situação urbana (Figura 2.1). No caso dos indivíduos pretos, nota-se uma leve redução na quantidade de residentes em domicílios bicolores e aumento, na área rural, em tri-quinticolores (Figura 2.2) Ou seja, no tocante aos indígenas, houve uma

marcante tendência de concentração dos indivíduos em domicílios nos quais viviam somente outros indígenas.

De acordo com o Censo Demográfico 2010, 61,3% dos brasileiros viviam em domicílios cujos moradores eram todos da mesma categoria de cor ou raça (Tabela 2.5). Considerando o Brasil como um todo, brancos da região Sul e indígenas do Norte apresentaram as maiores proporções de domicílios unicolores (86,4% e 87,9%, respectivamente). As menores proporções podem ser observadas para amarelos nas regiões Norte e Nordeste, onde somente 1 em cada 5 autodeclarados amarelos residiam em domicílios onde todos os moradores também eram amarelos. As distribuições de unicolores segundo situação de domicílio foram semelhantes às proporções para o Brasil como um todo. No entanto, conforme já destacado anteriormente, chamam atenção as frequências de indígenas e amarelos residentes em área urbana, onde aproximadamente 60% das pessoas que declararam pertencimento a essas categorias residiam em domicílios onde moravam também pessoas de categorias de cor ou raça diferentes (Tabela 2.5).

A Tabela 2.6 apresenta as frequências de moradores, segundo cor, que residiam em domicílios cujos responsáveis apresentavam a mesma cor/raça. De modo geral, os resultados apresentam semelhanças com aqueles da Tabela 2.5, no sentido de que brancos da região Sul e indígenas do Norte apresentaram os mais elevados valores (93,2% e 94,8%, respectivamente). As menores proporções podem ser observadas para amarelos nas regiões Norte (51,8%) e Nordeste (53,8%), onde aproximadamente metade das pessoas residia em domicílios cujos responsáveis eram de outra cor/raça. No caso da situação urbana, as distribuições foram semelhantes às proporções para o Brasil como um todo para brancos, pretos, amarelos e pardos (com exceção do Norte). No caso dos indígenas, as frequências de residentes em domicílios cujos responsáveis eram também indígenas na situação rural se mostraram menos expressivas se comparado ao Brasil total, variando de 70,1% (Sudeste) a 82,9% (Norte). No tocante à situação rural, as mais elevadas frequências foram observadas em indígenas (>90% em todas as macrorregiões. Mais uma vez, chama atenção os amarelos, que no Norte e Nordeste apresentaram valores inferiores a 50%. Ainda no que diz respeito à situação rural, as frequências foram superiores a 80% para brancos no Sudeste e Sul, pretos no Nordeste e Sudeste e pardos também no Nordeste e Sudeste.

Com foco unicamente em indígenas, a Tabela 2.7 apresenta uma comparação entre os montantes de domicílios categorizados como indígenas segundo diferentes critérios.⁹ Como esperado, o que resulta em mais elevadas frequências absolutas é aquele de “pelo menos um morador indígena”, enquanto que o mais restritivo é “50% ou mais de moradores indígenas”. De modo a tornar as comparações entre as situações urbano e rural segundo macrorregiões mais evidentes, as Figuras 2.3 e 2.4 apresentam as razões dessas duas categorias de domicílios tomando como referência os montantes de domicílios com responsáveis indígenas. Na situação urbana, as frequências de domicílios com “50% ou mais de residentes indígenas” tenderam a ser cerca de 15-25% inferiores, enquanto para “pelo menos um indígena” as cifras foram próximas ou superiores a 40%. No contexto rural, as diferenças entre essas duas categorias e “responsável indígena” foram bem menos expressivas, com variação inferior a 10% para mais ou para menos, com exceção no Nordeste e Sudeste em relação à categoria “pelo menos um indígena” (15,0% e 21,0% superiores, respectivamente).

2.4. Discussão

A partir de uma revisão da literatura não localizamos outros trabalhos que tenham abordados questões ligadas à composição de domicílio segundo cor/raça com base em dados censitários, tal como conduzido no presente estudo. Diante da escassez de investigações similares, as considerações acerca dos achados deste estudo são limitadas em termos de comparações com outras fontes.

Priorizando uma abordagem descritiva, as análises apontam tanto para uma estabilidade como para mudanças expressivas na composição dos domicílios no país entre 2000 e 2010. Tanto na situação urbana como rural, nota-se que as distribuições dos arranjos unicolores, bicolores e tricolores foram relativamente próximas para as categorias branca, parda e preta, com exceção de um incremento na proporção de brancos residentes em domicílios tricolores entre os dois censos (Figuras 1 e 2). Por

⁹ Nesta etapa da análise, o total de domicílios obtidos a partir da expansão dos microdados revelou para o Brasil um total de 58.051.449 domicílios, que é um valor 1,2% superior àquele divulgado pelo IBGE (2011a – Tabela 1.2.2).

outro lado, os resultados apontam para importantes alterações na composição dos domicílios ao se considerar as categorias indígena e amarela.

Vale destacar que a estabilidade na composição de domicílios observada entre os dois últimos censos, em particular para as categorias branca, preta e parda, ocorreu em um contexto marcado por mudanças na composição de cor ou raça da população brasileira. De acordo com o IBGE (2011a), no período entre os censos de 2000 e 2010, houve redução na proporção da população autodeclarada branca (de 53,7% para 47,7%) e aumento nas proporções de pretos (de 6,2% para 7,6%) e pardos (38,5% para 43,15). Na visão de diversos estudiosos, tais mudanças têm sido associadas à ampliação de políticas públicas de recorte racial no Brasil, em particular aquelas voltadas para a chamada “população negra”, tomada como a junção das categorias preta e parda (IBGE 2011b; Loveman et al. 2011; Maio & Santos 2010; Muniz, 2012; De Paula & Heringer 2009).

Em um contexto no qual houve redução na quantidade de autodeclarados indígenas na situação urbana, as análises indicam marcante aumento na proporção de indígenas que residiam em domicílios unicamente com presença indígena (unicolores). Ou seja, os domicílios indígenas, mesmo com a redução do contingente populacional total entre 2000 e 2010 na situação urbana, se tornaram mais homogêneos de uma perspectiva da cor/raça. Em larga medida, trata-se de uma trajetória inesperada e cuja explicação está além dos elementos disponíveis no presente trabalho. Não obstante, é possível pensar em hipóteses envolvidas nessa mudança, como, por exemplo, a introdução de questões sobre pertencimento étnico específico e língua falada no Censo Demográfico 2010. É plausível supor que essas perguntas possam ter influenciado os resultados no tocante à composição domiciliar indígena. Especificamente, pessoas que se percebiam como indígenas, mas não declararam pertencimento étnico e linguístico específico podem ter optado por se autodeclarar em outras categorias de cor ou raça, que não indígena. Em outras palavras, no caso do Censo Demográfico 2010, a inovação metodológica relacionada à introdução de perguntas sobre etnia e língua para os indígenas pode ter resultado na percepção, tanto por parte dos entrevistadores como dos entrevistados, de que para ser indígena haveria a necessidade de filiação étnica específica.

A averiguação da hipótese aventada acima com base nos dados censitários é de extrema dificuldade, uma vez que não há fontes adicionais que poderiam fornecer subsídios para compreender os complexos processos envolvidos na definição das categorias de pertencimento étnico indígena no âmbito dos domicílios. Em outros países, como na Austrália, por exemplo, vem sendo implementadas investigações antropológicas em comunidades indígenas em paralelo ou posteriores aos levantamentos censitários de modo a ajudar a compreender, de um enfoque qualitativo, os resultados produzidos a partir do esforço censitário (Morphy 2007). No Brasil, ainda que não se disponha de informações de ordem antropológica coletadas *pari passu* com o levantamento censitário de 2010, há indicações em relatos antropológicos que se alinham com a vertente explicativa aventada acima. Nesse sentido, Meneghini (2013), a partir de estudo etnográfico realizado com foco em mulheres indígenas da cidade do Recife e região metropolitana, afirmou:

No censo de 2010, houve um aprimoramento para que obtenham-se melhores dados sobre essa população indígena, categorias como etnia, língua falada no ambiente domiciliar e a localização geográfica foram incorporadas às questões respondidas pelos indivíduos que se diziam índios no quesito de cor ou raça. Com o acréscimo desses novos critérios, as pessoas que se autodeclaravam como índias e que não pertenciam a alguma etnia específica foram inibidas ao responder as questões. A consequência esperada da implementação desses novos critérios foi a redução do número de pessoas que se autodeclaravam como índias em algumas regiões. Redução que ocorreu principalmente nas zonas urbanas, deixando algumas regiões com crescimento negativo (Meneghini 2013:5-6).

Ainda que de modo indireto, as análises conduzidas neste estudo se alinham com a interpretação de que as perguntas sobre etnia e língua indagadas aos que se declararam indígenas possam ter resultado em efeito seletivo. Especificamente, apesar da redução no número de indígenas na situação urbana, destacou-se no período entre os dois últimos censos, o aumento na proporção de indígenas que residiam em domicílios onde todos os outros moradores eram indígenas (de 23,7% para 41,7%). Em outras palavras, para áreas urbanas, nota-se uma diminuição dos casos em que indígenas residiam com pessoas de pertencentes a outras categorias de cor ou raça, sinalizando para o fato de que em 2010 havia proporcionalmente um maior número de domicílios nos quais todos eram indígenas. Uma possibilidade é que uma parcela desses domicílios fosse constituída de pessoas que migraram recentemente para os centros urbanos a partir de terras indígenas.

O foco principal deste trabalho diz respeito aos indígenas, mas é importante chamar atenção para o crescimento verificado na população autoclassificada amarela. Dentre todas as categorias de cor/raça, foram para os amarelos que se observou crescimento mais expressivo entre 2000 e 2010, passando de 0,5% para 1,1% da população brasileira, com aumento de aproximadamente 750 mil para cerca de 2 milhões de indivíduos (IBGE, 2011a). Ainda de acordo com o IBGE (SIDRA/IBGE, 2015), o Piauí se destacou como a Unidade da Federação (UF) com a maior proporção de amarelos (2,14%), seguido por Acre (1,89%), Tocantins (1,85%), Goiás (1,64%) e Distrito Federal (1,62%). São Paulo e Paraná, são UF que historicamente receberam expressivos contingentes de migrantes asiáticos ao longo da história do país, aparecem em sétimo (1,35%) e décimo terceiro (1,18%) lugar, respectivamente (SIDRA/IBGE, 2015). Outras pesquisas conduzidas pelo IBGE também tem apontado para padrões de distribuição espacial da população amarela que não se alinham com o esperado a princípio. Nesse sentido, a partir de dados oriundos de um estudo específico acerca da questão étnico-racial, realizado em 2008 em seis UFs (Amazonas, Paraíba, São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Distrito Federal), Petruccelli (2011: 72) observou: “Um dado que chama a atenção é que a categoria amarela apresenta valores mais altos nos Estados do Amazonas (10,5%) e de Mato Grosso (7,9%) do que em São Paulo (5,6%), onde, historicamente, se concentram os descendentes dos imigrantes do extremo leste asiático, autoidentificados, em sua maioria, se supõe, com esta forma de classificação”.

Dentre as comparações realizadas neste trabalho acerca da composição de domicílio entre 2000 e 2010, os padrões observados para a população amarela também são chamativos, uma vez que se destacam marcadamente dos demais. Nesse sentido, foram expressivos os aumentos de amarelos em domicílios com outras 3-5 cores/raças no período entre os dois censos (aumento de 2,5 vezes em relação ao censo de 2000). É fundamental que sejam realizadas investigações especificamente voltadas para compreender as variações observadas entre 2000 e 2010 no que diz respeito ao volume e composição dos domicílios com presença de amarelos, com particular atenção para a dimensão de distribuição segundo UF e situação urbana e rural.

Um dos achados de maior destaque a partir das análises conduzidas neste trabalho se vincula às proporções de pessoas que residiam em domicílios cujos

responsáveis eram da mesma categoria de cor ou raça. Com exceção dos amarelos, foi observado que, para todas as categorias de cor/raça, tanto em situação urbana como rural, em geral mais de 70% das pessoas residiam em domicílios cuja cor/raça era coincidente. Esse padrão foi consistente nas diversas macrorregiões, ainda que menos acentuado no Norte. A mais elevada proporção (96,6%) foi observada para indígenas na área rural da macrorregião Norte. Esses resultados são de particular relevância para investigações acerca de características domiciliares que levam em consideração da variável cor ou raça, que em geral utilizam a cor ou raça do responsável na classificação dos domicílios.

Os resultados deste trabalho também fornecem subsídios para as discussões acerca dos critérios de definição de domicílios como indígena ou não indígena, o que é uma questão metodológica de substancial relevância. Por exemplo, agências governamentais, como o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), no âmbito do estudo intitulado “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça”, adotam o critério da cor/raça do responsável como *proxy* na classificação da cor/raça do domicílio (IPEA 2011).¹⁰ As análises aqui apresentadas para os indígenas em situação urbana mostraram que um critério alternativo àquele de responsável, tal como considerar como indígena aqueles domicílios com a presença de pelo menos uma pessoa que se autodeclarou na categoria, resultou em aumentos de 39% ou mais em todas as regiões, alcançando 48% para o país como um todo (Figura 3).¹¹ No Sudeste, por exemplo, observou-se um aumento de 15410 (critério de responsável indígena) para 22430 domicílios (critério de pelo menos um indígena), o que é um incremento de 54,0% (Figura 3.3). Por sua vez, as diferenças foram menores em situação rural segundo

¹⁰ O IBGE também apresenta tabulações a partir do universo do Censo Demográfico 2010 nas quais caracteriza domicílios a partir da cor ou raça do responsável (ver tabulações a partir do SIDRA, como por exemplo Tabela 1134 “Domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio, espécie de unidade doméstica, existência de compartilhamento da responsabilidade pelo domicílio com a pessoa responsável, o sexo, a cor ou raça e os grupos de idade da pessoa responsável pelo domicílio” (<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1134&z=cd&o=7>, acessada em 18 de fevereiro de 2015).

¹¹ Nas publicações que apresentam resultados dos censos demográficos, específicos para os indígenas, o IBGE também utiliza critério de “pelo menos um indígena” na família e no domicílio particular permanente (IBGE 2005: 128 – Tabela 1.22, p. ex.). Na divulgação dos resultados do universo do Censo 2010 referentes aos indígenas (IBGE 2012a) também se apresentam resultados que comparam domicílios cujo responsável era indígena com aqueles que tinham pelo menos um morador indígena (Ver Tabelas 2.5 a 2.9).

macrorregiões, ainda que no Nordeste e Sudeste as diferenças foram de 15% e 21%, respectivamente (Figura 3.4).

Face à vulnerabilidade socioeconômica a que estão expostos, tais resultados indicam que é importante avaliar comparativamente os critérios de classificação dos domicílios nos quais residem indígenas, uma vez que há ampla variação nas quantidades a depender do esquema classificatório utilizado. Essa assertiva ganha ainda maior relevo ao se observar que a categoria indígena se coloca como uma das que, em situação urbana, apresentaram a maior quantidade de indivíduos residentes em domicílios tri-, quadri- e quintocolores (Tabela 3.4).

2.5. Comentários Finais

Consideramos que as análises apresentadas trazem uma contribuição inovadora para o tema da composição dos domicílios sob o ponto de vista da cor ou raça dos moradores. É importante indicar a necessidade de investigações mais pormenorizadas de modo a melhor compreender a complexidade envolvida não somente nas mudanças observadas entre 2000 e 2010, como entre as categorias de cor ou raça. Em particular, é necessário levar em consideração as características socioeconômicas dos domicílios de modo a conhecer, por exemplo, os padrões de coresidência segundo escolaridade e renda.

Os resultados indicam diferenças importantes na caracterização das pessoas segundo cor ou raça, em especial quando as categorias divergiram daquela na qual se enquadrava o responsável pelo domicílio. Devem, portanto, serem exploradas outras variáveis (como sexo e idade, p.ex.), bem como a relação com o responsável (V0502). Para os indígenas, seria também relevante considerar nas análises questões relativas a pertencimento étnico e línguas indígenas faladas. Conforme comentado, estes dados não se encontram disponíveis nos microdados amostrais de acesso público.

Tabela 2.1 - Frequências de pessoas de acordo com arranjos das categorias de cor ou raça nos domicílios, segundo macrorregiões e situação de domicílio. Brasil, 2000.

| | Unicolores | % | Bicolores | % | Tricolores | % | Quadri- Colores | % | Quinti- colores | % | Total | % |
|---------------|--------------------|-------------|-------------------|-------------|------------------|------------|--------------------|------------|--------------------|------------|---------------------|--------------|
| Total | 100.100.552 | 60,6 | 59.533.816 | 36,0 | 5.608.831 | 3,4 | 79.947 | 0,1 | 523 | 0,0 | 165.323.669* | 100,0 |
| Norte | 6.038.251 | 48,9 | 5.755.111 | 46,6 | 547.154 | 4,4 | 13.106 | 0,1 | 0 | 0,0 | 12.353.622 | 100,0 |
| Nordeste | 22.939.506 | 49,7 | 21.268.876 | 46,0 | 1.961.536 | 4,3 | 30.433 | 0,1 | 264 | 0,0 | 46.200.614 | 100,0 |
| Sudeste | 45.105.259 | 63,8 | 23.206.856 | 32,8 | 2.361.951 | 3,3 | 25.324 | 0,0 | 0 | 0,0 | 70.699.390 | 100,0 |
| Sul | 20.048.665 | 81,1 | 4.341.318 | 17,6 | 338.848 | 1,4 | 5.268 | 0,0 | 126 | 0,0 | 24.734.224 | 100,0 |
| Centro Oeste | 5.968.871 | 52,7 | 4.961.655 | 43,8 | 399.342 | 3,5 | 5.816 | 0,1 | 134 | 0,0 | 11.335.818 | 100,0 |
| Urbano | 81.370.831 | 60,5 | 48.466.377 | 36,0 | 4.620.786 | 3,4 | 68.118 | 0,1 | 523 | 0,0 | 134.526.635 | 100,0 |
| Norte | 3.922.598 | 45,1 | 4.362.109 | 50,2 | 401.643 | 4,6 | 10.206 | 0,1 | 0 | 0,0 | 8.696.557 | 100,0 |
| Nordeste | 15.359.297 | 48,0 | 15.177.685 | 47,5 | 1.423.051 | 4,5 | 24.275 | 0,1 | 264 | 0,0 | 31.984.572 | 100,0 |
| Sudeste | 40.879.965 | 63,9 | 20.947.743 | 32,7 | 2.142.531 | 3,4 | 23.442 | 0,0 | 0 | 0,0 | 63.993.681 | 100,0 |
| Sul | 16.110.395 | 80,5 | 3.608.675 | 18,0 | 294.578 | 1,5 | 4.881 | 0,0 | 126 | 0,0 | 20.018.654 | 100,0 |
| Centro Oeste | 5.098.577 | 51,9 | 4.370.165 | 44,4 | 358.982 | 3,7 | 5.313 | 0,1 | 134 | 0,0 | 9.833.171 | 100,0 |
| Rural | 18.729.720 | 60,8 | 11.067.439 | 36,0 | 988.045 | 3,2 | 11.829 | 0,4 | 0 | 0,0 | 30.797.034 | 100,0 |
| Norte | 2.115.653 | 57,9 | 1.393.002 | 38,1 | 145.511 | 4,0 | 2.900 | 0,1 | 0 | 0,0 | 3.657.065 | 100,0 |
| Nordeste | 7.580.209 | 53,3 | 6.091.191 | 42,9 | 538.484 | 3,8 | 6.158 | 0,0 | 0 | 0,0 | 14.216.043 | 100,0 |
| Sudeste | 4.225.294 | 63,0 | 2.259.113 | 33,7 | 219.420 | 3,3 | 1.882 | 0,0 | 0 | 0,0 | 6.705.708 | 100,0 |
| Sul | 3.938.270 | 83,5 | 732.644 | 15,5 | 44.270 | 0,9 | 387 | 0,0 | 0 | 0,0 | 4.715.571 | 100,0 |
| Centro Oeste | 870.294 | 57,9 | 591.490 | 39,4 | 40.359 | 2,7 | 503 | 0,0 | 0 | 0,0 | 1.502.646 | 100,0 |

Fonte: Censo Demográfico 2000.

* O total de pessoas no Censo Demográfico 2000 foi 169.872.856. A diferença se deve à exclusão de pessoas com cor ou raça ignorada e também daquelas em arranjos com presença de ignorados.

Tabela 2.2 - Frequências de pessoas de acordo com arranjos das categorias de cor ou raça nos domicílios, segundo macrorregiões e situação de domicílio. Brasil, 2010.

| | Unicolor | % | Bicolor | % | Tricolor | % | Quadri-color | % | Quinti-color | % | Total | % |
|---------------|--------------------|-------------|-------------------|-------------|------------------|------------|------------------|------------|--------------|------------|---------------------|--------------|
| Brasil | 116.880.457 | 61,3 | 65.303.798 | 34,2 | 7.393.584 | 3,9 | 1.172.959 | 0,6 | 2.110 | 0,0 | 190.752.908* | 100,0 |
| Norte | 8.486.081 | 53,5 | 6.370.166 | 40,2 | 835.513 | 5,3 | 172.132 | 1,1 | 532 | 0,0 | 15.864.424 | 100,0 |
| Nordeste | 27.978.689 | 52,7 | 22.224.547 | 41,9 | 2.378.665 | 4,5 | 499.166 | 0,9 | 768 | 0,0 | 53.081.835 | 100,0 |
| Sudeste | 51.342.165 | 63,9 | 25.631.699 | 31,9 | 3.062.337 | 3,8 | 327.441 | 0,4 | 447 | 0,0 | 80.364.089 | 100,0 |
| Sul | 21.419.877 | 78,2 | 5.419.075 | 19,8 | 498.547 | 1,8 | 49.223 | 0,2 | 82 | 0,0 | 27.386.804 | 100,0 |
| Centro Oeste | 7.653.645 | 54,5 | 5.658.311 | 40,3 | 618.522 | 4,4 | 124.997 | 0,9 | 281 | 0,0 | 14.055.756 | 100,0 |
| Urbano | 98.256.205 | 61,1 | 55.281.197 | 34,4 | 6.420.968 | 4,0 | 965.103 | 0,6 | 1.757 | 0,0 | 160.925.230 | 100,0 |
| Norte | 5.826.285 | 50,0 | 5.032.141 | 43,1 | 668.225 | 5,7 | 137.403 | 1,2 | 425 | 0,0 | 11.664.479 | 100,0 |
| Nordeste | 20.027.468 | 51,6 | 16.580.030 | 42,7 | 1.849.893 | 4,8 | 363.208 | 0,9 | 583 | 0,0 | 38.821.182 | 100,0 |
| Sudeste | 47.667.707 | 63,8 | 23.839.403 | 31,9 | 2.881.757 | 3,9 | 306.580 | 0,4 | 410 | 0,0 | 74.695.857 | 100,0 |
| Sul | 18.049.343 | 77,6 | 4.716.826 | 20,3 | 452.052 | 1,9 | 42.506 | 0,2 | 82 | 0,0 | 23.260.809 | 100,0 |
| Centro Oeste | 6.685.402 | 53,6 | 5.112.797 | 41,0 | 569.041 | 4,6 | 115.406 | 0,9 | 257 | 0,0 | 12.482.903 | 100,0 |
| Rural | 18.624.252 | 62,4 | 10.022.601 | 33,6 | 972.616 | 3,3 | 207.856 | 0,7 | 353 | 0,0 | 29.827.678 | 100,0 |
| Norte | 2.659.796 | 63,3 | 1.338.025 | 31,9 | 167.288 | 4,0 | 34.729 | 0,8 | 107 | 0,0 | 4.199.945 | 100,0 |
| Nordeste | 7.951.221 | 55,8 | 5.644.517 | 39,6 | 528.772 | 3,7 | 135.958 | 1,0 | 185 | 0,0 | 14.260.653 | 100,0 |
| Sudeste | 3.674.458 | 64,8 | 1.792.296 | 31,6 | 180.580 | 3,2 | 20.861 | 0,4 | 37 | 0,0 | 5.668.232 | 100,0 |
| Sul | 3.370.534 | 81,7 | 702.249 | 17,0 | 46.495 | 1,1 | 6.717 | 0,2 | 0 | 0,0 | 4.125.995 | 100,0 |
| Centro Oeste | 968.243 | 61,6 | 545.514 | 34,7 | 49.481 | 3,2 | 9.591 | 0,6 | 24 | 0,0 | 1.572.853 | 100,0 |

Fonte: Censo Demográfico 2010.

* O total de pessoas no Censo Demográfico 2010 foi 190.755.799. A diferença se deve à exclusão de pessoas com cor ou raça ignorada e também daquelas em arranjos com presença de ignorados

Tabela 2.3 – Frequências de pessoas de acordo com arranjos formados pelo número de cores e raças presentes nos domicílios, segundo categorias de cor ou raça e situação de domicílio. Brasil, 2000.

| Total | Branca | % | Preta | % | Amarela | % | Parda | % | Indígena | % | Total | % |
|---------------|-------------------|--------------|-------------------|--------------|----------------|--------------|-------------------|--------------|----------------|--------------|---------------------|--------------|
| Unicolor | 62.518.199 | 69,5 | 4.376.667 | 42,7 | 441.043 | 59,1 | 32.400.082 | 50,8 | 364.560 | 52,5 | 100.100.552 | 60,5 |
| Bicolor | 25.647.881 | 28,5 | 4.495.856 | 43,9 | 243.590 | 32,6 | 28.907.152 | 45,4 | 239.337 | 34,5 | 59.533.816 | 36,0 |
| Tricolor | 1.754.544 | 1,9 | 1.358.543 | 13,3 | 55.261 | 7,4 | 2.403.720 | 3,8 | 80.657 | 11,6 | 5.652.725 | 3,4 |
| Quadricolor | 78.376 | 0,1 | 16.851 | 0,2 | 6.470 | 0,9 | 26.495 | 0,0 | 9.946 | 1,4 | 138.138 | 0,1 |
| Quinticolor | 210 | 0,0 | 148 | 0,0 | 151 | 0,0 | 203 | 0,0 | 99 | 0,0 | 811 | 0,0 |
| Total | 89.999.209 | 100,0 | 10.248.066 | 100,0 | 746.515 | 100,0 | 63.737.652 | 100,0 | 709.783 | 100,0 | 165.426.041* | 100,0 |
| Urbano | Branca | % | Preta | % | Amarela | % | Parda | % | Indígena | % | Total | % |
| Unicolor | 53.622.546 | 70,2 | 3.430.847 | 42,2 | 407.981 | 60,5 | 23.820.310 | 48,6 | 89.147 | 24,6 | 81.370.831 | 60,4 |
| Bicolor | 21.259.142 | 27,8 | 3.553.268 | 43,7 | 217.193 | 32,2 | 23.242.194 | 47,4 | 194.581 | 53,6 | 48.466.377 | 36,0 |
| Tricolor | 1.461.748 | 1,9 | 1.123.740 | 13,8 | 44.276 | 6,6 | 1.964.053 | 4,0 | 70.291 | 19,4 | 4.664.108 | 3,5 |
| Quadricolor | 65.033 | 0,1 | 14.277 | 0,2 | 5.226 | 0,8 | 22.492 | 0,0 | 8.651 | 2,4 | 115.678 | 0,1 |
| Quinticolor | 210 | 0,0 | 148 | 0,0 | 151 | 0,0 | 203 | 0,0 | 99 | 0,0 | 811 | 0,0 |
| Total | 76.408.680 | 100,0 | 8.122.280 | 100,0 | 674.826 | 100,0 | 49.049.251 | 100,0 | 362.768 | 100,0 | 134.617.805 | 100,0 |
| Rural | Branca | % | Preta | % | Amarela | % | Parda | % | Indígena | % | Total | % |
| Unicolor | 8.895.652 | 65,5 | 945.820 | 44,5 | 33.062 | 46,1 | 8.579.772 | 58,4 | 275.413 | 83,0 | 18.729.720 | 60,8 |
| Bicolor | 4.388.739 | 32,3 | 942.589 | 44,3 | 26.397 | 36,8 | 5.664.958 | 38,6 | 44.756 | 13,5 | 11.067.439 | 35,9 |
| Tricolor | 292.795 | 2,2 | 234.803 | 11,0 | 10.985 | 15,3 | 439.667 | 3,0 | 10.366 | 3,1 | 988.617 | 3,2 |
| Quadricolor | 13.343 | 0,1 | 2.574 | 0,1 | 1.244 | 1,7 | 4.003 | 0,0 | 1.296 | 0,4 | 22.460 | 0,1 |
| Quinticolor | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Total | 13.590.530 | 100,0 | 2.125.786 | 100,0 | 71.689 | 100,0 | 14.688.401 | 100,0 | 331.831 | 100,0 | 30.808.236 | 100,0 |

Fonte: Censo Demográfico 2000

* O total de pessoas no Censo Demográfico 2000 foi 169.872.856. A diferença se deve à exclusão de pessoas com cor ou raça ignorada e também daquelas em arranjos cujos ignorados estavam incluídos.

Tabela 2.4 – Frequências de pessoas de acordo com arranjos formados pelo número de cores e raças presentes nos domicílios, segundo categorias de cor ou raça e situação de domicílio. Brasil, 2010.

| Total | Branca | % | Preta | % | Amarela | % | Parda | % | Indígena | % | Total | % |
|---------------|-------------------|--------------|-------------------|--------------|------------------|--------------|-------------------|--------------|----------------|--------------|--------------------|--------------|
| Unicolor | 61.979.357 | 68,1 | 6.528.469 | 45,0 | 780.075 | 37,5 | 46.989.346 | 57,4 | 596.884 | 73,0 | 116.874.131 | 61,4 |
| Bicolor | 26.464.161 | 29,1 | 5.953.447 | 41,0 | 896.499 | 43,0 | 31.829.617 | 38,9 | 162.293 | 19,8 | 65.306.017 | 34,3 |
| Tricolor | 2.499.382 | 2,7 | 1.971.014 | 13,6 | 363.090 | 17,4 | 2.974.240 | 3,6 | 52.255 | 6,4 | 7.859.981 | 4,1 |
| Quadricolor | 61.513 | 0,1 | 54.678 | 0,4 | 42.893 | 2,1 | 81.873 | 0,1 | 6.209 | 0,8 | 247.166 | 0,1 |
| Quinticolor | 460 | 0,0 | 409 | 0,0 | 325 | 0,0 | 596 | 0,0 | 320 | 0,0 | 2.110 | 0,0 |
| Total | 91.004.873 | 100,0 | 14.508.017 | 100,0 | 2.082.882 | 100,0 | 81.875.672 | 100,0 | 817.961 | 100 | 190.289.405 | 100,0 |
| Urbano | Branca | % | Preta | % | Amarela | % | Parda | % | Indígena | % | Total | % |
| Unicolor | 55.209.565 | 68,9 | 5.541.379 | 44,6 | 707.998 | 39,3 | 36.660.524 | 55,7 | 131.641 | 41,8 | 98.251.107 | 61,2 |
| Bicolor | 22.732.816 | 28,4 | 5.117.155 | 41,2 | 758.623 | 42,1 | 26.541.858 | 40,3 | 130.745 | 41,5 | 55.281.197 | 34,4 |
| Tricolor | 2.175.690 | 2,7 | 1.717.317 | 13,8 | 300.119 | 16,7 | 2.562.605 | 3,9 | 46.973 | 14,9 | 6.802.704 | 4,2 |
| Quadricolor | 51.388 | 0,1 | 45.359 | 0,4 | 35.063 | 1,9 | 67.327 | 0,1 | 5.553 | 1,8 | 204.690 | 0,1 |
| Quinticolor | 380 | 0,0 | 327 | 0,0 | 271 | 0,0 | 501 | 0,0 | 278 | 0,1 | 1.757 | 0,0 |
| Total | 80.169.839 | 100,0 | 12.421.537 | 100,0 | 1.802.074 | 100,0 | 65.832.815 | 100,0 | 315.190 | 100,0 | 160.541.455 | 100,0 |
| Rural | Branca | % | Preta | % | Amarela | % | Parda | % | Indígena | % | Total | % |
| Unicolor | 6.769.792 | 62,5 | 987.090 | 47,3 | 72.077 | 25,7 | 10.328.822 | 64,4 | 465.243 | 92,5 | 18.623.024 | 62,6 |
| Bicolor | 3.731.345 | 34,4 | 836.292 | 40,1 | 137.876 | 49,1 | 5.287.759 | 33,0 | 31.548 | 6,3 | 10.024.820 | 33,7 |
| Tricolor | 323.692 | 3,0 | 253.697 | 12,2 | 62.971 | 22,4 | 411.635 | 2,6 | 5.282 | 1,1 | 1.057.277 | 3,6 |
| Quadricolor | 10.125 | 0,1 | 9.319 | 0,4 | 7.830 | 2,8 | 14.546 | 0,1 | 656 | 0,1 | 42.476 | 0,1 |
| Quinticolor | 80 | 0,0 | 82 | 0,0 | 54 | 0,0 | 95 | 0,0 | 42 | 0,0 | 353 | 0,0 |
| Total | 10.835.034 | 100,0 | 2.086.480 | 100,0 | 280.808 | 100,0 | 16.042.857 | 100,0 | 502.771 | 100,0 | 29.747.950 | 100,0 |

Fonte: Censo Demográfico 2010

* O total de pessoas no Censo Demográfico 2010 foi 190.755.799. A diferença se deve à exclusão de pessoas com cor ou raça ignorada e também daquelas em arranjos com presença de ignorados.

Tabela 2.5 – Frequências de pessoas residentes em arranjos nos quais todos os moradores pertenciam à mesma categoria de cor ou raça (unicolores), segundo macrorregiões e situação de domicílio. Brasil, 2010.

| Total | Branca | % | Preta | % | Amarela | % | Parda | % | Indígena | % | Total | % |
|---------------|-------------------|-------------|------------------|-------------|----------------|-------------|-------------------|-------------|----------------|-------------|--------------------|-------------|
| Norte | 1.233.158 | 33,1 | 330.190 | 31,4 | 34.894 | 20,1 | 6.618.471 | 62,4 | 268.869 | 87,9 | 8.485.582 | 53,5 |
| Nordeste | 6.589.897 | 42,2 | 2.269.501 | 44,9 | 130.554 | 20,7 | 18.855.744 | 59,8 | 131.768 | 63,1 | 27.977.464 | 52,7 |
| Sudeste | 32.274.828 | 72,8 | 3.046.622 | 47,9 | 451.156 | 50,7 | 15.526.171 | 54,1 | 39.342 | 40,2 | 51.338.119 | 63,9 |
| Sul | 18.564.124 | 86,4 | 553.541 | 49,9 | 95.949 | 51,9 | 2.155.900 | 47,6 | 50.140 | 66,9 | 21.419.654 | 78,2 |
| Centro Oeste | 3.317.350 | 56,4 | 328.615 | 35,0 | 67.522 | 33,0 | 3.833.060 | 55,5 | 106.765 | 81,8 | 7.653.312 | 54,4 |
| Total | 61.979.357 | 68,0 | 6.528.469 | 45,0 | 780.075 | 37,4 | 46.989.346 | 57,1 | 596.884 | 73,0 | 116.874.131 | 61,3 |
| Urbano | Branca | % | Preta | % | Amarela | % | Parda | % | Indígena | % | Total | % |
| Norte | 975.322 | 32,7 | 212.977 | 27,6 | 28.096 | 20,4 | 4.573.398 | 59,3 | 36.335 | 59,1 | 5.826.128 | 49,9 |
| Nordeste | 5.270.815 | 43,5 | 1.707.745 | 44,2 | 103.217 | 21,9 | 12.899.492 | 58,0 | 45.378 | 42,7 | 20.026.647 | 51,6 |
| Sudeste | 30.299.445 | 72,9 | 2.837.517 | 47,7 | 430.547 | 51,0 | 14.072.734 | 53,6 | 23.884 | 30,1 | 47.664.127 | 63,8 |
| Sul | 15.670.216 | 86,0 | 494.876 | 49,7 | 84.229 | 52,0 | 1.787.522 | 46,5 | 12.293 | 36,1 | 18.049.136 | 77,6 |
| Centro Oeste | 2.993.767 | 56,3 | 288.264 | 34,1 | 61.909 | 32,8 | 3.327.378 | 54,6 | 13.751 | 40,2 | 6.685.069 | 53,6 |
| Total | 55.209.565 | 68,8 | 5.541.379 | 44,6 | 707.998 | 39,2 | 36.660.524 | 55,4 | 131.641 | 41,7 | 98.251.107 | 61,0 |
| Rural | Branca | % | Preta | % | Amarela | % | Parda | % | Indígena | % | Total | % |
| Norte | 257.836 | 35,0 | 117.213 | 41,8 | 6.798 | 18,9 | 2.045.073 | 70,4 | 232.534 | 95,2 | 2.659.454 | 63,3 |
| Nordeste | 1.319.082 | 37,6 | 561.756 | 47,1 | 27.337 | 17,0 | 5.956.252 | 64,0 | 86.390 | 84,3 | 7.950.817 | 55,8 |
| Sudeste | 1.975.383 | 71,4 | 209.105 | 51,4 | 20.609 | 45,1 | 1.453.437 | 59,8 | 15.458 | 82,7 | 3.673.992 | 64,8 |
| Sul | 2.893.908 | 88,5 | 58.665 | 51,2 | 11.720 | 51,1 | 368.378 | 54,3 | 37.847 | 92,5 | 3.370.518 | 81,7 |
| Centro Oeste | 323.583 | 57,5 | 40.351 | 43,1 | 5.613 | 35,6 | 505.682 | 62,7 | 93.014 | 96,6 | 968.243 | 61,5 |
| Total | 6.769.792 | 62,4 | 987.090 | 47,3 | 72.077 | 25,6 | 10.328.822 | 64,1 | 465.243 | 92,5 | 18.623.024 | 62,4 |

Fonte: Censo Demográfico 2010.

Tabela 2.6 – Frequências de residentes pertencentes à mesma categoria de cor ou raça do responsável pelo domicílio de acordo com cor ou raça, segundo macrorregiões e situação de domicílio. Brasil, 2010.

| Total | Branca | % | Preta | % | Amarela | % | Parda | % | Indígena | % | Total | % |
|---------------|-------------------|-------------|-------------------|-------------|------------------|-------------|-------------------|-------------|----------------|-------------|--------------------|-------------|
| Norte | 2.333.714 | 63,3 | 731.453 | 70,8 | 91.533 | 51,8 | 9.055.096 | 77,5 | 289.241 | 94,8 | 12.501.037 | 78,8 |
| Nordeste | 10.724.403 | 69,2 | 3.927.090 | 78,3 | 339.685 | 53,8 | 26.317.598 | 82,9 | 175.203 | 83,6 | 41.483.979 | 78,2 |
| Sudeste | 37.934.169 | 85,9 | 4.953.871 | 78,9 | 677.376 | 75,0 | 22.628.365 | 78,3 | 75.222 | 74,3 | 66.269.003 | 82,5 |
| Sul | 20.005.816 | 93,2 | 97.404 | 79,2 | 443.338 | 91,3 | 3.419.145 | 74,8 | 65.317 | 86,9 | 24.031.020 | 87,7 |
| Centro Oeste | 4.512.313 | 77,3 | 75.526 | 72,4 | 136.546 | 65,4 | 5.546.278 | 79,8 | 120.228 | 92,2 | 10.390.891 | 73,9 |
| Total | 75.510.415 | 83,3 | 11.151.313 | 77,7 | 1.688.478 | 70,2 | 66.966.482 | 79,9 | 725.211 | 88,3 | 156.041.899 | 81,8 |
| Urbano | Branca | % | Preta | % | Amarela | % | Parda | % | Indígena | % | Total | % |
| Norte | 1.859.395 | 63,1 | 520.507 | 68,6 | 74.151 | 52,6 | 6.518.728 | 84,0 | 50.625 | 82,9 | 9.023.406 | 77,4 |
| Nordeste | 8.428.046 | 70,1 | 2.983.751 | 77,7 | 260.560 | 55,3 | 18.360.979 | 82,1 | 81.436 | 75,0 | 30.114.772 | 77,6 |
| Sudeste | 35.588.748 | 86,0 | 4.627.311 | 78,8 | 646.517 | 75,4 | 20.645.204 | 78,0 | 57.590 | 70,1 | 61.565.370 | 82,4 |
| Sul | 16.933.449 | 93,0 | 777.805 | 79,3 | 425.997 | 92,0 | 2.876.632 | 74,1 | 26.353 | 75,5 | 20.270.209 | 87,1 |
| Centro Oeste | 4.074.177 | 77,2 | 601.962 | 72,1 | 126.124 | 65,5 | 4.880.006 | 79,5 | 26.257 | 74,9 | 9.112.584 | 73,0 |
| Total | 66.883.815 | 83,8 | 9.511.336 | 77,4 | 1.533.349 | 72,1 | 53.281.549 | 80,0 | 242.261 | 75,3 | 131.452.310 | 81,7 |
| Rural | Branca | % | Preta | % | Amarela | % | Parda | % | Indígena | % | Total | % |
| Norte | 474.319 | 64,3 | 210.946 | 76,6 | 17.382 | 48,5 | 2.536.368 | 64,6 | 238.616 | 97,8 | 3.477.631 | 82,8 |
| Nordeste | 2.296.357 | 66,2 | 943.339 | 80,3 | 79.125 | 49,4 | 7.956.619 | 85,1 | 93.767 | 92,9 | 11.369.207 | 79,7 |
| Sudeste | 2.345.421 | 85,3 | 326.560 | 80,3 | 30.859 | 69,0 | 1.983.161 | 81,2 | 17.632 | 92,3 | 4.703.633 | 83,0 |
| Sul | 3.072.367 | 94,4 | 89.626 | 78,6 | 17.341 | 75,9 | 542.513 | 78,4 | 38.964 | 96,7 | 3.760.811 | 91,1 |
| Centro Oeste | 438.136 | 78,4 | 69.506 | 75,1 | 10.422 | 64,3 | 666.272 | 82,0 | 93.971 | 98,5 | 1.278.307 | 81,2 |
| Total | 8.626.600 | 80,1 | 1.639.977 | 79,5 | 155.129 | 55,4 | 13.684.933 | 79,4 | 482.950 | 96,6 | 24.589.589 | 82,4 |

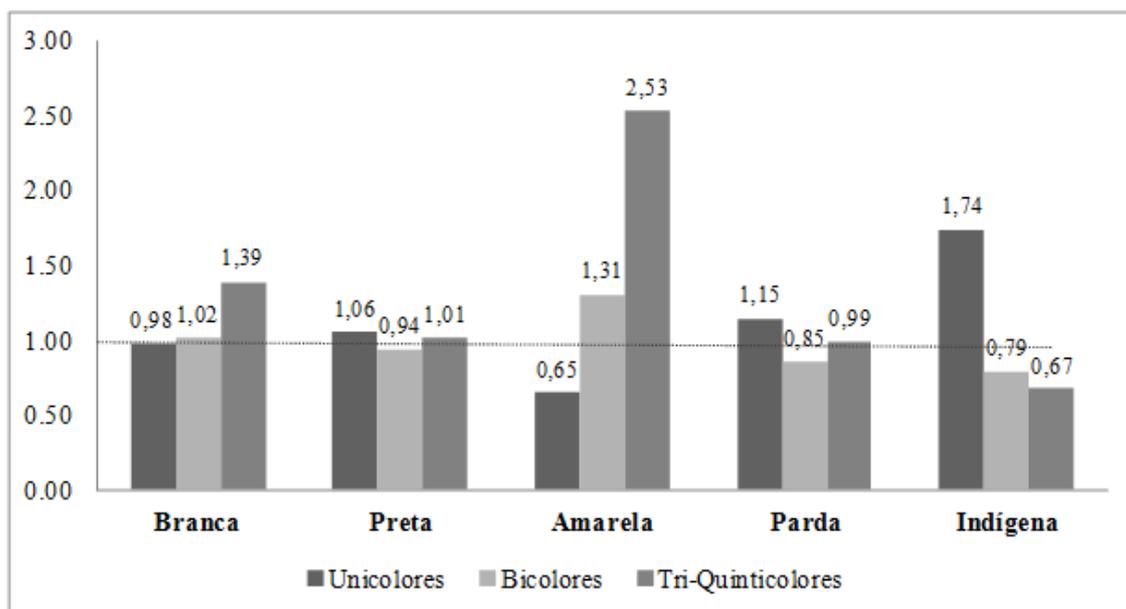
Fonte: Censo Demográfico 2010.

Tabela 2.7 – Frequências absolutas de domicílios com presença de indígenas de acordo com responsável indígena, metade dos moradores indígenas e ao menos um morador indígena, segundo macrorregiões. Brasil, 2010.

| | Responsáveis Indígenas | | | 50,0% ou mais moradores indígenas | | | Pelo menos um indígena | | |
|---------------|-------------------------------|---------------|----------------|--|---------------|----------------|-------------------------------|----------------|----------------|
| | Urbano | Rural | Total | Urbano | Rural | Total | Urbano | Rural | Total |
| Norte | 15.664 | 42.446 | 58.110 | 12.842 | 42.484 | 55.326 | 21.840 | 44.594 | 66.434 |
| Nordeste | 38.492 | 23.741 | 62.233 | 32.982 | 23.613 | 56.595 | 56.707 | 27.243 | 83.950 |
| Sudeste | 36.034 | 4.631 | 40.665 | 27.673 | 4.461 | 32.134 | 55.333 | 5.597 | 60.930 |
| Sul | 15.410 | 8.950 | 24.360 | 11.705 | 8.695 | 20.400 | 22.430 | 9.739 | 32.169 |
| Centro Oeste | 13.602 | 17.808 | 31.410 | 10.847 | 17.929 | 28.776 | 20.264 | 18.596 | 38.860 |
| Brasil | 119.202 | 97.576 | 216.778 | 96.049 | 97.182 | 193.231 | 176.574 | 105.769 | 282.343 |

Fonte: Censo Demográfico 2010

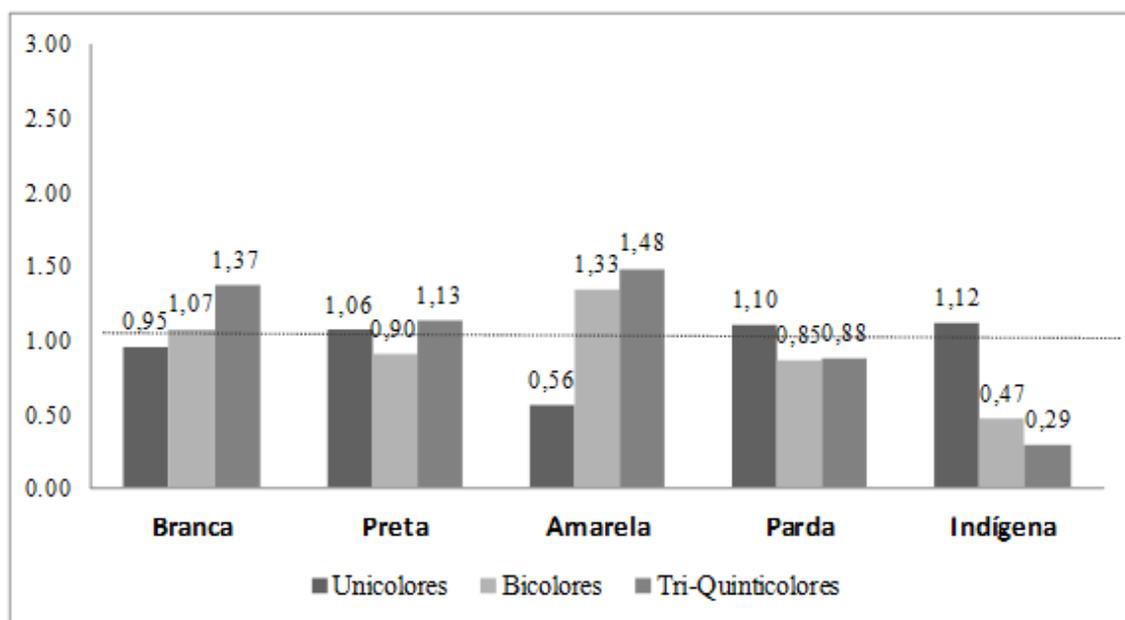
Figura 2.1 - Razões entre as porcentagens de moradores de acordo com arranjos domiciliares unicolores, bicolores e tri-quinticolores, segundo situação urbana. Brasil, 2000 e 2010.



Fonte: Censo Demográfico 2000 e 2010

Obs.: No numerador, as proporções a partir do Censo Demográfico 2010; no denominador, as derivadas do Censo Demográfico 2000.

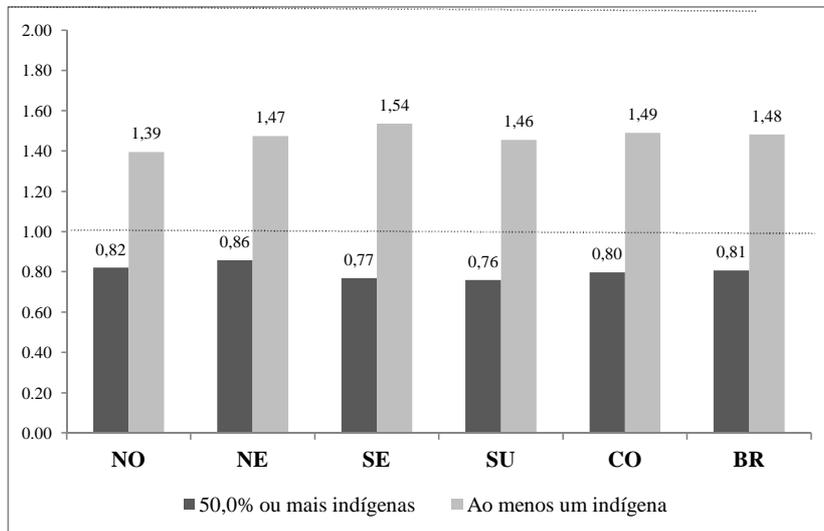
Figura 2.2 - Razões entre as porcentagens de moradores de acordo com arranjos domiciliares unicolores, bicolores e tri-quinticolores, segundo situação rural. Brasil, 2000 e 2010.



Fonte: Censo Demográfico 2000 e 2010

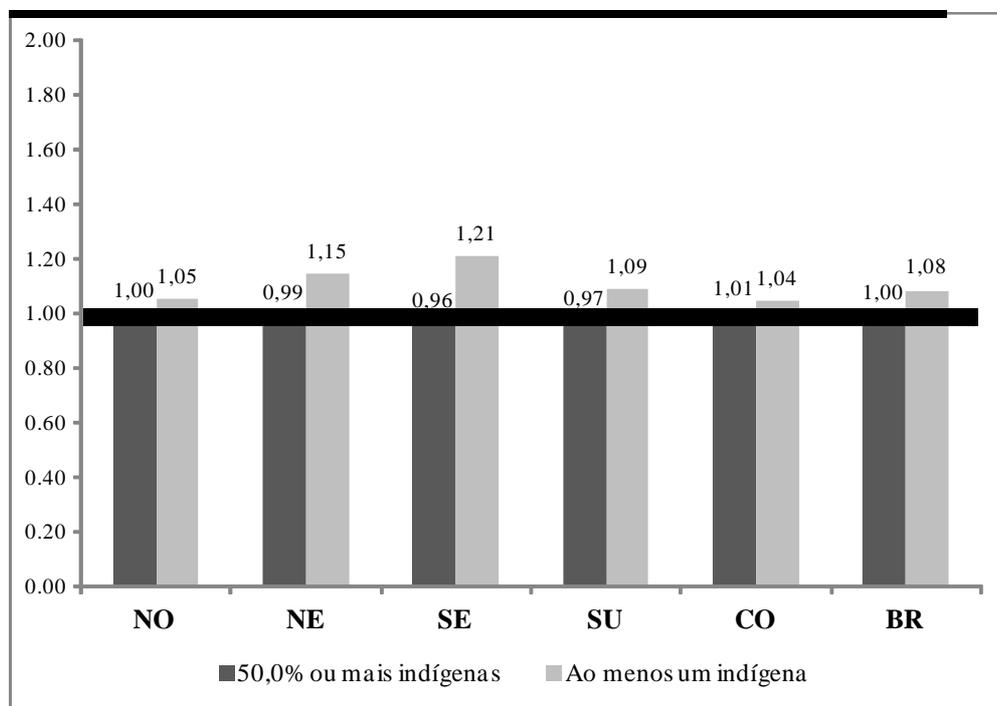
Obs.: No numerador, as proporções a partir do Censo Demográfico 2010; no denominador, as derivadas do Censo Demográfico 2000.

Figura 2.3 - Razões entre as frequências absolutas de domicílios com metade de moradores indígenas e ao menos um morador indígena e de domicílios cujos responsáveis eram indígenas, de acordo com macrorregiões, segundo situação urbana. Brasil, 2010.



Fonte: Censo Demográfico 2010.

Figura 2.4 - Razões entre as frequências absolutas de domicílios com metade de moradores indígenas e ao menos um morador indígena e de domicílios cujos responsáveis eram indígenas, de acordo com macrorregiões, segundo situação rural. Brasil, 2010.



Fonte: Censo Demográfico 2010.

3. Características dos responsáveis pelos domicílios urbanos com moradores indígenas a partir do Censo Demográfico 2010

3.1. Introdução

O crescente interesse em temas ligados à demografia dos povos indígenas, especialmente a partir de dados censitários, tem evidenciado questões que apontam para diferenças em relação aos demais segmentos populacionais. Caracterizar parte da população que se identificou como pertencente a categorias socioculturalmente diferenciadas deve ser uma iniciativa ampliada, uma vez que as análises realizadas através dos dados dos censos tem relevância e impacto na implementação de políticas públicas, inclusive no campo da saúde (Azevedo 2011; Kertzner & Arel 2002; Axelsson & Sköld 2011; Loveman 2014).

Desde o primeiro recenseamento realizado no Brasil, em 1872, existem iniciativas governamentais para incluir os indígenas nas contagens populacionais, entretanto, as metodologias empregadas no decorrer dos anos só permitem comparações entre as três últimas edições (IBGE 2012a). Em 1991, com a introdução da categoria indígena na variável cor ou raça, o censo registrou 0,2% de brasileiros pertencentes à ela, sendo pouco mais de 70 mil pessoas em área urbana (24,1% do total). Em 2000, a população indígena urbana aumentou em mais de cinco vezes (chegando a quase 400 mil pessoas), expressando uma taxa média de crescimento anual da ordem de 20,8% (IBGE 2005). Se analisarmos o crescimento médio anual da população brasileira no mesmo período, que foi de 1,6% ao ano, o aumento de indígenas não se explica por fenômenos unicamente demográficos (natalidade, migração ou mortalidade) (IBGE 2005; Santos & Teixeira 2011). Esse aumento trouxe à tona problematizações acerca de qualificações sobre a pergunta referente à cor ou raça, com questionamentos relevantes sobre a representatividade dessa população nos registros demográficos oficiais do país, particularmente para a situação urbana (Azevedo 2003; Pagliaro et al. 2005).

O censo seguinte, realizado em 2010, trouxe um conjunto de resultados acerca de indígenas na situação urbana que marcadamente se mostrou em contraste com os de 2000, qual seja, um crescimento negativo. Os indígenas em situação urbana passaram de 383 mil pessoas em 2000 para 315 mil em 2010, o que se fez acompanhar pela redução de domicílios cujos responsáveis eram indígenas (de 134 mil em 2000 para 112 mil em 2010). Já o volume de indígenas em situação rural não somente cresceu, como também houve aumento de domicílios cujos responsáveis eram indígenas (de 66 mil em 2000 para 95 mil em 2010).

Considerando todas as categorias de cor ou raça, foi somente para os indígenas em situação urbana que houve a concomitante redução no número absoluto de pessoas e domicílios com responsáveis indígenas (IBGE 2012a).

Análises anteriores apresentadas nesta tese¹² indicaram ter havido em 2010, diferenças importantes na composição dos domicílios considerando a cor ou raça dos moradores e a situação dos domicílios. Para os indígenas foram registradas uma das menores proporções de pessoas que residiam em domicílios nos quais todos os moradores pertenciam à cor ou raça indígena (41,7%). Este valor foi superado somente pelos domicílios unicolores nos quais todas as pessoas pertenciam à cor ou raça amarela (39,2%). Enquanto que a mesma análise para situação rural mostrou que 92,5% dos indígenas moravam em domicílios nos quais todos os outros moradores também eram indígenas, sendo este o maior valor registrado na comparação às demais categorias de cor/raça residentes na situação rural em 2010. Foi também observada diferença entre áreas urbanas e rurais quando se investigou padrões de convergência entre a cor ou raça do responsável com os demais moradores do domicílio. Enquanto que em área rural, 96,6% dos indígenas residiam em domicílios com responsáveis da mesma cor/raça, em área urbana esse valor foi de 75,3%.

Uma vez que a cor ou raça dos responsáveis pelos domicílios é frequentemente utilizada como *proxy* em análises acerca de características domiciliares a partir de dados censitários (IPEA et al. 2011; Marinho et al. 2011; IBGE 2012c), é importante investigar seus atributos. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar, através de modelagem multinomial, as características dos responsáveis pelos domicílios urbanos nos quais residiam pelo menos um indígena a partir dos microdados do censo de 2010. Optou-se por este recorte para aprofundamento das análises acerca das características dos moradores indígenas em áreas urbanas do país, que conforme indicado nas análises anteriores, necessitam maior compreensão.

¹² Ver Artigo “Composição domiciliar segundo cor ou raça nos Censos Demográficos 2000 e 2010 com foco nos autodeclarados ‘indígenas’” (p. 58).

3.2. Metodologia

A partir dos microdados do Censo Demográfico 2010¹³, foi criado um banco de dados no qual cada registro (linha) apresentava variáveis referentes aos domicílios, incluindo a cor ou raça dos responsáveis (Quadro 4.1)¹⁴. O cruzamento das variáveis “relação com o responsável pelo domicílio” (V0502) e “cor ou raça” (V0606) permitiu identificar os responsáveis segundo autopertencimento de cor ou raça. Inicialmente o banco foi constituído por domicílios em situação urbana classificados como particulares permanentes nos quais havia pelo menos um morador indígena, sendo ele o responsável ou não (n=175.369 domicílios). Devido ao reduzido número de casos (N = 1.670), os responsáveis de cor ou raça autodeclarada amarela foram excluídos. O banco de dados final considerou um total de 173.699 domicílios em situação urbana existentes no país em 2010.

Com objetivo de apresentar as frequências das categorias de cor ou raça presentes no mesmo domicílio foi criada a variável “Cor/raça no domicílio” com as seguintes categorias: “1 cor ou raça (unicolor)” (quando todos os moradores pertenciam à mesma categoria de cor ou raça); “2 cores ou raças (bicolor)” (quando havia 2 categorias de cor ou raça no domicílio), e assim sucessivamente, até a categoria “5 cores ou raças (quinticolor)”, referente a moradores declarantes de 5 categorias de cor ou raça no mesmo domicílio¹⁵.

Além das citadas “Cor ou raça” e “Relação com o responsável pelo domicílio”, as análises envolveram um conjunto de outras nove variáveis presentes na amostra do censo de 2010, sendo seis relativas às pessoas responsáveis e três aos domicílios (Quadro 4.2). Para os resultados descritivos foram observados os erros-padrão como medida de dispersão. Em seu conjunto foram inferiores a 0,5%, sinalizando pouca variação percentual das frequências apresentadas (EP < 0,5%).

¹³ Para maiores detalhes dos procedimentos amostrais adotados nos censos brasileiros, ver publicações do IBGE sobre a metodologia adotada em cada censo (IBGE 2003 e IBGE 2013).

¹⁴ Este banco foi preparado pela Dr^a Margareth Portela (ENSP/FIOCRUZ), que também participou da análise dos dados apresentados neste artigo.

¹⁵ Ainda que a categoria “amarela” tenha sido excluída na condição de “responsável”, os domicílios poderiam apresentar pessoas desta cor ou raça em outras categorias da variável V0502, como: cônjuge, filho(a), enteado(a) etc. Desse modo, o domicílio poderia ser “quinticolor” mesmo com a exclusão dos responsáveis “amarelos”.

Quadro 3.1 - Lista de variáveis selecionadas e criadas para caracterizar domicílios onde residia ao menos um indígena em área urbana. Censo Demográfico 2010.

| Pessoa responsável | Categorias |
|--|---|
| <i>Sexo (V0601)</i> | a) Masculino b) Feminino |
| <i>Idade do responsável (V6036)</i> | a) Menores de 30 anos b) Entre 30 e 44 anos c) 45 a 59 anos d) 60 anos e mais |
| <i>Renda per capita em salários mínimos (V6531)*</i> | a) Menor que 0,35 SM b) Entre 0,35 e 0,70 SM c) Entre 0,70 e 1,3 SM d) Maior ou igual a 1,3 SM |
| <i>Nível de instrução (V6400)</i> | a) Sem escolaridade e ensino fundamental incompleto b) Fundamental completo e ensino médio incompleto c) Médio completo e superior incompleto d) Superior completo |
| <i>Migração (Nasceu no município que deu entrevista ao censo? – V0618)</i> | a) Sim, e sempre morou b) Sim, mas morou em outros c) Não |
| <i>Quem prestou as informações sobre a pessoa? (V0670)</i> | a) A própria pessoa b) Outro morador c) Não morador |
| Domicílios | |
| <i>Número de moradores</i> | a) 2 moradores b) 3 moradores c) 4 moradores d) 5 ou mais moradores |
| <i>Densidade de moradores por dormitório (V6204)</i> | a) Menor que 1,2 moradores/dormitório b) Entre 1,2 e 1,6 moradores/dormitório c) Entre 1,7 e 2,4 moradores/dormitório d) Maior ou igual a 2,5 moradores/dormitório |
| <i>Categorias de cor ou raça no domicílio**</i> | a) 1 cor/raça (unicolor) b) 2 cores/raças (bicolor) c) 3 cores/raças (tricolor) d) 4 cores/raças (quadricolor) e) 5 cores/raças (quinticolor) |

* O valor do salário mínimo na data de referência da coleta de dados do censo (31/07/2010) era de R\$ 510,00.

** Esta foi a única variável criada para as análises. As demais foram somente categorizadas.

Após descrição bivariada, empregou-se a análise de regressão logística multinomial para construção de modelos que consideraram o efeito de variáveis associadas às categorias de cor ou raça dos responsáveis pelos domicílios. Os modelos multinomiais são considerados generalizações de modelagens logística-binárias e são indicados para variáveis cujas respostas são de natureza multicategórica e não ordinal, como no caso deste estudo, sendo que as variáveis explanatórias podem ser contínuas ou categóricas (Katz 1999; Agresti 2013).

Trata-se de uma maneira de realizar estimativas escolhendo parâmetros que tornam os dados mais prováveis de terem acontecido, considerando a participação de todas as variáveis em conjunto. Os parâmetros propostos no modelo foram estimados a partir do método da máxima verossimilhança, que seleciona parâmetros capazes de maximizar a probabilidade de ocorrência do desfecho em estudo (Agresti 2013).

No caso do presente estudo, a variável resposta foi constituída de quatro categorias mutuamente exclusivas (branco, preto, pardo e indígena). As probabilidades de ocorrência de responsáveis brancos, pretos e pardos foram analisadas em relação à probabilidade de ocorrência de responsáveis indígenas, selecionados como categoria de referência. Os intervalos de confiança das razões de chances (IC95% OR) foram analisados como medidas de dispersão das estimativas.

Com vistas a dar conta do desenho complexo da amostra, envolvendo estratificação e conglomeração, foi utilizada a ferramenta “PROC SURVEYLOGISTIC” do pacote estatístico *Statistical Analysis System* (SAS® Versão 9.4 2014).

3.3. Resultados

Do total de 173.699 domicílios de áreas urbanas com pelo menos um indígena, em 117.605 (67,7%) os responsáveis eram indígenas, sendo que somente em 25,0% ou 43.543 deles, todos os outros moradores também eram indígenas. Como se nota, por conta do processo de criação do banco de dados, não houve registros de unicolores brancos, pretos e pardos (Figura 3.1 e Tabela 3.1). A Figura 3.1 apresenta a distribuição dos responsáveis segundo cor ou raça, de acordo com arranjos unicolores, bicolores e tri-quinticolores (considerados em conjunto). Nestes domicílios, os arranjos bicolores representaram a coresidência entre moradores indígenas e responsáveis de outras categorias, sendo as maiores proporções registradas para responsáveis brancos (70,3%) e pardos (64,8%). A maior proporção de domicílios nos quais os moradores pertenciam a 3 ou mais categorias de cor ou raça (tri-quinticolores) foi registrada para aqueles com responsáveis pretos (61,0%) (Figura 3.1).

Em relação à distribuição geográfica, considerando o total de responsáveis em cada uma das macrorregiões, nota-se que em todas houve predomínio de responsáveis indígenas nos domicílios urbanos com pelo menos um indígena, variando de 67,2% no Centro Oeste a

71,2% no Norte. No Sul e no Centro Oeste, as proporções de responsáveis brancos foram superiores às de pardos (Figura 3.2). Em relação ao total no país, as maiores proporções de responsáveis indígenas foram registradas em domicílios das macrorregiões Nordeste e Sudeste (32,4% e 30,3%, respectivamente) (Tabela 3.1).

A Tabela 3.1 também apresenta outras características dos domicílios e responsáveis segundo categorias de cor raça, de acordo com variáveis investigadas para situação urbana. Eram majoritariamente do sexo masculino com idades entre 30 e 44 anos. Os responsáveis indígenas com idade maior que 60 anos foram proporcionalmente mais expressivos (21,4%). Foram identificados os níveis mais baixos de escolaridade para os responsáveis indígenas, pois a maioria deles (54,2%) não tinha escolaridade elementar (ensino fundamental completo). As diferenças observadas para a renda são mais perceptíveis na comparação entre indígenas e brancos, pois na faixa de renda que estavam os mais pobres (renda <1/3 de SM), a frequência de responsáveis indígenas foi 1,5 vezes maior que brancos (Tabela 3.1).

A análise descritiva demonstra também que não houve diferenças nos padrões de migração segundo cor ou raça dos responsáveis. As frequências de migrantes foram semelhantes entre os responsáveis (38,6% não nasceram no município que residiam e prestaram entrevista ao censo de 2010). Do total de responsáveis analisados, 5.225 (3,0%) tiveram suas respostas informadas por um “não-morador”, não havendo diferenças expressivas segundo cor ou raça do responsável (Tabela 3.1).

A Tabela 3.2 apresenta medidas de associação estimadas através de razões de chances (*Odds Ratio*), que informam a partir de regressão logística multinomial, as probabilidades das características dos responsáveis indígenas serem mais expressivas que a dos demais (brancos, pretos e pardos). Em relação à diversidade de categorias de cor ou raça no mesmo domicílio (homogeneidade), ao incremento de uma cor/raça no domicílio, as chances do responsável ser preto, em relação a indígena, aumentam em quase 6 vezes (OR = 5,8 [IC95% 5,0-6,8]). Ou seja, houve maiores chances dos moradores pertencerem a mais de uma categoria de cor/raça (bi-quadricolores) quando os responsáveis pelos domicílios eram pretos.

A chance do responsável ser branco foi maior em todas as regiões comparadas à chance de ser indígena no Norte. As chances de serem pretos foram maiores no Nordeste e Centro Oeste, em relação aos responsáveis indígenas no Norte. Nestes domicílios com ao menos um indígena, não houve diferenças entre as chances dos responsáveis serem pardos ou indígenas (Tabela 3.2).

Em relação ao sexo, houve chances significativamente maiores dos responsáveis serem homens para todas as categorias de cor ou raça. Não houve diferenças entre as idades dos responsáveis, segundo as categorias de cor ou raça. A exceção foi na comparação com pardos, que tiveram maiores chances de serem mais velhos (> 45 anos) comparados aos indígenas mais jovens (< 30 anos). Em relação a todas as categorias de cor ou raça, os indígenas tenderam a ser menos escolarizados. No que diz respeito ao rendimento *per capita*, na maioria das comparações entre os responsáveis indígenas não foram verificadas diferenças significativas com as outras categorias de cor ou raça. As exceções foram para responsáveis com renda mensal igual ou superior a 1,3 salários mínimos, cujas chances de serem brancos foram 54% maiores em relação aos indígenas mais pobres (menos que 0,35 salários mínimos). Com uma magnitude menor, também foram maiores as chances do responsável ter renda entre 0,35 e 0,70 salários mínimos per capita e ser de cor ou raça parda, comparadas às chances daqueles indígenas com o menor rendimento (25% maiores) (Tabela 3.2).

Tendo como referência os responsáveis indígenas que nasceram e sempre viveram no município que estavam por ocasião da entrevista do censo, a chance de pardos terem migrado foi 20% maior em relação aos indígenas. Também com IC95% limítrofe, a chance dos migrantes serem brancos foi 11% maior em relação aos indígenas. Com relação à variável marca (se própria pessoa prestou informações), houve menores chances de serem brancos em relação aos indígenas quando a resposta foi fornecida por outro morador. No que se revelou um achado interessante foram associações entre responsáveis segundo cor ou raça com o tamanho dos domicílios. Os resultados mostraram que quanto maior o número de moradores, maiores foram as chances dos responsáveis serem brancos e pardos em relação aos indígenas. Do mesmo modo, foram maiores as chances dos responsáveis serem brancos, pretos e pardos, tão quanto maior fosse a densidade de moradores por dormitório. Dito de outra forma, quanto maior o número de moradores nos domicílios e maior aglomeração nos dormitórios, maiores foram as chances dos responsáveis não serem indígenas (Tabela 3.2).

3.4. Discussão

Segundo o Censo Demográfico 2010, havia 315.180 autodeclarados indígenas residentes em situação urbana do país, representando 38,5% do total no país (IBGE

2011a:133).¹⁶ Observou-se uma marcante diferença nas distribuições dos indígenas segundo macrorregião ao se comparar as situações urbano e rural. Enquanto que aproximadamente metade da população indígena em área rural residia no Norte (48,6%), cerca de 60% dos que viviam em área urbana estavam no Nordeste e Sudeste (33,7% e 25,1%, respectivamente) (SIDRA/IBGE 2015).

De uma perspectiva socioeconômica, os dados do Censo Demográfico 2010 também informam quanto à ocorrência de diferenças entre as categorias de cor ou raça segundo situação de domicílio. Se as comparações dos indígenas com as demais categorias no tocante à composição etária, escolaridade e rendimento médio na situação rural apontaram para marcantes discrepâncias, chamou atenção a ocorrência de padrões menos dissimilares nas áreas urbanas (IBGE 2011a). Deste modo, não somente a proporção de indígenas na situação urbana com idade de 0-4 anos (6,3%) se mostrou semelhante àquelas das demais categorias (branca: 7,3%; preta: 4,3%; amarela: 5,5%; parda: 7,3%), como também na faixa de 70 anos ou mais (branca: 5,9%; preta: 4,7%; amarela: 6,4%; parda: 3,6%; indígena: 5,0%). Tampouco foram expressivas as proporções de pessoas alfabetizadas de 5 anos ou mais de idade, ainda que o valor para os indígenas tenha se mostrado o mais baixo (branca: 94,0%; preta: 88,0%; amarela: 92,3%; parda: 88,9%; indígena: 87,0%). No que diz respeito ao rendimento nominal mensal domiciliar per capita, observou-se um cenário mais desfavorável para os indígenas, que apresentaram as mais elevadas proporções na faixa até meio salário mínimo (branca: 18,2%; preta: 35,5%; amarela: 25,0%; parda: 37,4%; indígena: 45,7%) (SIDRA/IBGE 2015).

Os dados analisados neste estudo dizem respeito somente aos responsáveis pelos domicílios com presença de pelo menos um indígena em área urbana, contudo se observam importantes convergências em relação ao evidenciado acima, nas comparações de indígenas e não indígenas em área urbana. Quando os responsáveis eram indígenas, os domicílios estavam em sua maioria localizados nas regiões Nordeste e Sudeste. Também chama atenção que, na análise descritiva, os responsáveis indígenas apresentaram características que, de maneira geral, não são muito discrepantes em relação àquelas das demais categorias de cor ou raça, em particular nas comparações com pretos e pardos. Exemplos incluem faixa etária, nível de instrução, renda per capita em salários mínimos, migração e marca (quem respondeu a

¹⁶ Optou-se por comparar aqui os resultados referentes a indígenas a partir da publicação “Características da População e dos Domicílios: Resultados do Universo” (IBGE 2011a) e não com aqueles divulgados em “Características Gerais dos Indígenas: Resultados do Universo” (IBGE 2012a). Isso porque na segunda publicação há relativamente poucas informações no recorte urbano/ rural, tendo-se priorizado as comparações “residentes em terras indígenas” e “fora de terras indígenas”.

entrevista censitária). No que se constitui um achado inesperado, os domicílios cujos responsáveis eram indígenas apresentaram as menores proporções quando havia 2 ou 3 moradores (domicílios pequenos) em relação às demais categorias de cor ou raça.

Ainda que as análises tenham apontado para diferenças socioeconômicas entre as categorias de cor ou raça dos responsáveis, o padrão geral para a amostra investigada neste trabalho se caracterizou por baixa escolaridade e renda. Assim, mais da metade dos responsáveis (51,6%) não havia completado o ensino fundamental e 1 em cada 5 apresentava renda *per capita* inferior a 1/3 do salário mínimo à época da coleta do censo de 2010 (R\$ 510,00). Trata-se, portanto, de um conjunto de pessoas que possuíam condições socioeconômicas inferiores àquelas observadas para a população urbana brasileira como um todo (IBGE 2011a).

De modo geral, os padrões observados na análise descritiva sugeriram que não havia diferenças entre os responsáveis segundo cor ou raça. No entanto, os resultados a partir da análise multinomial revelaram destacadas desigualdades entre os responsáveis indígenas e não indígenas, em particular brancos e pardos. Identifica-se também que os perfis dos domicílios eram similares quando os responsáveis brancos e pardos foram comparados aos indígenas, com destaque para os padrões socioeconômicos. Mesmo que mais da metade dos responsáveis tenha se declarado na categoria indígena, a maioria dentre aqueles com maior renda per capita e níveis mais elevados de instrução apresentaram maiores chances de serem brancos e pardos. Do mesmo modo, houve maior chance daqueles que migraram serem pardos em relação aos indígenas.

A partir dos dados disponíveis, é notadamente complexo explicar as diferenças observadas entre as categorias de cor ou raça dos responsáveis a partir da análise multinomial. Dois cenários complementares, potencialmente simultâneos e que não exauram as possibilidades explicativas, podem ser colocados. Em um primeiro deles, atrelado ao bem conhecido cenário de miscigenação no Brasil, tem-se a presença de indígenas em domicílios com responsáveis brancos e pardos, domicílios esses que apresentariam melhores condições socioeconômicas, refletindo um padrão geral de desigualdades presente na sociedade brasileira (Telles 2004). Em um segundo, pode-se invocar esquemas explicativos de cunho sociológico, referentes às percepções e atribuição de pertencimento racial, em particular as noções de “preconceito racial de marca e preconceito racial de origem” propostas por Oracy Nogueira (2006).

Na perspectiva de Nogueira (2006: 292), o “preconceito racial de marca se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque”. Por outro lado, quando “basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem”. Esse esquema explicativo tem sido diretamente acionado em análises sobre as categorias de cor ou raça empregadas nas investigações conduzidas pelo IBGE. Em um trabalho intitulado “O sistema classificatório de ‘cor ou raça’ do IBGE”, Osório (2003: 35) refere que, da forma como é empregada nos censos brasileiros, a variável cor ou raça e suas categorias informam sobre características fenotípicas e culturais, tendo, portanto, um “sólido respaldo teórico nas reflexões de Oracy Nogueira”. Especificamente, observou:

(...) a origem não importa, apenas quantos traços ou marcas do “fenótipo” do grupo discriminado são portados pela vítima potencial. O preconceito racial de marca não exclui completamente, mas desabona suas vítimas. Portar os traços do grupo discriminado constitui inferioridade e faz que os sujeitos ao preconceito sejam sistematicamente preteridos em relação aos demais. Todavia, a posse de outras características positivamente valoradas, como educação, poder político, projeção social e riquezas, pode compensar, ao menos parcialmente, as marcas (Osório 2003: 21).

Seguindo essa linha de análise, no Brasil, historicamente vigoraria o preconceito racial “de marca” e, apesar de originalmente enfatizar as relações de preconceito relacionadas à dicotomia “brancos vs negros”, é possível inferi-la para as relações entre “indígenas” e o restante da população. Questiona-se, no entanto, se tal abordagem explicativa de cunho sociológico articula-se com os resultados acerca das características socioeconômicas dos responsáveis pelos domicílios apresentados nesta análise. Em caso positivo, não se pode excluir a possibilidade de que, em alguma medida, os resultados aqui descritos apontam para uma tendência de “branqueamento” dos responsáveis pelos domicílios com presença indígena, nos termos da proposição de “preconceito de marca”.

Ainda de acordo com os resultados da análise multinomial referentes à migração é possível notar respaldos na perspectiva de “branqueamento” acima aventada. Especificamente, os resultados indicaram que os responsáveis que migraram para outro município apresentaram chances maiores de pertencimento à categoria parda comparada à indígena. Estudos sobre os povos indígenas e suas trajetórias (permanentes ou transitórias) nas cidades têm sido tradicionalmente realizados por antropólogos em trabalhos etnográficos que analisam contextos étnicos e geográficos específicos (Cardoso de Oliveira 1968; Almeida & Santos 2009; Pacheco de Oliveira 1998; Melo 2012). São investigações que, de modo geral,

abordam o processo de expressão das identidades étnicas de indígenas que migram para contextos urbanos. Roberto Cardoso de Oliveira, influente antropólogo brasileiro, descreve em seu livro “Urbanização e Tribalismo: a Integração dos índios Terêna numa Sociedade de Classes” (1968) como se davam as relações entre indígenas com reconhecido pertencimento étnico e os não indígenas residentes em cidades do atual Mato Grosso do Sul. Assim, relatou a partir de suas pesquisas nos anos 1950-60:

Na sua situação de índio cidadão (...), o Terêna ainda tem a chance de eludir a discriminação e o preconceito, até o momento em que se vê descoberto em sua condição de ‘bugre’: a partir de então o seu status passa a ser o de ‘cidadão de segunda classe’. Na previsão disto é que os Terêna cidadãos, notadamente os de segunda geração, procuram escamotear sua etnia diante do branco, sempre que divisam certa hostilidade racial (Cardoso de Oliveira 1968: 222).

No campo da demografia, a ampla maioria dos trabalhos que aborda o tema da migração indígena tem sido realizada nas macrorregiões Norte (Azevedo 2006; Fígoli & Fazito 2006; Teixeira & Brasil 2008; Teixeira et al. 2009) e Nordeste (Paoliello 2008), em geral com foco em etnias específicas. Comparativamente, análises voltadas para os padrões de migração de indígenas em âmbito nacional, a partir de dados censitários, tem recebido menos atenção (Estanislau 2014; Teixeira 2008). Em análise recente feita a partir do Censo Demográfico 2010, Estanislau (2014) destacou que dentre todos os migrantes indígenas identificados nas macrorregiões Nordeste e Sudeste, a ampla maioria residia em situação urbana (74,8% e 91,9%, respectivamente). Ao considerar outras variáveis para verificar fluxo migratório (tempo de residência superior a cinco anos) verificou também que nessas regiões havia um fluxo migratório mais expressivo em relação às demais. Essa análise foi inconclusa a respeito dos determinantes envolvidos nos padrões de migração de indígenas, mas sugere, assim como as demais, que há uma relação entre migração e busca de melhores condições de vida (Fígoli & Fazito 2006; Teixeira et al. 2009).

Em análises futuras, é imprescindível também avançar na compreensão da distinção entre contextos urbanos e rurais para os indígenas. Para Azevedo (2011), os resultados dos últimos censos têm desafiado antropólogos e demógrafos a investigarem fenômenos peculiares, a exemplo da multilocalidade dos povos indígenas. A autora questiona também a aplicabilidade da dualidade urbano/rural como, por exemplo, no caso do surgimento de verdadeiras cidades dentro dos limites de terras indígenas, bem como de bairros em capitais e outras cidades de grande porte com acentuada presença de indígenas. Sugere inclusive a possibilidade de termos alternativos, como “áreas rururbanas” ou “aglomerados urbanos em

áreas rurais” (Azevedo 2011: 48), enfatizando a relevância de análises que contemplem os deslocamentos espaciais dos indígenas em direção aos centros urbanos, inclusive nas situações em que mantém sua moradia principal nas aldeias de origem.

Para se alcançar uma explicação mais nuançada acerca das influências socioeconômicas nos padrões de classificação de cor ou raça dos responsáveis pelos domicílios, com foco nos indígenas são necessárias análises mais aprofundadas e que levem em consideração dimensões não incluídas no presente estudo. A própria categoria de “responsável pelo domicílio” precisa ser problematizada, uma vez que, a princípio, não são bem conhecidos os fatores que levam um indivíduo a ser contemplado nela, o que se torna ainda mais relevante no caso dos indígenas, considerados como segmento populacional socioculturalmente diferenciado.¹⁷ Vale lembrar também que os dados censitários acerca de relações de parentesco no âmbito domiciliar se referem unicamente ao responsável (IBGE 2011a: 102). Dentre as diversas variáveis que poderiam ser exploradas para uma melhor compreensão dos perfis dos responsáveis, podem ser mencionadas as relações de parentesco e um maior detalhamento sobre os perfis de migração dos indivíduos residentes nos domicílios com presença de indígenas, incluindo origem e destino.

A respeito das limitações deste estudo deve-se mencionar a categorização da variável “Nível de Instrução” que nos microdados do censo de 2010 aparece com 5 categorias, sendo a primeira referente às pessoas “sem escolaridade e ensino Fundamental incompleto”, consideradas em conjunto. De certo, os padrões socioeconômicos observados poderiam ser ainda mais expressivos na indicação de desigualdades se para essa variável fossem considerados os responsáveis “indígenas sem escolaridade” separados daqueles com nível fundamental incompleto.

¹⁷ Sobre esse ponto, os microdados do Censo Demográfico 2010 identificam uma única pessoa como “responsável pelo domicílio”, definida como “pessoa de, no mínimo 10 anos de idade, reconhecida como tal pelos demais moradores do domicílio” (Metadados BME). Contudo, há uma pergunta presente nos questionários básico e da amostra que possibilita a identificação de mais de uma pessoa como “responsável” (V0402). De acordo com o Banco Multidimensional de Estatísticas (BME), aproximadamente 17 milhões (29,6%) dos domicílios do país indicaram que havia mais de uma pessoa “responsável” (BME/IBGE. Disponível em www.bme.ibge.gov.br, acesso em 23 fev 2015).

3.5. Comentários Finais

As análises realizadas no âmbito deste estudo demonstraram que a diversidade da população indígena no Brasil revelada pelo último Censo não está somente em áreas rurais, tampouco se restringe aos limites demarcados das terras indígenas. Considerando o recorte específico dos microdados amostrais, as características dos responsáveis por domicílios em situação urbana com pelo menos um morador indígena foram consistentemente diferenciadas em relação ao que se conhece através de dados dos censos relativos a situação rural. Talvez a maior evidência seja em relação à localização geográfica, uma vez que houve chances significativamente maiores dos responsáveis serem brancos em todas as regiões, em comparação aos responsáveis indígenas do Norte. Não por acaso, estes foram analisados como categoria de referência por sua maior expressão em áreas rurais.

Comparações entre as categorias de cor ou raça mostraram que os responsáveis com condições socioeconômicas menos favoráveis tiveram chances significativamente maiores de terem se autodeclarado indígenas. As desigualdades entre responsáveis indígenas, brancos e pardos foram evidentes mesmo com a presença inerente de pelo menos um morador indígena no domicílio. Padrões que dizem respeito à educação, rendimento e migração mostraram que em contextos urbanos houve diferenças entre os responsáveis indígenas e não indígenas, indicando condições mais adversas para os primeiros.

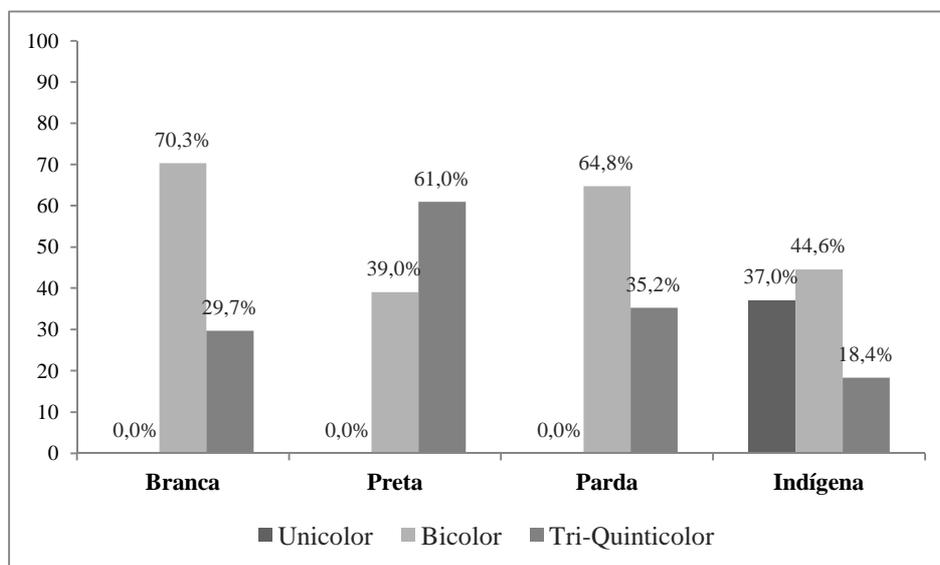
O perfil dos responsáveis por domicílios autodeclarados indígenas apresentado neste estudo deveu-se ao emprego de critérios de inclusão específicos e de técnica estatística analítica multinomial, o que, indubitavelmente colaborou para revelar o “indígena” que emerge nos censos. O fato de que a análise multivariada apontou para padrões distintos daqueles observados na descritiva sinaliza para a importância de aplicações de técnicas estatísticas que levem em consideração o efeito simultâneo do conjunto das variáveis explicativas.

Destarte, a seleção não aleatória de responsáveis indígenas, aliada à análise probabilística com técnica multinomial das características presentes na amostra do censo, contribuíram para identificar particularidades para o volume de população autodeclarada indígena em situação urbana. Avanços metodológicos, a exemplo das análises conduzidas neste estudo seguem no sentido de diminuir a “danosa invisibilidade demográfica e epidemiológica dos indígenas no Brasil”, como sinalizaram Coimbra Jr & Santos (2000: 131).

Conforme demonstrado, ainda que os responsáveis incluídos nas análises tenham apresentado aparente uniformidade em relação à descrição das características socioeconômicas, houve maior expressão de desigualdades para os indígenas, confirmada pela análise de regressão multinomial.

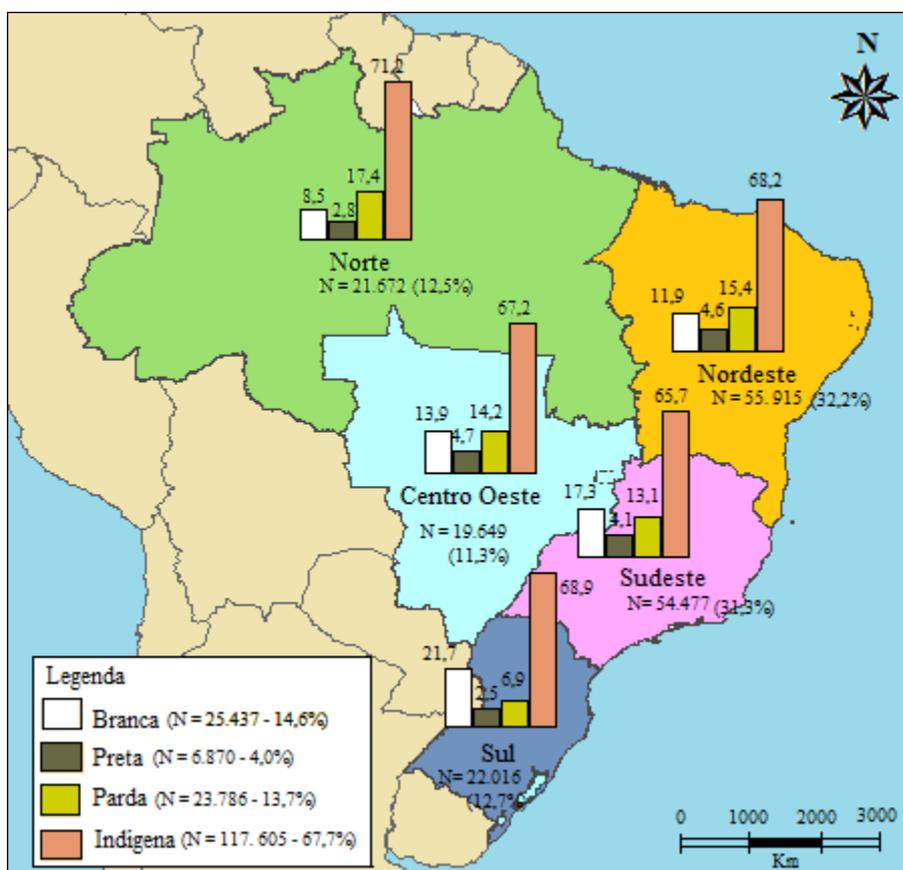
Por fim, é importante sinalizar que análises demográficas com foco nos indígenas, a exemplo desta aqui conduzida, são relevantes no delineamento de políticas públicas para este segmento dos brasileiros. A análise da dinâmica demográfica dos indígenas, amparada pela oficialidade dos dados censitários, deve se tornar uma prática rotineira para que se tornem ferramentas úteis ao enfrentamento de demandas das mais diversas ordens. Resultados que relativizam características dos indígenas, ajustando-as para os mais diversos contextos, sinalizam para a necessidade de “novos olhares” para aqueles que se pretendem subsídios para a implementação de políticas públicas. Portanto, há nestes resultados valiosas contribuições para reflexões a respeito dos indicadores sociodemográficos que definem perfis indígenas, sobretudo àqueles que também estão presentes nos sistemas de informação em saúde. Em suma, argumenta-se que os resultados presentes nesta análise, feitos a partir de dados censitários, demonstraram a existência do perfil de um “domicílio indígena” até então desconhecido para áreas urbanas do Brasil.

Figura 3.1 - Frequência de arranjos do número de cores/raças segundo categorias de cor ou raça dos responsáveis pelos domicílios em área urbana, com pelo menos um indígena (N = 173.699 domicílios). Brasil, 2010.



Fonte: Censo Demográfico 2010

Figura 3.2 – Percentual de cor ou raça dos responsáveis por domicílios em situação urbana com pelo menos um indígena de acordo com macrorregiões (N = 173.699). Brasil, 2010.



Fonte: Censo Demográfico 2010.

Obs.: Todas as observações apresentaram erro-padrão percentual inferior a 0,5%.

Tabela 3.1 – Descrição das variáveis selecionadas para modelo explicativo multinomial da cor ou raça dos responsáveis em domicílios com ao menos um indígena em área urbana. Brasil, 2010.

| | Cor/Raça do Responsável | | | | | | | | | |
|--------------------------------------|--------------------------------|-------------|--------------|------------|---------------|-------------|-----------------|-------------|----------------|--------------|
| | Branca | % | Preta | % | Parda | % | Indígena | % | Total | % |
| | 25.437 | 14,6 | 6.870 | 4,0 | 23.786 | 13,7 | 117.605 | 67,7 | 173.699 | 100,0 |
| Cor/raça no domicílio | | | | | | | | | | |
| 1 cor/raça (unicolor) | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 43.543 | 37,0 | 43.543 | 25,1 |
| 2 cores/raças (bicolor) | 17.891 | 70,3 | 2.683 | 39,1 | 15.409 | 64,8 | 52.481 | 44,6 | 88.464 | 50,9 |
| 3 cores/raças (tricolor) | 6.785 | 26,7 | 3.071 | 44,7 | 7.398 | 31,1 | 19.637 | 16,7 | 36.891 | 21,2 |
| 4 cores/raças (quadricolor) | 761 | 3,0 | 1.108 | 16,1 | 900 | 3,8 | 1.879 | 1,6 | 4.648 | 2,7 |
| 5 cores/raças (quinticolor) | 0 | 0,0 | 9 | 0,1 | 79 | 0,3 | 65 | 0,1 | 152 | 0,1 |
| Região | | | | | | | | | | |
| Norte | 1.852 | 7,3 | 611 | 8,9 | 3.774 | 15,9 | 15.434 | 13,1 | 21.672 | 12,5 |
| Nordeste | 6.633 | 26,1 | 2.566 | 37,4 | 8.596 | 36,1 | 38.119 | 32,4 | 55.915 | 32,2 |
| Sudeste | 9.432 | 37,1 | 2.223 | 32,4 | 7.108 | 29,9 | 35.685 | 30,3 | 54.447 | 31,3 |
| Sul | 4.783 | 18,8 | 547 | 8,0 | 1.521 | 6,4 | 15.165 | 12,9 | 22.016 | 12,7 |
| Centro Oeste | 2.737 | 10,8 | 922 | 13,4 | 2.787 | 11,7 | 13.201 | 11,2 | 19.649 | 11,3 |
| Sexo | | | | | | | | | | |
| Masculino | 17.061 | 67,1 | 4.385 | 63,8 | 14.337 | 60,3 | 64.379 | 54,7 | 100.163 | 57,7 |
| Feminino | 8.377 | 32,9 | 2.485 | 36,2 | 9.448 | 39,7 | 53.226 | 45,3 | 73.536 | 42,3 |
| Idade | | | | | | | | | | |
| < 30 | 4.169 | 16,4 | 1.229 | 17,9 | 4.470 | 18,8 | 19.312 | 16,4 | 29.180 | 16,8 |
| 30-44 | 9.001 | 35,4 | 2.687 | 39,1 | 9.510 | 40,0 | 38.384 | 32,6 | 59.582 | 34,3 |
| 45-59 | 7.853 | 30,9 | 1.775 | 25,8 | 6.369 | 26,8 | 34.693 | 29,5 | 50.690 | 29,2 |
| 60 e mais | 4.414 | 17,4 | 1.179 | 17,2 | 3.437 | 14,4 | 25.216 | 21,4 | 34.246 | 19,7 |
| Nível de instrução | | | | | | | | | | |
| S/ instrução e fund. incompleto | 11.023 | 43,3 | 3.210 | 46,7 | 11.573 | 48,7 | 63.739 | 54,2 | 89.545 | 51,6 |
| Fund. completo e Médio incompleto | 4.088 | 16,1 | 1.174 | 17,1 | 3.990 | 16,8 | 19.583 | 16,7 | 28.835 | 16,6 |
| Médio completo e Superior incompleto | 7.057 | 27,7 | 1.836 | 26,7 | 6.380 | 26,8 | 25.812 | 21,9 | 41.086 | 23,7 |
| Superior completo | 3.214 | 12,6 | 650 | 9,5 | 1.732 | 7,3 | 8.141 | 6,9 | 13.736 | 7,9 |

(cont.)

(cont.) **Tabela 3.1** – Descrição das variáveis selecionadas para modelo explicativo multinomial da cor ou raça dos responsáveis em domicílios com ao menos um indígena em área urbana. Brasil, 2010.

| | Cor/Raça do Responsável | | | | | | | | | |
|---------------------------------|-------------------------|------|-------|------|--------|------|----------|------|---------|-------|
| | Branca | % | Preta | % | Parda | % | Indígena | % | Total | % |
| | 25.437 | 14,6 | 6.870 | 4,0 | 23.786 | 13,7 | 117.605 | 67,7 | 173.699 | 100,0 |
| Renda per capita (SM) | | | | | | | | | | |
| <0,35 | 3.638 | 14,3 | 1.335 | 19,4 | 5.178 | 21,8 | 25.759 | 21,9 | 35.910 | 20,7 |
| ≥ 0,35 e < 0,70 | 5.526 | 21,7 | 1.953 | 28,4 | 6.665 | 28,0 | 26.313 | 22,4 | 40.457 | 23,3 |
| ≤ 0,70 e < 1,3 | 6.461 | 25,4 | 1.816 | 26,4 | 5.861 | 24,6 | 32.088 | 27,3 | 46.226 | 26,6 |
| ≥ 1,3 | 9.812 | 38,6 | 1766 | 25,7 | 6.082 | 25,6 | 33.446 | 28,4 | 51.106 | 29,4 |
| Dens. Morador dormitório | | | | | | | | | | |
| < 1,2 | 4.617 | 18,2 | 774 | 11,3 | 3.038 | 12,8 | 35.558 | 30,2 | 43.987 | 25,3 |
| ≥ 1,2 e < 1,7 | 6.836 | 26,9 | 1565 | 22,8 | 4.895 | 20,6 | 22.469 | 19,1 | 35.766 | 20,6 |
| ≥ 1,7 e < 2,5 | 8.705 | 34,2 | 2297 | 33,4 | 7.953 | 33,4 | 32.023 | 27,2 | 50.978 | 29,3 |
| ≥ 2,5 | 5.279 | 20,8 | 2234 | 32,5 | 7.900 | 33,2 | 27.555 | 23,4 | 42.967 | 24,7 |
| Num. Pessoas | | | | | | | | | | |
| ≤ 2 moradores | 4.880 | 19,2 | 907 | 13,2 | 3.392 | 14,3 | 39.121 | 33,3 | 48.300 | 27,8 |
| 3 moradores | 6.291 | 24,7 | 1.386 | 20,2 | 5.213 | 21,9 | 26.212 | 22,3 | 39.102 | 22,5 |
| 4 moradores | 6.650 | 26,1 | 1.763 | 25,7 | 5.739 | 24,1 | 22.152 | 18,8 | 36.302 | 20,9 |
| 5 ou mais moradores | 7616 | 29,9 | 2814 | 41,0 | 9.442 | 39,7 | 30.120 | 25,6 | 49.994 | 28,8 |
| Nasceu Município? | | | | | | | | | | |
| Sim, sempre viveu | 14.255 | 56,0 | 4.149 | 60,4 | 13.882 | 58,4 | 67.055 | 57,0 | 99.341 | 57,2 |
| Sim, mas morou em outro(s) | 1.190 | 4,7 | 275 | 4,0 | 1.100 | 4,6 | 4.731 | 4,0 | 7.295 | 4,2 |
| Não | 9.992 | 39,3 | 2.446 | 35,6 | 8.804 | 37,0 | 45.820 | 39,0 | 67.062 | 38,6 |
| Quem respondeu? | | | | | | | | | | |
| O próprio | 5.641 | 22,2 | 1.194 | 17,4 | 4.031 | 16,9 | 30.543 | 26,0 | 41.409 | 23,8 |
| Outro morador | 19.209 | 75,5 | 5.558 | 80,9 | 19.181 | 80,6 | 83.057 | 70,6 | 126.994 | 73,1 |
| Não morador | 587 | 2,3 | 118 | 1,7 | 574 | 2,4 | 3.946 | 3,4 | 5.225 | 3,0 |

Fonte: Censo Demográfico 2010

Tabela 3.2 – Razões de chances (OR) estimadas através de modelo multinomial no estudo da cor ou raça dos responsáveis de domicílios que possuíam ao menos um morador indígena em área urbana (N = 173.669). Brasil, 2010.

| | <i>Branços x Indígenas</i> (IC 95%) | <i>Pretos x Indígenas</i> (IC 95%) | <i>Pardos x Indígenas</i> (IC 95%) |
|---|--|---------------------------------------|---------------------------------------|
| Cor/raça no domicílio | | | |
| Unicolor Indígena (Ref.) | 1 | 1 | 1 |
| Acréscimo de uma cor/raça | 2,532 (2,362-2,714) | 5,873 (5,049-6,830) | 2,626 (2,453-2,811) |
| Região | | | |
| Norte (Ref.) | 1 | 1 | 1 |
| Nordeste | 1,390 (1,137-1,700) | 1,703 (1,235-2,349) | 0,969 (0,826-1,137) |
| Sudeste | 1,786 (1,467-2,174) | 1,358 (0,987-1,869) | 0,763 (0,646-0,901) |
| Sul | 2,361 (1,907-2,923) | 0,980 (0,653-1,470) | 0,427 (0,342-0,533) |
| Centro Oeste | 1,448 (1,137-1,844) | 1,593 (1,065-2,382) | 0,817 (0,659-1,012) |
| Sexo | | | |
| Fem (Ref.) | 1 | 1 | 1 |
| Masc | 1,646 (1,480-1,832) | 1,657 (1,358-2,023) | 1,292 (1,159-1,441) |
| Idade | | | |
| < 30 (Ref.) | 1 | 1 | 1 |
| 30-44 | 0,975 (0,838-1,135) | 0,928 (0,705-1,223) | 0,931 (0,803-1,078) |
| 45-59 | 0,956 (0,814-1,124) | 0,739 (0,549-0,996) | 0,747 (0,636-0,879) |
| 60 e mais | 0,898 (0,749-1,077) | 0,791 (0,560-1,118) | 0,649 (0,536-0,786) |
| Nível de instrução | | | |
| Sem escolaridade a fundamental incomp. (Ref.) | 1 | 1 | 1 |
| Fundamental completo a Médio incompleto | 1,070 (0,922-1,241) | 1,101 (0,844-1,436) | 0,993 (0,855-1,153) |
| Médio completo a Superior completo | 1,534 (1,352-1,741) | 1,548 (1,241-1,931) | 1,253 (1,100-1,428) |

(cont.)

(cont.) **Tabela 3.2** – Razões de chances (OR) estimadas através de modelo multinomial no estudo da cor ou raça dos responsáveis de domicílios que possuíam ao menos um morador indígena em área urbana (N = 173.669). Brasil, 2010.

| | <i>Branco x Indígenas</i> (IC 95%) | <i>Pretos x Indígenas</i> (IC 95%) | <i>Pardos x Indígenas</i> (IC 95%) |
|-------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| Renda per capita (SM) | | | |
| <0,35 (Ref.) | 1 | 1 | 1 |
| ≥ 0,35 e < 0,70 | 1,220 (1,035-1,438) | 1,278 (0,981-1,665) | 1,246 (1,071-1,448) |
| ≤ 0,70 e < 1,3 | 1,151 (0,974-1,359) | 1,186 (0,891-1,580) | 1,099 (0,934-1,294) |
| ≥ 1,3 | 1,541 (1,294-1,835) | 1,133 (0,832-1,543) | 1,179 (0,983-1,412) |
| Densidade morador/dormitório | | | |
| < 1,2 (Ref.) | 1 | 1 | 1 |
| ≥ 1,2 e < 1,7 | 1,349 (1,113-1,634) | 1,623 (1,087-2,425) | 1,291 (1,051-1,587) |
| ≥ 1,7 e < 2,5 | 1,286 (1,079-1,534) | 1,378 (0,950-1,998) | 1,433 (1,183-1,736) |
| ≥ 2,5 | 1,020 (0,826-1,261) | 1,600 (1,050-2,438) | 1,474 (1,189-1,829) |
| Número de moradores | | | |
| 2 moradores (Ref.) | 1 | 1 | 1 |
| 3 moradores | 1,316 (1,071-1,617) | 0,692 (0,453-1,055) | 1,323 (1,075-1,628) |
| 4 moradores | 1,413 (1,159-1,723) | 0,756 (0,508-1,126) | 1,383 (1,126-1,697) |
| 5 ou mais moradores | 1,371 (1,111-1,692) | 0,674 (0,431-1,053) | 1,461 (1,181-1,808) |
| Nasceu neste município? | | | |
| Sim, sempre viveu (Ref.) | 1 | 1 | 1 |
| Sim, mas morou em outro(s) | 1,232 (0,962-1,576) | 1,065 (0,646-1,755) | 1,325 (1,004-1,749) |
| Não | 1,112 (0,999-1,238) | 1,076 (0,882-1,314) | 1,208 (1,082-1,350) |
| Quem respondeu? | | | |
| O próprio (Ref.) | 1 | 1 | 1 |
| Outro morador | 0,825 (0,721-0,944) | 0,950 (0,723-1,249) | 0,984 (0,850-1,138) |
| Não morador | 0,885 (0,639-1,227) | 0,792 (0,395-1,589) | 1,111 (0,771-1,603) |

Fonte: Censo Demográfico 2010

**4. Filhos Indígenas no Censo Demográfico 2010:
Características relacionadas à autodeclaração de cor ou raça
dos filhos em arranjos domiciliares com pelo menos um
indígena**

4.1 Introdução

A análise de informações censitárias relativas a arranjos formados entre os moradores de um mesmo domicílio pode informar sobre as características da transição demográfica experimentada em diferentes lugares do mundo. Aliado ao envelhecimento populacional, de modo geral, esses arranjos tem se tornado cada vez menores (com aumento de domicílios unipessoais). Neste cenário, um aspecto relevante é a caracterização étnico/racial da população com objetivo de se ampliarem os debates a respeito das diferenças socioeconômicas para os diversos grupos. Assim, têm sido descritas importantes diferenças na determinação da cor ou raça dos filhos(as) informada pelos pais, sobretudo brancos e negros (Schwartzman 2007; Soares et al. 2008; Beltrão et al. 2008). Até o presente não identificamos análises semelhantes que contemplem indígenas, especialmente se foram realizadas a partir dos dados de um recenseamento populacional brasileiro.

Os critérios considerados para definição do modo como as pessoas se relacionam em espaços intradomiciliares são considerados na determinação de categorias que informam a respeito da existência de laços de parentesco ou de convivência (responsável, cônjuge, filhos(as) e agregados(as)). As tendências de aumento da expectativa de vida e diminuição das taxas de fecundidade são apontadas como determinantes para caracterizar domicílios ocupados principalmente por pessoas idosas convivendo com um número cada vez menor de moradores (Medeiros & Osório 2001; IBGE 2013; UNECE 2008). De um modo geral, a população tem experimentado melhores condições socioeconômicas, com aumento de rendimentos e níveis de escolaridade, no entanto, essas melhoras ocorrem de modo desigual entre pessoas de grupos de cor ou raça distintos (Telles 2006). Sob estes aspectos, análises que observaram fatores determinantes na alocação de filhos(as) em categorias de cor ou raça, atribuídas pelos pais, informam que está em curso processo denominado “embranquecimento” populacional, explicado principalmente por melhora das condições socioeconômicas da população. O aumento de rendimento e escolaridade tem colaborado para que homens e mulheres de cor ou raça preta e parda tendam a declarar sua prole pertencente à categoria branca (Schwartzman 2007).

Há uma extensa literatura acerca das relações entre moradores de um mesmo domicílio, que em geral, enfocam questões ligadas à conjugalidade. Os padrões de convergência e divergência de cor/raça de cônjuges têm sido denominados de “seletividade

marital”, e informam sobre transformações relativas aos arranjos maritais em diversas partes do mundo (Petruccelli 2001, Telles 2003; Fokkema & Liefbroer 2008; Booth 2010; Longo 2011; Iacovou & Skew 2011; Longo & Miranda-Ribeiro 2012; Longo et al., 2012). Nesse conjunto de estudos, identifica-se alguns que investigaram os padrões de atribuição de cor/raça de filhos(as) resultantes de casamentos cujos pais apresentavam cor/raça convergentes ou divergentes (Beltrão et al. 2008; Schwartzman 2007). A partir da análise dessa literatura se observa que, como referido anteriormente, pouca atenção tem sido dada nos estudos demográficos para as mudanças (ou persistências) na composição dos domicílios no que diz respeito aos indígenas.

No segundo artigo desta tese (pág. 58) foi abordada a composição dos domicílios de acordo com cor ou raça no país em 2010. Como visto, os resultados mostraram que 41,7% de todos os indígenas residentes em área urbana estavam em domicílios cujos todos os moradores também eram indígenas (unicolores), enquanto que em área rural o mesmo ocorreu para quase a totalidade dos indígenas (92,5%). Os padrões observados segundo as situações de domicílio (urbano e rural) deixaram claras as diferenças entre as características dos indígenas nos censos demográficos.

Baseando-se nas diferenças acima apontadas e em outras características captadas pelos dados amostrais do censo de 2010, o objetivo deste artigo é analisar arranjos específicos formados entre pais, mães e filhos(as) quando pelo menos um deles era indígena. O ineditismo das análises propostas, realizadas com microdados censitários, restringiram o debate a partir de textos especializados. Os argumentos discutidos alinham-se, assim como em relação aos negros, o fato de que os indígenas tenderam a não se declararem como tal quando foram registrados ganhos sociais, especialmente relacionados a maior rendimento mensal e níveis elevados de instrução.

4.2. Metodologia

A fonte para realização deste estudo foram microdados da amostra do Censo Demográfico 2010. Os arquivos que contém os microdados estão disponíveis para usuários

externos ao IBGE e podem ser adquiridos gratuitamente por download no site do IBGE¹⁸ (www.ibge.gov.br).

Foram selecionadas, a partir dos microdados censitários, cinco variáveis da dimensão domicílio (com seus respectivos códigos no dicionário de variáveis da amostra do censo): município (V0002), situação (V1006), espécie da unidade visitada (V4001), número de pessoas por domicílio (V0401) e renda domiciliar em salários mínimos (V6530). No banco dos microdados que contem informações relativas às pessoas foi selecionado um conjunto de nove variáveis: município (V0002), macrorregião (V1001); relação com o responsável (V0502); sexo (V0601); idade (V6036); cor ou raça (V0606); nasceu neste município (V0618); nível de instrução (V6400) e quem prestou a informação (marca = V0670).

Após a seleção deste conjunto de variáveis criou-se banco de dados específico que contemplou todas as pessoas que moravam em domicílios nos quais residia pelo menos uma pessoa autodeclarada indígena (1.209.038 pessoas, sendo 67,9% indígenas)¹⁹. Neste conjunto de pessoas havia 281.689 responsáveis pelos domicílios, sendo 76,5% deles autodeclarados indígenas.

No Censo Demográfico 2010, a variável “Relação com o responsável” (V0502) apresentou 20 categorias que definiam relações de consanguinidade ou convivência com a pessoa responsável pelo domicílio, conforme quadro a seguir.

¹⁸ Para mais detalhes sobre a fonte de dados analisados neste trabalho (microdados), bem como aspectos metodológicos empregados na amostragem do Censo Demográfico 2010, consultar Anexo I.

¹⁹ Este banco foi preparado pela Dr^a Luciene Longo (IBGE/MG), que também participou da análise dos dados apresentados neste artigo.

Quadro 4.1 - Relação de parentesco ou de convivência com a pessoa responsável pelo domicílio (Variável V0502).

| | |
|---|---|
| 01- Pessoa responsável pelo domicílio | 11- Bisneto(a) |
| 02- Cônjuge ou companheiro(a) de sexo diferente | 12- Irmão ou irmã |
| 03- Cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo | 13- Avô ou avó |
| 04- Filho(a) do responsável e do cônjuge | 14- Outro parente |
| 05- Filho(a) somente do responsável | 15- Agregado(a) |
| 06- Enteado(a) | 16- Convivente |
| 07- Genro ou nora | 17- Pensionista |
| 08- Pai, mãe, padrasto ou madrasta | 18- Empregado(a) doméstico(a) |
| 09- Sogro(a) | 19- Parente do(a) empregado(a) doméstico(a) |
| 10- Neto(a) | 20- Individual em domicílio coletivo |

Fonte: Dicionário de variáveis dos microdados amostrais. Censo Demográfico 2010. IBGE.

Essa variável foi central na apresentação de arranjos formados entre os brasileiros, como por exemplo, aquela denominada “Tipo de composição familiar das famílias únicas e conviventes principais” (V5090), formada a partir de dados amostrais, que considera em seus resultados os padrões de nupcialidade e fecundidade dos brasileiros em 2010. No entanto, na sua formação foram excluídos os domicílios em terras indígenas (IBGE 2012b).

Para a formação dos arranjos domiciliares apresentados neste estudo foram selecionadas somente as categorias 01, 02 e 04 demonstradas no quadro acima, sendo ao menos um deles indígena. Como o objetivo foi verificar os padrões de atribuição de cor ou raça dos filhos pelo casal formado por pai e mãe, foram excluídos todos os domicílios no quais residiam somente uma e somente duas pessoas. Na etapa seguinte foram selecionados 148.081 registros de pais (indivíduos do sexo masculino que também eram responsáveis ou cônjuges de sexo diferente do responsável, sendo que 72,2% deste total de homens eram indígenas) e 109.004 registros de mães (indivíduos do sexo feminino que também eram responsáveis ou cônjuges de sexo diferente do responsável, sendo 73,3% indígenas).

A seguir foi criada uma variável para caracterizar os arranjos de pais, mães e filho(a), que continha sete categorias que indicavam quando pelo menos um deles indígena (Ver Tabela 4.1). Foram excluídas das análises 1.112 pessoas por estarem em domicílios onde foram identificados casos de poligamia (mais de um cônjuge), idade de filhos(as) superior a 40 anos e aquelas que tiveram respostas ignoradas para cor ou raça, nível de instrução e quem prestou a informação (marca). Convém informar que somente maiores de 18 anos podem responder aos censos, portanto, as características de menores de idade foram necessariamente informadas por outras pessoas, inclusive cor ou raça (IBGE 2013).

O banco final foi composto nas linhas por um total de 366.217 filhos, sendo 268.204 (73,2%) indígenas. Havia 268.203 pais e mães, sendo que 91,6% e 93,4% eram, respectivamente, de cor ou raça indígena.

Após análise descritiva, foram ajustados modelos de regressão logística com objetivo de se avaliar a probabilidade de ocorrência da cor ou raça dos filhos, considerando as características das pessoas selecionadas no processo da criação do banco de dados, descrito acima. Os modelos de regressão logística são usados para encontrar os efeitos de uma determinada variável (independente ou resposta) sobre outras (dependentes ou explicativas), quando a variável resposta se expressa por códigos binários (0 e 1) representando as categorias analisadas (Katz 1999). Os modelos apresentados admitiram como variável resposta a cor ou raça dos filhos dicotomizada (filhos indígenas = sim e não; filhos brancos = sim e não e filhos pardos = sim e não). Não foram gerados modelagens estatísticas para os filhos(as) pretos e amarelos por apresentarem, em conjunto, 2,0% do total de filhos.

Foram descritos seis modelos de regressão logística para as probabilidades dos filhos serem brancos, pardos e indígenas, estratificados segundo situações de domicílio (urbano e rural). Tal decisão se amparou na distinção apresentada pelas características descritivas da população indígena principalmente a situada em área urbana. Foram incluídas como variáveis explicativas características dos filhos (cor ou raça, sexo, idade e quem prestou a informação – marca); dos pais (cor ou raça, idade, nível de instrução e se nasceu no município que vive) e também dos domicílios (região geográfica, número de moradores e renda total categorizada em salários mínimos²⁰). As idades foram estratificadas de acordo com os tercís apresentados na descrição.

As probabilidades de ocorrência da cor ou raça dos filhos foram estimadas através de razões de chances (*odds ratio*) calculadas considerando o conjunto de covariáveis descritas nos modelos logísticos. As categorias que apresentam OR = 1 foram tomadas como referência. As significâncias estatísticas são apresentadas através da estatística p-valor. As análises descritivas e estimação de modelos logísticos foram realizadas com pacote Stata versão 10 (StataCorp, 2007).

²⁰ O salário mínimo teve como referência o valor que vigorava na data de referência da coleta do censo (31 de julho de 2010) que era de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais) (IBGE, 2012a: 47).

4.3. Resultados

Foram analisadas as características de um total de 366.218 filhos de casais envolvidos no arranjo pai/mãe/filho. Deste total, 192.758 (52,6%) eram do sexo masculino e 167.249 (45,7%) tinham idades entre 5 e 14 anos. Em relação à cor ou raça, 268.203 (73,2%) eram indígenas, dentre os quais 209.932 (78,3%) estavam em área rural. Mais de 80,0% do total dos filhos tinham pelo menos um dos pais de cor ou raça indígena.

Considerando os arranjos domiciliares formados por pais, mães e filhos(as) (tríades), nos quais havia ao menos um indígena, nota-se que houve maior expressão naquela em que todos os integrantes eram indígenas (PI-MI-FI) (63,4%), sendo ainda mais destacada na área rural (89,2%). As maiores proporções das tríades em áreas urbanas ocorreram quando somente um dos pais era indígena e filhos eram não indígenas (PI-MN-FN e PN-MI-FN), categorias que em conjunto representaram 57,0% do total de indígenas em situação urbana (Tabela 4.1).

As tríades nas quais todos os integrantes eram indígenas também foram as mais frequentes no Norte, Nordeste e Centro Oeste. No Sudeste e no Sul representaram menos da metade dos arranjos (20,4% e 48,9%, respectivamente). Os valores são ainda mais expressivos se observada somente área urbana, onde aproximadamente 1 em cada 10 pessoas indígenas estava fora da tríade na qual todas eram indígenas. O cenário se inverte nas áreas rurais destas macrorregiões, onde cerca de 7 em cada 10 indígenas estão em arranjos nos quais todos também eram indígenas (Tabela 4.2).

A Tabela 4.3 apresenta as frequências de cor ou raça dos pais quando os filhos eram indígenas (N = 268.203), sendo que 86,5% deste total também tinham pais e mães indígenas. Os arranjos nos quais todos eram indígenas representaram 57,6% do total das tríades em situação urbana, enquanto que representaram 94,0% do total de arranjos em situação rural. Quando os filhos indígenas tinham pais não indígenas, destacaram-se brancos e pardos, que representaram 9,5% e 7,8% do total de arranjos de filhos indígenas com pais não indígenas em situação urbana, respectivamente (Tabela 4.3).

Em relação ao total de filhos não indígenas, a maioria foi alocada nas categorias parda (54,7%) e branca (37,9%), que dentre todos eles, 87,1% eram residente em situação urbana, onde as proporções de filhos pardos e brancos foram respectivamente iguais a 62,5% e 39,1% (Figura 4.1). Cerca de 5,0% dos filhos não indígenas (N = 4.885) tinham ambos pais indígenas e quando houve divergência entre a cor ou raça dos pais, houve

predominância de brancos (22,0% dos pais e 21,9% das mães, respectivamente) (Tabela 4.4).

A seguir apresenta-se um conjunto de três figuras que indicam as proporções de filhos de acordo com a cor ou raça, segundo as cores/raças dos pais. A primeira delas retrata essa distribuição para o país como um todo (Figura 4.2) e as demais para situações urbana (Figura 4.3) e rural (Figura 4.4). A ordem da apresentação dos arranjos é sistematicamente apresentada considerando em primeiro lugar a cor/raça dos pais seguido pela cor/raça das mães (p. ex.: “15” indica pai “branco = 1” e mãe “indígena = 5”). Como se nota, surgem padrões visuais onde se percebe que a cor/raça dos filhos tende acompanhar a cor/raça dos pais. Para o país como um todo e também áreas urbanas, chamam atenção que a cor/raça dos filhos é tão maior quanto a cor declarada pelas mães, notadamente para filhos pretos e amarelos, sugerindo que há maior determinação da cor/raça dos filhos pelas mães (Figuras 4.2 e 4.3). Padrão que não se reproduziu para a situação rural, na qual a cor/raça dos pais (sexo masculino) parece influenciar a cor/raça dos filhos (Figura 4.4).

A Tabela 4.5 apresenta a distribuição das variáveis consideradas nos modelos de regressão logística, estratificadas segundo situação do domicílio. Para os filhos analisados verificou-se que a quase totalidade dos que estavam em situação rural eram indígenas (94,3%) e apesar de também terem sido maioria, os filhos indígenas representaram 40,6% do total que residiam em situação urbana. A maioria dos filhos era do sexo masculino (52,6%) e os mais jovens residiam majoritariamente em situação rural, sendo quase metade pertencente às idades entre 5 e 14 anos. As informações prestadas por um outro morador, que não filho, foram maioria em ambas situações (87,4% urbana e 77,8% rural) (Tabela 4.5).

As informações socioeconômicas analisadas para pais e mães são semelhantes quando estão na mesma situação de domicílio e diferentes quando comparadas entre si. Pais e mães em situação urbana eram mais velhos, mais escolarizados e migraram para o município onde responderam ao censo. Em situação rural pertenciam às faixas de idades mais jovens, tiveram níveis menores de escolaridade, e quase que a totalidade nasceu no município onde mora. Os domicílios estavam majoritariamente nas regiões Norte e Nordeste, sendo aqueles em situação urbana, mais distribuídos em todas regiões. Esses que estavam em situação urbana também apresentaram maiores faixas de rendimento (> 5 salários mínimos), em contraste com os que estavam em situação rural, para os quais

registrou-se faixa salarial domiciliar menor que 1 salário para a maioria dos filhos (56,7%). Neste resultado chamaram atenção as elevadas frequências de moradores por domicílios, pois para ambas situações a ampla maioria das pessoas residia em domicílios nos quais moravam mais de 8 pessoas (13,2% para domicílios urbanos e 42,5% para rurais) (Tabela 4.5).

A Tabela 4.6 mostra as razões de chances geradas a partir de modelos de regressões logísticas explicativos das probabilidades de ocorrência de filhos indígenas, brancos e pardos, associadas às covariáveis descritas na Tabela 4.5. Os modelos logísticos levaram em consideração as situações urbana e rural separadamente devido às diferenças descritas anteriormente. As significâncias estatísticas das razões de chances (OR) são expressas por estatística p-valor.

Na comparação de filhos indígenas *versus* não indígenas residentes em domicílios na situação urbana (modelo 1), houve associações significativas com a cor ou raça dos pais e das mães, indicando maiores chances dos pais também serem indígenas. Foram observadas também maiores chances dos filhos serem maiores de 5 anos de idade e de terem prestado suas próprias informações ao entrevistador do censo. A idade das mães não influenciou no fato dos filhos serem indígenas ou não indígenas, enquanto que pais mais jovens (menos de 34 anos) tiveram maiores chances dos filhos serem indígenas em comparação aos mais velhos (mais de 35 anos). As chances dos filhos serem indígenas diminuíram quando as mães possuíam níveis mais elevados de escolaridade e de ambos os pais serem migrantes, ou seja, aqueles que declararam não terem nascido no município que moravam por ocasião da entrevista censitária. As chances dos filhos serem indígenas foram mais pronunciadas no Norte do país, em domicílios cujos rendimentos mensais não ultrapassaram 1 SM e naqueles onde havia oito ou mais pessoas residentes (Tabela 4.6).

Quando os filhos declarados indígenas estavam em áreas rurais (modelo 2), houve tendência dos pais também serem indígenas, residirem no Centro-Oeste (quase duas vezes mais chance do que no Norte). Tiveram chances maiores dos pais serem mais velhos (acima de 45 anos) e que possuíam, no mínimo, nível fundamental de escolaridade (o que não se observa para mães). Assim como ocorreu em área urbana, foi maior a chance do filho ser indígena caso os pais tenham migrado. O modelo 2 mostra ainda que a chance do filho ser indígena em área rural aumentou em quatro vezes quando as informações do censo foram concedidas por não morador ($p \leq 0,01$). As chances também foram maiores de

serem indígenas no caso de domicílios com renda de até 1 SM, assim como aumentaram com o incremento do número de pessoas residentes no domicílio (Tabela 4.6).

Os modelos 3 e 4 referem-se às chances dos filhos serem brancos segundo situações urbanas e rurais, respectivamente. As chances de esses filhos estarem coresidindo com pais ou mães de cor ou raça branca foram superiores em relação a todas as outras categorias, lembrando que pelo menos um dos cônjuges era indígena. A única exceção foi registrada para mães de cor ou raça preta, cuja chance de terem filhos brancos foi 40% menor em relação às mães indígenas. Em áreas urbanas houve mais chances dos filhos brancos terem pais e mães mais velhos (> 34 anos e 30 a 39 anos, respectivamente). A escolaridade dos pais só esteve associada com a ocorrência de filhos brancos em áreas urbanas e das mães em áreas rurais, indicando que a chance do filho ser branco era tão maior quanto maior fossem os níveis de escolaridade. Ainda em área rural houve 50,0% mais chances de esses pais e mães residirem em município diferente daqueles onde nasceram. Os domicílios nos quais se registraram ocorrência de filhos brancos e pelo menos um dos pais indígena tiveram mais chance de estarem na região Sul, com renda domiciliar superior a 1 SM e pelo menos três pessoas (Tabela 4.6).

Os outros dois modelos (5 e 6) referem-se aos filhos pardos *versus* não-pardos pertencentes às tríades nas quais pelo menos um dos genitores (pai ou mãe) eram indígenas nas áreas urbanas e rurais do Brasil, respectivamente. As chances de esses filhos terem pais declarantes de cor ou raça diferente de parda foram bem reduzidas, ou seja, quanto maior ocorrência de filhos pardos tão mais provável foi que tanto pais, quanto mães, também fossem pardos, em relação aos indígenas. As tríades cujos filhos eram pardos tiveram mais chances dos pais serem menos escolarizados (a escolaridade das mães não mostrou significância estatística) e tanto em área urbana, quanto na rural, houve maiores chances de ambos serem migrantes. Os domicílios apresentaram rendimento superior a 1 SM e apresentaram chances menores de terem muitas pessoas.

4.4. Discussão

Os dados censitários permitem a determinação de arranjos entre os moradores de um mesmo domicílio, através da identificação de “laços de parentesco”, “dependência doméstica” ou “normas de convivência” em relação a uma pessoa responsável pelo

domicílio, conforme a nomenclatura utilizada no Censo Demográfico 2010. Segundo o IBGE (2012; 2013), a partir dessas e de outras características (domicílios particulares unipessoais ou com mais de uma pessoa) foram derivadas arranjos denominados “unidades domésticas”, para os quais se aplicam o conceito de família, na acepção censitária. Não houve coleta direta para características das famílias, tendo sido desenvolvido um algoritmo para identificação de núcleos familiares, conforme orientações internacionais, que buscam a comparabilidade entre os países (UN 2008).

Reconhecidamente caracterizada como um desafio pelo órgão que realiza os censos brasileiros (IBGE 2013: 217), a coleta de dados para residentes em áreas rurais dentro dos limites de terras indígenas também restringe a compreensão sobre “famílias indígenas”. Haja vista que o conceito de “unidade doméstica” não se aplicou para Terras Indígenas, por conseguinte, não se aplicou o conceito de “família” aplicado pelo censo de 2010, pois o emprego do algoritmo é aplicado para “unidades domésticas” (IBGE 2012b: 36). Assim, devido a essas restrições metodológicas, o estudo das características dos arranjos que envolvem pessoas indígenas só pode ser conduzido através da criação de arranjos específicos, a exemplo dos que foram analisados neste artigo, composto por pai, mãe e filhos(as), sendo pelo menos um deles indígena.

Um aspecto frequente em muitas investigações sobre cor ou raça no Brasil, inclusive no estudo dos arranjos domiciliares, é a exclusão de pessoas das categorias amarela e indígena das análises geradas a partir de grandes levantamentos, uma vez que constituem proporções bem mais baixas do que as verificadas nas demais categorias (Bastos et al. 2008; Schwartzman 2007; Petruccelli, 2001, entre outros). A justificativa indicada por Schwartzman (2007) para esse tratamento metodológico é bastante ilustrativa do que se observa na literatura de uma maneira em geral:

The yellow and indigenous categories are too small to be treated statistically using these data, so I exclude all cases where either mother, father, or child is classified within these categories (Schwartzman 2007:946).

No caso do presente estudo, o principal intuito foi dar um foco na questão indígena, de modo que foi utilizada uma estratégia analítica específica, qual seja, investigar os domicílios nos quais havia pelo menos um indígena. Trata-se, portanto, de um conjunto de dados que, ainda que derivado do censo de 2010, não pode ser tomado como representativo da população brasileira de uma forma geral, sobretudo no que diz respeito aos não indígenas (ou seja, brancos, pretos, amarelos e pardos).

Mesmo diante das particularidades que envolveram a presente análise, chama atenção que os resultados se alinham com aqueles derivados de outros estudos acerca da categorização de cor/raça de filhos em relação à cor/raça de pais e mães. Nesse sentido, os trabalhos de Beltrão et al. (2008) e Schwartzman (2007) se destacam pela centralidade dos achados frente às questões abordadas na presente investigação. Em particular, sobretudo em condições de exogamia dos casais do ponto de vista da cor/raça, ambos destacam a tendência dos filhos serem categorizados em matizes mais “claras” de cor (como branca e parda, em comparação à preta, p.ex.) à medida que melhoram as condições socioeconômicas dos indivíduos, em particular renda e escolaridade.

Com base nos dados da PNAD de 2005, Schwartzman (2007) observou que, conforme esperado, a cor/raça dos filhos guarda estreita associação com aquela de seus pais e mães. Nesse âmbito, a autora indica que filhos de casais nos quais ambos são brancos, pretos e pardos tenderam a ser da mesma cor/raça em elevadas proporções (>85%) (Schwartzman 2007:952). A partir do Censo Demográfico 2000, Beltrão et al. (2008:12) demonstraram que, independente de quartis de renda domiciliar, casais com cor/raça concordantes tenderam a ter filhos da mesma categoria de cor/raça (em relação aos pais) em proporções acima de 75%.

Uma vez que o banco de dados utilizado no presente artigo se baseia em tríades compostas de pai, mãe e filho/a na qual pelo menos um deles era indígena, somente é possível averiguar padrões de concordância para pais, mães e filhos indígenas, que foi de 86,5% para o país como um todo (ver Tabela 5.3). Da mesma forma, os resultados derivados da modelagem estatística confirmam que a cor/raça dos filhos tende a ser fortemente influenciadas pela cor/raça dos pais. Desse modo, tanto na situação urbana como rural, as chances de pais e mães não indígenas terem filhos indígenas foram bem menos pronunciadas do que quando os pais e as mães eram indígenas. Na mesma linha, nas comparações branco/não-branco e pardo/não-pardo, as chances mais elevadas ocorreram quando os pais e mães eram brancos e pardos, respectivamente.

No Brasil, há uma marcante diferença na composição de cor/raça da população segundo regiões. De acordo com o Censo Demográfico 2010, as mais elevadas proporções de “brancos”, “pretos”, “amarelos”, “pardos” e “indígenas” foram observadas, respectivamente, no Sul (78,5%), Nordeste (9,5%), Centro-Oeste (1,5%), Norte (66,9%) e Norte (1,9%) (IBGE/SIDRA, 2015). No presente estudo, no que diz respeito à comparação “branco” vs “não-brancos”, em todas as regiões as chances dos filhos serem considerados

brancos foi mais pronunciada que no Norte, com exceção do Centro Oeste rural. No caso dos pardos, o padrão foi o inverso daquele observado para brancos, uma vez que diminuíram as chances do filho ser considerado pardo no Nordeste urbano, Sudeste rural, Sul urbano e rural e Centro-Oeste rural. A única exceção foi no Centro-Oeste urbano. Chama atenção que a comparação indígena *vs* não indígena se aproximou, em linhas gerais, daquela descrita para pardos *vs* não-pardos, sempre com menores chances nas várias regiões em comparação com o Norte. Ou seja, se observou uma tendência de distribuição espacial das probabilidades que guarda estreito paralelo com a composição de cor/raça da população brasileira de uma forma geral. Por exemplo, no Sul, houve quatro vezes mais chances dos filhos serem brancos (em contraposição aos não-brancos), em comparação ao Norte, tanto na situação rural como urbana. As duas outras vertentes comparativas (indígena *vs* não indígena e pardos *vs* não-pardos) indicaram uma tendência oposta em relação àquela para observada para filhos brancos, com maior expressão no Norte, justamente onde se observam as maiores proporções de pardos e indígenas no país.

Na modelagem estatística realizada neste trabalho, há duas variáveis mais diretamente relacionadas às condições socioeconômicas dos domicílios, quais sejam, nível de instrução dos pais e renda domiciliar. No tocante à renda, o padrão observado na comparação indígena *vs* não indígena se mostrou bastante distinto daquele registrado para as demais. Consistentemente, tanto na situação urbana como rural, as chances dos filhos serem declarados indígenas diminuíram significativamente com o aumento da renda. Para filhos brancos e pardos, o efeito se mostrou inverso. Esses resultados se alinham com aqueles que apontam para tendências de “branqueamento” de filhos em situação de melhor status socioeconômico, o que já foi bastante evidenciado em análises voltadas, sobretudo para não indígenas (Nogueira 2006; Schwartzman 2007; Beltrão et al. 2008).

Quanto à escolaridade, as magnitudes das associações não somente se mostraram menos pronunciadas que aqueles referentes à renda, como não indicaram um padrão consistente entre pais e mães. Nesse sentido, enquanto a escolaridade materna acompanha a direção observada na análise da renda, há marcantes diferenças nos desfechos segundo a escolaridade paterna. A tendência observada na comparação indígena *vs* não indígena na área rural foi que, quanto maior o nível de instrução do pai, maiores foram as chances dos filhos serem indígenas. O oposto foi observado na comparação pardos *vs* não-pardos. Baseado nesse conjunto de resultados, é difícil encontrar uma explicação plausível para as associações observadas, sobretudo nas análises acerca de indígena *vs* não indígena. Para

fins do presente trabalho, foi utilizada uma variável pré-codificada pelo IBGE (nível de instrução – V6400) que pode não ser a mais adequada para caracterizar a escolaridade de indígenas. Por exemplo, a primeira categoria (sem instrução e fundamental incompleto) agregou 74,6% dos pais e 74,8% das mães, enquanto que a mais elevada (superior completo) incluiu 2,9% dos pais e 3,0% das mães. De modo a melhor compreender o padrão observado para a variável, faz necessário desagregá-la, possivelmente separando “sem instrução” e “fundamental incompleto”.²¹

Um resultado que se coloca como surpreendente na presente análise diz respeito à relação entre migração dos pais e cor/raça dos filhos. O cenário apresentado para 2010 indicou menores chances dos filhos serem indígenas quando os pais declararam não ter nascido no município em que moravam, ou seja, migraram. Analisando dados do censo de 2000, Teixeira (2008) demonstrou que os padrões de migração dos indígenas que haviam migrado para metrópoles foram influenciados por condições socioeconômicas menos favoráveis. Estanislau (2013) investigou os padrões de migração entre as grandes regiões para os autodeclarados indígenas no censo de 2010, especialmente entre Sudeste e Nordeste. Nessas regiões, destacou-se um fluxo migratório mais expressivo entre São Paulo e Pernambuco, especialmente para os indígenas que referiram pertencimento à etnia xucuru. Os autores sinalizam para dificuldades na determinação dos padrões de migração para populações indígenas, principalmente por conta sociodiversidade presente no país. Sobre este aspecto, é relevante formular hipóteses que questionem a possibilidade de negação da identidade indígena frente a contextos urbanos, sobretudo em metrópoles.

No que se referem às limitações, é importante indicar que os níveis de instrução de pais e mães foram descritos de acordo com as categorias estipuladas na variável V6400 da amostra. Dentre elas, não foi possível descrever as frequências de pessoas sem escolaridade, uma vez que se utilizou uma variável disponível nos microdados que combina “sem instrução” e “ensino fundamental incompleto”. Vale enfatizar que variáveis que dizem respeito a dimensões como trabalho, rendimento e migração também requerem interpretações cautelosas quando descritas para segmentos socioculturalmente diferenciados como os indígenas. Sugere-se que futuras análises levem em consideração

²¹ Não se deve desconsiderar a possibilidade de que, com a crescente tendência de escolarização observada entre os indígenas (IBGE, 2012a:70), haja uma tendência de reafirmação étnica por parte de jovens estudantes, o que se traduziria nos padrões de percepção acerca do pertencimento de cor/raça dos filhos manifestada aos entrevistadores do Censo 2010.

que as tríades pai-mãe-filho(a) não são independentes, no sentido de que há a ocorrência de irmãos e irmãs, cujos parâmetros que influenciam os pertencimentos de cor ou raça guardam semelhanças.

4.5. *Comentários Finais*

Este trabalho analisou questões relacionadas aos padrões de cor ou raça de pais, mães e filhos/filhas com foco em domicílios com presença indígena. Traz para as discussões sobre indígenas a partir de dados censitários um diálogo com importantes abordagens sociológicas, como aquelas de Schwartzman (2007) e Beltrão et al. (2008), cujas ênfases são sobretudo nos padrões que envolvem as categorias de brancos, pretos e pardos. Sem dúvida, são discussões também relevantes para o segmento indígena, pois dizem respeito às interfaces entre relações raciais e reprodução de categorias de pertencimento no plano familiar/domiciliar. Os resultados do presente estudo não somente chamam atenção para diferenças nas situações rural e urbana para os indígenas, como também evidenciam o peso de dimensões socioeconômicas na atribuição de cor ou raça de filhos e filhas, algo que vem sendo descrito desde longa data pela literatura sociológica e antropológica sobre relações raciais no Brasil.

Tabela 4.1 - Combinações entre pais, mães e filhos (tríades), sendo ao menos um deles de cor ou raça indígena, segundo situação de domicílio. Brasil, 2010.

| Combinações de pais, mães e filhos indígenas | Urbano | | Rural | | Total | |
|--|----------------|--------------|----------------|--------------|----------------|--------------|
| | | % | | % | | % |
| PI-MI-FI | 33.564 | 23,4 | 198.529 | 89,2 | 232.093 | 63,4 |
| PI-MI-FN | 3.451 | 2,4 | 1.434 | 0,6 | 4.885 | 1,3 |
| PI-MN-FI | 9.639 | 6,7 | 3.870 | 1,7 | 13.509 | 3,7 |
| PN-MI-FI | 11.906 | 8,3 | 6.577 | 3,0 | 18.483 | 5,0 |
| PN-MN-FI | 3.164 | 2,2 | 955 | 0,4 | 4.119 | 1,1 |
| PI-MN-FN | 41.035 | 28,6 | 5.655 | 2,5 | 46.690 | 12,7 |
| PN-MI-FN | 40.875 | 28,5 | 5.564 | 2,5 | 46.439 | 12,7 |
| Total | 143.634 | 100,0 | 222.584 | 100,0 | 366.218 | 100,0 |

PI = Pai indígena; MI = Mãe indígena; FI = Filho(s) indígena(s)

PN = Pai Não indígena; MN = Mãe Não indígena; FN = Filho(s) Não indígena(s)

Fonte: Censo Demográfico 2010.

Tabela 4.2 - Distribuição das tríades (pais, mães e filhos/as) com pelo menos um indígena segundo macrorregiões e situação de domicílio. Brasil, 2010.

| Urbano | Norte | % | Nordeste | % | Sudeste | % | Sul | % | Centro-Oeste | % | Total | % |
|---------------|----------------|--------------|-----------------|--------------|----------------|--------------|---------------|--------------|---------------------|--------------|----------------|--------------|
| PI-MI-FI | 13.060 | 47,2 | 11.519 | 24,9 | 3.818 | 9,9 | 2.104 | 12,8 | 3.064 | 20,9 | 33.565 | 23,4 |
| PI-MI-FN | 679 | 2,5 | 1.273 | 2,8 | 641 | 1,7 | 462 | 2,8 | 395 | 2,7 | 3.450 | 2,4 |
| PI-MN-FI | 1.165 | 4,2 | 4.174 | 9,0 | 2.494 | 6,5 | 859 | 5,2 | 947 | 6,5 | 9.639 | 6,7 |
| PN-MI-FI | 2.357 | 8,5 | 4.742 | 10,3 | 2.696 | 7,0 | 958 | 5,8 | 1.152 | 7,9 | 11.905 | 8,3 |
| PN-MN-FI | 204 | 0,7 | 1.542 | 3,3 | 1.028 | 2,7 | 150 | 0,9 | 240 | 1,6 | 3.164 | 2,2 |
| PI-MN-FN | 4.563 | 16,5 | 12.046 | 26,0 | 14.062 | 36,4 | 5.976 | 36,4 | 4.389 | 29,9 | 41.036 | 28,6 |
| PN-MI-FN | 5.635 | 20,4 | 10.946 | 23,7 | 13.916 | 36,0 | 5.899 | 36,0 | 4.479 | 30,5 | 40.875 | 28,5 |
| Total | 27.663 | 100,0 | 46.242 | 100,0 | 38.655 | 100,0 | 16.408 | 100,0 | 14.666 | 100,0 | 143.634 | 100,0 |
| Rural | Norte | % | Nordeste | % | Sudeste | % | Sul | % | Centro-Oeste | % | Total | % |
| PI-MI-FI | 109.381 | 93,1 | 33.455 | 76,7 | 5.705 | 72,1 | 13.654 | 86,4 | 36.334 | 96,0 | 198.529 | 89,2 |
| PI-MI-FN | 797 | 0,7 | 410 | 0,9 | 23 | 0,3 | 173 | 1,1 | 31 | 0,1 | 1.434 | 0,6 |
| PI-MN-FI | 1.292 | 1,1 | 1.841 | 4,2 | 366 | 4,6 | 168 | 1,1 | 203 | 0,5 | 3.870 | 1,7 |
| PN-MI-FI | 2.269 | 1,9 | 3.069 | 7,0 | 344 | 4,3 | 465 | 2,9 | 430 | 1,1 | 6.577 | 3,0 |
| PN-MN-FI | 337 | 0,3 | 436 | 1,0 | 92 | 1,2 | 31 | 0,2 | 58 | 0,2 | 954 | 0,4 |
| PI-MN-FN | 1.509 | 1,3 | 2.378 | 5,5 | 758 | 9,6 | 667 | 4,2 | 343 | 0,9 | 5.655 | 2,5 |
| PN-MI-FN | 1.840 | 1,6 | 2.004 | 4,6 | 630 | 8,0 | 637 | 4,0 | 452 | 1,2 | 5.563 | 2,5 |
| Total | 117.425 | 100,0 | 43.593 | 100,0 | 7.918 | 100,0 | 15.795 | 100,0 | 37.851 | 100,0 | 222.582 | 100,0 |
| Total | Norte | % | Nordeste | % | Sudeste | % | Sul | % | Centro-Oeste | % | Total | % |
| PI-MI-FI | 122.441 | 84,4 | 44.974 | 50,1 | 9.523 | 20,4 | 15.758 | 48,9 | 39.398 | 75,0 | 232.094 | 63,4 |
| PI-MI-FN | 1.476 | 1,0 | 1.683 | 1,9 | 664 | 1,4 | 635 | 2,0 | 426 | 0,8 | 4.884 | 1,3 |
| PI-MN-FI | 2.457 | 1,7 | 6.015 | 6,7 | 2.860 | 6,1 | 1.027 | 3,2 | 1.150 | 2,2 | 13.509 | 3,7 |
| PN-MI-FI | 4.626 | 3,2 | 7.811 | 8,7 | 3.040 | 6,5 | 1.423 | 4,4 | 1.582 | 3,0 | 18.482 | 5,0 |
| PN-MN-FI | 541 | 0,4 | 1.978 | 2,2 | 1.120 | 2,4 | 181 | 0,6 | 298 | 0,6 | 4.118 | 1,1 |
| PI-MN-FN | 6.072 | 4,2 | 14.424 | 16,1 | 14.820 | 31,8 | 6.643 | 20,6 | 4.732 | 9,0 | 46.691 | 12,7 |
| PN-MI-FN | 7.475 | 5,2 | 12.950 | 14,4 | 14.546 | 31,2 | 6.536 | 20,3 | 4.931 | 9,4 | 46.438 | 12,7 |
| Total | 145.088 | 100,0 | 89.835 | 100,0 | 46.573 | 100,0 | 32.203 | 100,0 | 52.517 | 100,0 | 366.216 | 100,0 |

Fonte: Censo Demográfico 2010

Tabela 4.3 - Distribuição de filhos indígenas (N = 268.203) de acordo com a cor ou raça dos pais e mães, segundo situação de domicílio. Brasil, 2010.

| | Cor da mãe | Cor do pai | | | | | | | | | | Total | % |
|---------------|--------------|--------------|-------------|--------------|------------|------------|------------|--------------|------------|----------------|-------------|----------------|--------------|
| | | Branca | % | Preta | % | Amarela | % | Parda | % | Indígena | % | | |
| Urbano | Branca | 428 | 0,7* | 478 | 0,8 | 10 | 0,0 | 232 | 0,4 | 4.502 | 7,7 | 5.650 | 9,7 |
| | Preta | 223 | 0,4 | 128 | 0,2 | 0 | 0,0 | 64 | 0,1 | 554 | 1,0 | 969 | 1,7 |
| | Amarela | 92 | 0,2 | 15 | 0,0 | 21 | 0,0 | 33 | 0,1 | 366 | 0,6 | 527 | 0,9 |
| | Parda | 331 | 0,6 | 196 | 0,3 | 62 | 0,1 | 849 | 1,5 | 4.217 | 7,2 | 5.655 | 9,7 |
| | Indígena | 5.556 | 9,5 | 1.630 | 2,8 | 197 | 0,3 | 4.523 | 7,8 | 33.564 | 57,6 | 45.470 | 78,0 |
| | Total | 6.630 | 11,4 | 2.447 | 4,2 | 290 | 0,5 | 5.701 | 9,8 | 43.203 | 74,1 | 58.271 | 100,0 |
| Rural | Branca | 101 | 0,0** | 31 | 0,0 | 0 | 0,0 | 24 | 0,0 | 1.572 | 0,7 | 1.728 | 0,8 |
| | Preta | 71 | 0,0 | 65 | 0,0 | 26 | 0,0 | 33 | 0,0 | 256 | 0,1 | 451 | 0,2 |
| | Amarela | 0 | 0,0 | 5 | 0,0 | 12 | 0,0 | 72 | 0,0 | 21 | 0,0 | 110 | 0,1 |
| | Parda | 112 | 0,1 | 40 | 0,0 | 16 | 0,0 | 348 | 0,2 | 2.021 | 1,0 | 2.537 | 1,2 |
| | Indígena | 2.303 | 1,1 | 644 | 0,3 | 48 | 0,0 | 3.582 | 1,7 | 198.529 | 94,6 | 205.106 | 97,7 |
| | Total | 2.587 | 1,2 | 785 | 0,4 | 102 | 0,0 | 4.059 | 1,9 | 202.399 | 96,4 | 209.932 | 100,0 |
| Total | Branca | 529 | 0,2*** | 509 | 0,2 | 10 | 0,0 | 256 | 0,1 | 6.074 | 2,3 | 7.378 | 2,8 |
| | Preta | 294 | 0,1 | 193 | 0,1 | 26 | 0,0 | 97 | 0,0 | 810 | 0,3 | 1.420 | 0,5 |
| | Amarela | 92 | 0,0 | 20 | 0,0 | 33 | 0,0 | 105 | 0,0 | 387 | 0,1 | 637 | 0,2 |
| | Parda | 443 | 0,2 | 236 | 0,1 | 78 | 0,0 | 1.197 | 0,4 | 6.238 | 2,3 | 8.192 | 3,1 |
| | Indígena | 7.859 | 2,9 | 2.274 | 0,8 | 245 | 0,1 | 8.105 | 3,0 | 232.093 | 86,5 | 250.576 | 93,4 |
| | Total | 9.217 | 3,4 | 3.232 | 1,2 | 392 | 0,1 | 9.760 | 3,6 | 245.602 | 91,6 | 268.203 | 100,0 |

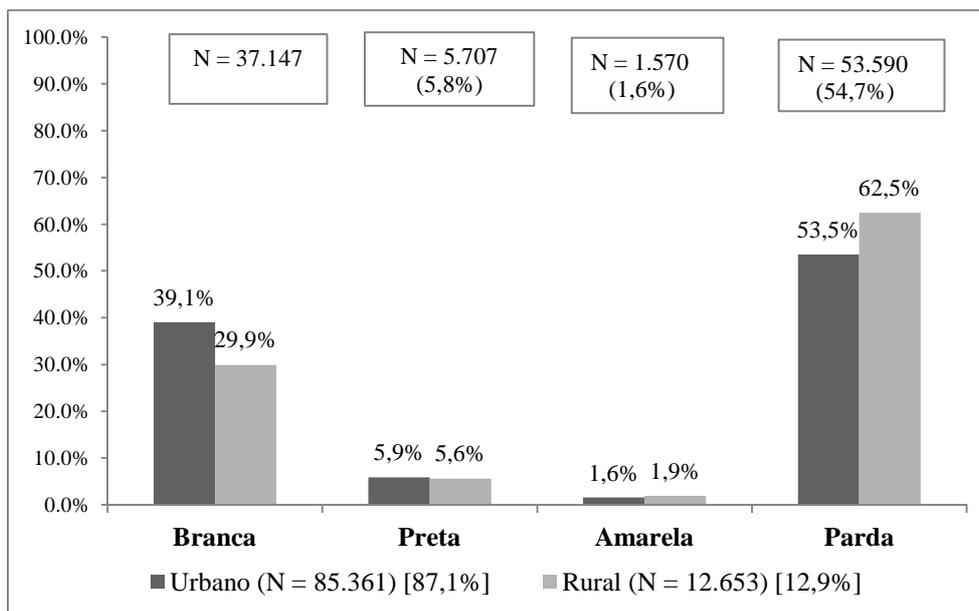
*% em relação ao total de filhos indígenas urbanos (N = 58.271)

** % em relação ao total de filhos indígenas rurais (N = 209.932)

***% em relação ao total de filhos indígenas total (N = 268.203)

Fonte: Censo Demográfico 2010

Figura 4.1 - Frequência de filhos não indígenas (N = 98.014) segundo categorias de cor ou raça (branca, preta, amarela e parda) de acordo com situação de domicílio. Brasil, 2010.



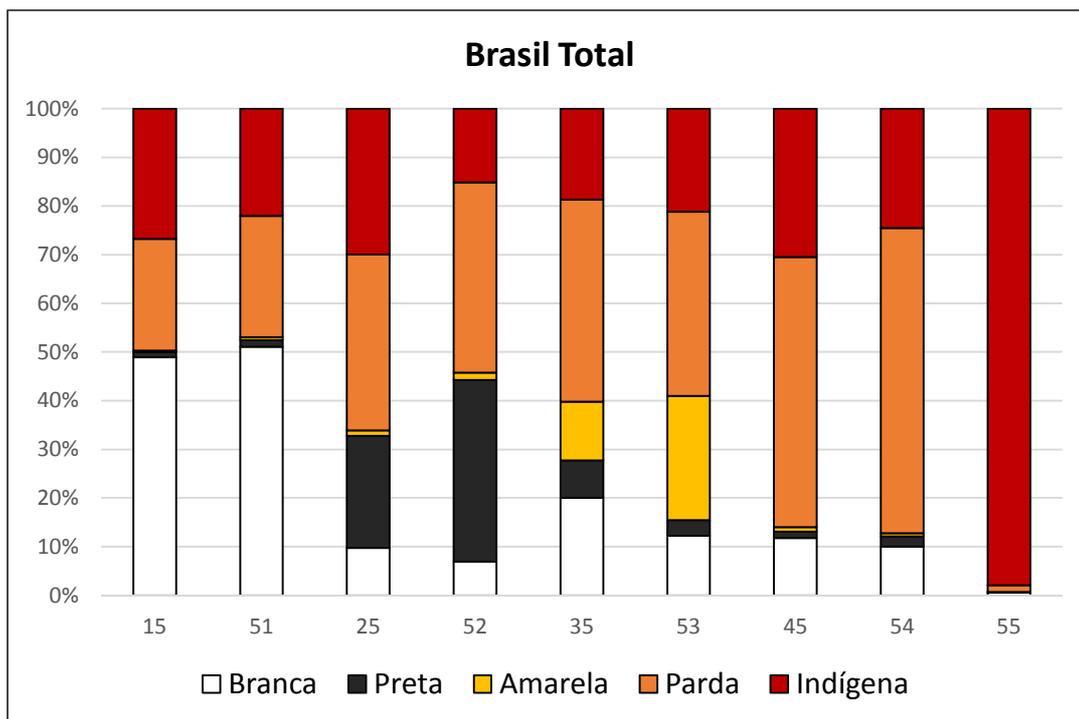
Fonte: Censo Demográfico 2010

Tabela 4.4 - Distribuição de filhos não indígenas (N = 98.014) de acordo com a cor ou raça dos pais e mães, segundo situação de domicílio. Brasil, 2010.

| Cor/raça do Pai | Cor/raça da mãe | Urbano | % | Rural | % | Total | % |
|-----------------------------------|------------------------|---------------|--------------|---------------|--------------|---------------|--------------|
| Indígena | Branca | 19.045 | 22,3 | 2.448 | 19,3 | 21.493 | 21,9 |
| | Preta | 4.130 | 4,8 | 424 | 3,4 | 4.554 | 4,6 |
| | Amarela | 1.334 | 1,6 | 104 | 0,8 | 1.438 | 1,5 |
| | Parda | 16.526 | 19,4 | 2.679 | 21,2 | 19.205 | 19,6 |
| Branca | Indígena | 19.398 | 22,7 | 2.148 | 17,0 | 21.546 | 22,0 |
| Preta | | 4.572 | 5,4 | 743 | 5,9 | 5.315 | 5,4 |
| Amarela | | 992 | 1,2 | 75 | 0,6 | 1.067 | 1,1 |
| Parda | | 15.913 | 18,6 | 2.598 | 20,5 | 18.511 | 18,9 |
| Indígena | Indígena | 3.451 | 4,0 | 1.434 | 11,3 | 4.885 | 5,0 |
| Total filhos não indígenas | | 85.361 | 100,0 | 12.653 | 100,0 | 98.014 | 100,0 |

Fonte: Censo Demográfico 2010

Figura 4.2 - Cor ou raça dos filhos para a tríade (pai, mãe e filho) quando pelo menos um deles era indígena (N = 366.272). Brasil, 2010.

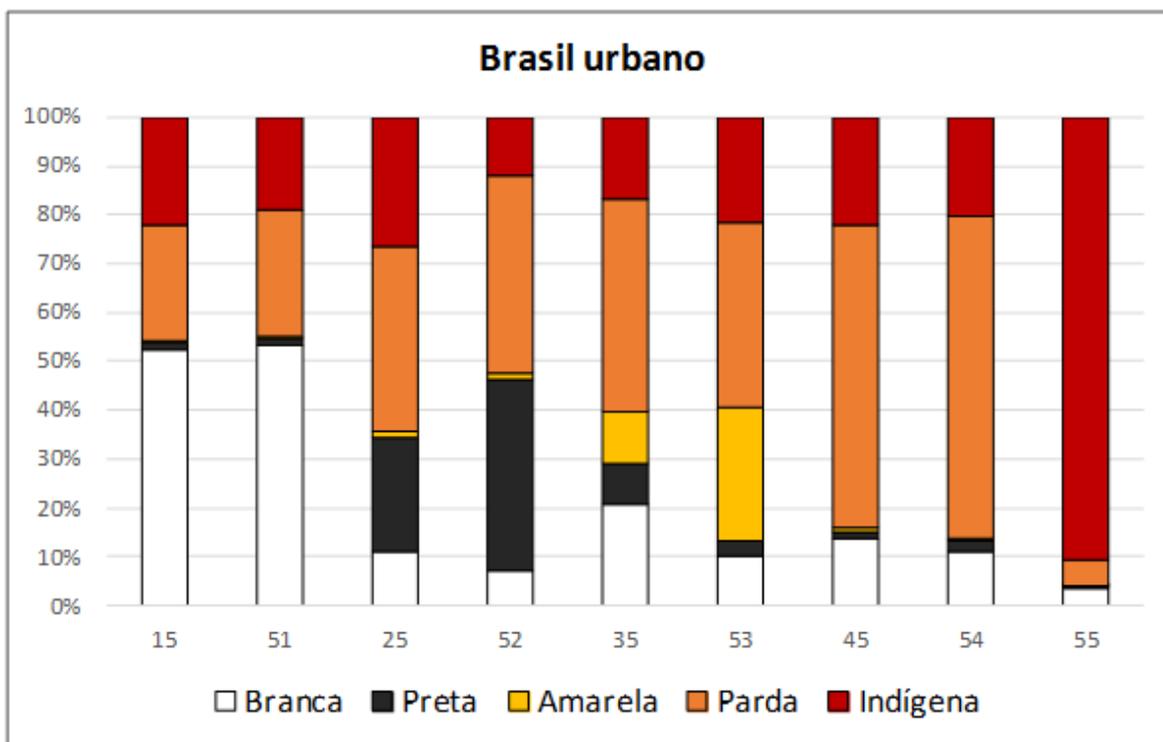


Fonte: Censo Demográfico 2010

Legenda:

15 = pai branco e mãe indígena; 51 = pai indígena e mãe branca
 25 = pai preto e mãe indígena; 52 = pai indígena e mãe preta
 35 = pai amarelo e mãe indígena; 53 = pai indígena e mãe amarela
 45 = pai pardo e mãe indígena; 54 = pai indígena e mãe parda
 55 = pai e mãe indígenas.

Figura 4.3 – Cor ou raça dos filhos para a tríade (pai, mãe e filho) quando pelo menos um deles era indígena na situação urbana. Brasil, 2010.

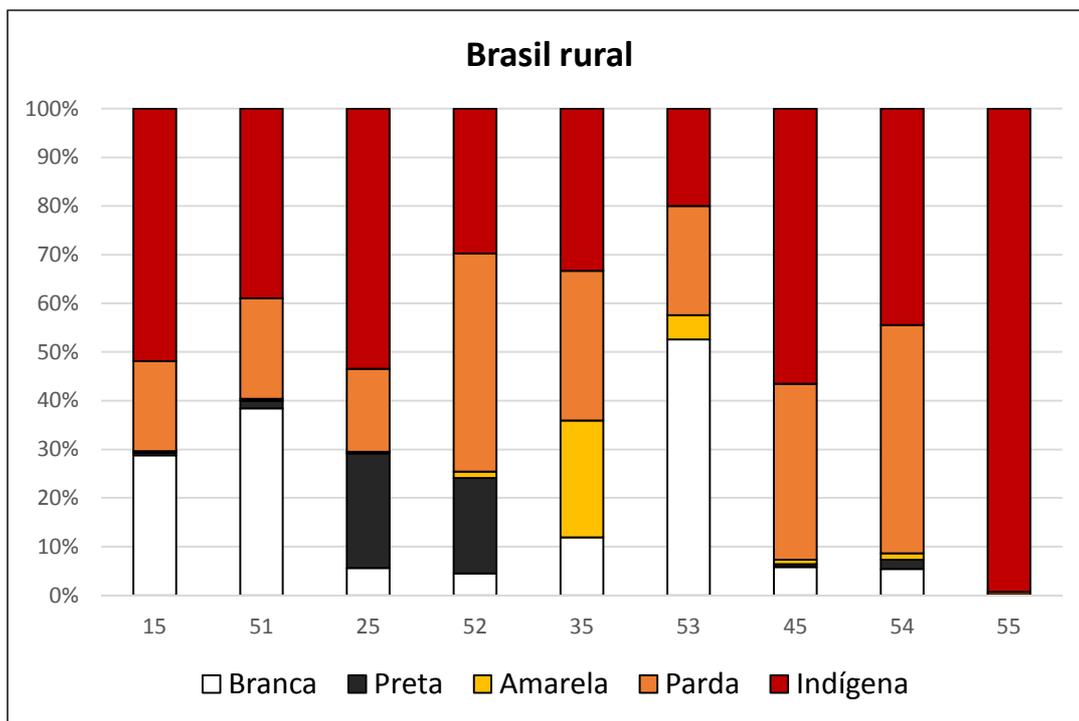


Fonte: Censo Demográfico 2010

Legenda:

15 = pai branco e mãe indígena; 51 = pai indígena e mãe branca
 25 = pai preto e mãe indígena; 52 = pai indígena e mãe preta
 35 = pai amarelo e mãe indígena; 53 = pai indígena e mãe amarela
 45 = pai pardo e mãe indígena; 54 = pai indígena e mãe parda
 55 = pai e mãe indígenas.

Figura 4.4 - Cor ou raça dos filhos para a tríade (pai, mãe e filho) quando pelo menos um deles era indígena na situação rural. Brasil, 2010.



Fonte: Censo Demográfico 2010

Legenda:

15 = pai branco e mãe indígena; 51 = pai indígena e mãe branca
 25 = pai preto e mãe indígena; 52 = pai indígena e mãe preta
 35 = pai amarelo e mãe indígena; 53 = pai indígena e mãe amarela
 45 = pai pardo e mãe indígena; 54 = pai indígena e mãe parda
 55 = pai e mãe indígenas.

Tabela 4.5 - Descrição das variáveis selecionadas para modelos de regressão logística explicativos da cor ou raça atribuída aos filhos(as) nas tríades (pais, mães e filhos/as) com pelo menos um indígena, segundo situação de domicílio. Brasil, 2010.

| | Urbano | | Rural | | Total | |
|---|---------|-------|---------|-------|---------|-------|
| | N | % | N | % | N | % |
| | 143.634 | 100,0 | 222.584 | 100,0 | 366.217 | 100,0 |
| Filhos(as) | | | | | | |
| Raça/cor | | | | | | |
| Branca | 33.358 | 23,2 | 3.789 | 1,7 | 37.147 | 10,1 |
| Preta | 4.999 | 3,5 | 708 | 0,3 | 5.707 | 1,6 |
| Amarela | 1.325 | 0,9 | 245 | 0,1 | 1.570 | 0,4 |
| Parda | 45.679 | 31,8 | 7.911 | 3,6 | 53.590 | 14,6 |
| Indígena | 58.273 | 40,6 | 209.931 | 94,3 | 268.204 | 73,2 |
| Sexo | | | | | | |
| Masculino | 75.194 | 52,4 | 117.564 | 52,8 | 192.758 | 52,6 |
| Feminino | 68.440 | 47,6 | 105.019 | 47,2 | 173.459 | 47,4 |
| Idade | | | | | | |
| Até 4 anos | 28.903 | 20,1 | 60.058 | 27,0 | 88.961 | 24,3 |
| 5 a 14 anos | 59.912 | 41,7 | 107.337 | 48,2 | 167.249 | 45,7 |
| 15 anos ou mais | 54.819 | 38,2 | 55.187 | 24,8 | 110.006 | 30,0 |
| Quem prestou informação? | | | | | | |
| Própria pessoa | 15.845 | 11 | 21.720 | 9,8 | 37.565 | 10,3 |
| Outro morador | 125.516 | 87,4 | 173.220 | 77,8 | 298.736 | 81,6 |
| Não morador | 2.273 | 1,6 | 27.644 | 12,4 | 29.917 | 8,2 |
| Pais | | | | | | |
| Raça/cor | | | | | | |
| Branca | 26.028 | 18,1 | 4.735 | 2,1 | 30.763 | 8,4 |
| Preta | 7.020 | 4,9 | 1.527 | 0,7 | 8.547 | 2,3 |
| Amarela | 1.282 | 0,9 | 176 | 0,1 | 1.458 | 0,4 |
| Parda | 21.615 | 15,0 | 6.657 | 3,0 | 28.272 | 7,7 |
| Indígena | 87.689 | 61,1 | 209.488 | 94,1 | 297.177 | 81,1 |
| Idade | | | | | | |
| Até 34 anos | 36.047 | 25,1 | 75.175 | 33,8 | 111.222 | 30,4 |
| 35 a 44 anos | 45.005 | 31,3 | 72.770 | 32,7 | 117.775 | 32,2 |
| 45 anos ou mais | 62.582 | 43,6 | 74.638 | 33,5 | 137.220 | 37,5 |
| Nível de Instrução | | | | | | |
| Sem inst. e Fund. Incomp. | 81.469 | 56,7 | 191.748 | 86,1 | 273.217 | 74,6 |
| Fund. Comp. e Médio incomp. | 24.433 | 17,0 | 16.497 | 7,4 | 40.930 | 11,2 |
| Médio comp. e Sup. Incomp. | 29.812 | 20,8 | 11.765 | 5,3 | 41.577 | 11,4 |
| Sup. Comp. | 7.921 | 5,5 | 2.574 | 1,2 | 10.495 | 2,9 |
| Nasceu no município em que vive? | | | | | | |
| Sim, sempre viveu | 54.789 | 38,1 | 188.022 | 84,5 | 242.811 | 66,3 |
| Sim, mas já morou em outro | 8.109 | 5,6 | 3.636 | 1,6 | 11.745 | 3,2 |
| Não | 80.735 | 56,2 | 30.925 | 13,9 | 111.660 | 30,5 |

(cont.)

(cont.) **Tabela 4.5** - Descrição das variáveis selecionadas para modelos de regressão logística explicativos da cor ou raça atribuída aos filhos(as) nas tríades (pais, mães e filhos/as) com pelo menos um indígena, segundo situação de domicílio. Brasil, 2010.

| Mães | | | | | | |
|---|--------|------|---------|------|---------|------|
| Raça/cor | | | | | | |
| Branca | 24.696 | 17,2 | 4.176 | 1,9 | 28.872 | 7,9 |
| Preta | 5.099 | 3,5 | 875 | 0,4 | 5.974 | 1,6 |
| (cont. Tabela 5) | | | | | | |
| Amarela | 1.861 | 1,3 | 213 | 0,1 | 2.074 | 0,6 |
| Parda | 22.182 | 15,4 | 5.216 | 2,3 | 27.398 | 7,5 |
| Indígena | 89.796 | 62,5 | 212.103 | 95,3 | 301.899 | 82,4 |
| Idade | | | | | | |
| Até 29 anos | 28.220 | 19,6 | 65.794 | 29,6 | 94.014 | 25,7 |
| 30 a 39 anos | 51.307 | 35,7 | 80.853 | 36,3 | 132.160 | 36,1 |
| 40 anos ou mais | 64.107 | 44,6 | 75.936 | 34,1 | 140.043 | 38,2 |
| Nível de Instrução | | | | | | |
| Sem instrução e fund. incompleto | 77.147 | 53,7 | 196.928 | 88,5 | 274.075 | 74,8 |
| Fund. comp. e Médio incompleto | 24.582 | 17,1 | 14.971 | 6,7 | 39.553 | 10,8 |
| Médio comp. e Sup. incompleto | 32.272 | 22,5 | 9.292 | 4,2 | 41.564 | 11,3 |
| Superior completo | 9.633 | 6,7 | 1.392 | 0,6 | 11.025 | 3,0 |
| Nasceu no município em que vive? | | | | | | |
| Sim, sempre viveu | 55.291 | 38,5 | 191.009 | 85,8 | 246.300 | 67,3 |
| Sim, mas já morou em outro | 9.283 | 6,5 | 2.956 | 1,3 | 12.239 | 3,3 |
| Não | 79.060 | 55,0 | 28.618 | 12,9 | 107.678 | 29,4 |
| Domicílios | | | | | | |
| Região geográfica | | | | | | |
| Norte | 27.664 | 19,3 | 117.425 | 52,8 | 145.089 | 39,6 |
| Nordeste | 46.242 | 32,2 | 43.594 | 19,6 | 89.836 | 24,5 |
| Sudeste | 38.656 | 26,9 | 7.918 | 3,6 | 46.574 | 12,7 |
| Sul | 16.408 | 11,4 | 15.794 | 7,1 | 32.202 | 8,8 |
| Centro-Oeste | 14.665 | 10,2 | 37.852 | 17,0 | 52.517 | 14,3 |
| Renda domiciliar total | | | | | | |
| Até 1 SM | 17.164 | 11,9 | 126.216 | 56,7 | 143.380 | 39,2 |
| De 1 até 2 SM | 31.926 | 22,2 | 53.658 | 24,1 | 85.584 | 23,4 |
| De 2 até 3 SM | 27.829 | 19,4 | 22.658 | 10,2 | 50.487 | 13,8 |
| De 3 até 5 SM | 29.723 | 20,7 | 13.049 | 5,9 | 42.772 | 11,7 |
| 5 SM ou mais | 36.991 | 25,8 | 7.003 | 3,1 | 43.994 | 12,0 |
| Número de pessoas do domicílio | | | | | | |
| 3 pessoas | 19.815 | 13,8 | 10.192 | 4,6 | 30.007 | 8,2 |
| 4 pessoas | 39.043 | 27,2 | 22.698 | 10,2 | 61.741 | 16,9 |
| 5 pessoas | 33.252 | 23,2 | 31.377 | 14,1 | 64.629 | 17,6 |
| 6 pessoas | 20.469 | 14,3 | 32.355 | 14,5 | 52.824 | 14,4 |
| 7 pessoas | 12.053 | 8,4 | 31.315 | 14,1 | 43.368 | 11,8 |
| 8 pessoas ou mais | 19.002 | 13,2 | 94.647 | 42,5 | 113.649 | 31,0 |

Fonte: Censo Demográfico 2010

Tabela 4.6 - Razões de chances (OR) estimadas através de modelos de regressão logística no estudo da cor ou raça atribuída aos filhos(as) das tríades (pais, mães e filhos/as) com pelo menos um indígena, segundo situação de domicílio (N urbano = 14.433 e N rural = 34.424).

| Variáveis | Filhos indígenas vs não indígenas | | Filhos brancos vs não-brancos | | Filhos pardos vs não-pardos | |
|--|---|--|--|---|--|---|
| | Modelo 1 Urbano R ² = 0,2318 | Modelo 2 Rural R ² = 0,48 | Modelo 3 Urbano R ² = 0,247 | Modelo 4 Rural R ² = 0,499 | Modelo 5 Urbano R ² = 0,154 | Modelo 6 Rural R ² = 0,370 |
| Raça/cor Pai | | | | | | |
| Branco | 0,107*** | 0,036*** | 9,697*** | 44,444*** | 2,025*** | 9,393*** |
| Preto | 0,159*** | 0,029*** | 0,863 | 6,190*** | 3,193*** | 14,817*** |
| Amarelo | 0,085*** | 0,076*** | 2,360*** | 9,065** | 4,335*** | 2,293 |
| Pardo | 0,093*** | 0,034*** | 1,557*** | 8,717*** | 9,944*** | 28,670*** |
| Índigena (Ref.) | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Raça/cor Mãe | | | | | | |
| Branca | 0,093*** | 0,017*** | 9,622*** | 97,319*** | 2,263*** | 12,234*** |
| Preta | 0,061*** | 0,040*** | 0,592** | 2,299 | 4,117*** | 10,060*** |
| Amarela | 0,113*** | 0,061*** | 0,758 | 32,173*** | 3,577** | 2,876 |
| Parda | 0,091*** | 0,021*** | 1,180 | 5,122*** | 11,053*** | 29,764*** |
| Índigena (Ref.) | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Região Geográfica | | | | | | |
| Região Nordeste | 1,032 | 1,001 | 1,648*** | 1,681*** | 0,792*** | 0,882 |
| Região Sudeste | 0,564*** | 0,840 | 2,329*** | 3,129*** | 1,077 | 0,752* |
| Região Sul | 0,432*** | 0,756** | 4,243*** | 3,108*** | 0,719*** | 0,697** |
| Região Centro-Oeste | 0,735*** | 1,955*** | 1,456*** | 0,802* | 1,288*** | 0,528*** |
| Região Norte (Ref.) | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Sexo | | | | | | |
| Feminino | 0,952 | 0,891 | 1,077 | 1,227* | 0,980 | 1,083 |
| Masculino (Ref.) | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Nível de instrução – Pai | | | | | | |
| Fund. comp. e Médio incompleto | 0,992 | 1,417*** | 1,026 | 1,4309* | 1,064 | 0,549*** |
| Médio comp. e Sup. Incompleto | 1,016 | 2,166*** | 1,181** | 0,682 | 0,874* | 0,455*** |
| Superior completo | 1,217 | 3,826*** | 1,099 | 0,749 | 0,679*** | 0,113* |
| Sem instrução e fund. Incompleto (Ref.) | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Nível de instrução – Mãe | | | | | | |
| Fund. comp. e Médio incompleto | 0,837** | 0,925 | 1,112 | 1,553*** | 1,029 | 0,887 |
| Médio comp. e Sup. Incompleto | 0,901 | 1,057 | 1,115 | 1,060 | 1,048 | 1,045 |
| Superior completo | 0,764** | 1,024 | 1,131 | 0,597 | 1,150 | 1,347 |
| Sem instrução e fund. Incompleto (Ref.) | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Nasceu no município em que vive – Pai | | | | | | |
| Sim, mas já morou em outro município | 0,896 | 0,664** | 1,147 | 1,266 | 0,904 | 1,298 |
| Não | 0,822*** | 0,625*** | 1,090 | 1,577*** | 1,170*** | 1,477*** |
| Sim, sempre viveu (Ref.) | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |

(cont.)

(cont.) **Tabela 4-6** - Razões de chances (OR) estimadas através de modelos de regressão logística no estudo da cor ou raça atribuída aos filhos(as) das tríades (pais, mães e filhos/as) com pelo menos um indígena, segundo situação de domicílio (N urbano = 14.433 e N rural = 34.424).

| | | | | | | |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Nasceu no município em que vive | | | | | | |
| - Mãe | | | | | | |
| Sim, mas já morou em outro município | 0,848 | 0,676** | 0,968 | 1,577 | 1,335*** | 1,422 |
| Não | 0,839*** | 0,533*** | 1,096 | 1,506*** | 1,212*** | 1,789*** |
| Sim, sempre viveu (Ref.) | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Quem prestou informação | | | | | | |
| Outro morador | 0,814** | 1,436*** | 1,529*** | 1,245 | 1,037 | 0,705** |
| Não morador | 0,723* | 4,659*** | 1,226 | 0,357 | 1,240 | 0,272*** |
| Própria pessoa (Ref.) | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Grupos de idade – Filho | | | | | | |
| 5 a 14 anos | 1,262*** | 1,072 | 0,658*** | 0,912 | 1,059 | 0,963 |
| 15 anos ou mais | 1,196** | 0,967 | 0,663*** | 0,729 | 1,016 | 1,194 |
| Até 4 anos (Ref.) | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Pai | | | | | | |
| 35 a 44 anos | 0,862** | 0,876 | 1,294*** | 1,335 | 0,974 | 0,964 |
| 45 anos ou mais | 0,868* | 0,663*** | 1,332*** | 2,376 | 0,999 | 1,036 |
| Até 34 anos (Ref.) | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Mãe | | | | | | |
| 30 a 39 anos | 1,106 | 0,819* | 0,736*** | 0,857 | 1,109 | 1,304** |
| 40 anos ou mais | 1,005 | 0,978 | 0,850 | 0,844 | 1,021 | 1,179 |
| Até 29 anos (Ref.) | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Renda domiciliar total | | | | | | |
| De 1 até 2 SM | 0,777*** | 0,579*** | 1,349*** | 1,899*** | 1,074 | 1,555*** |
| De 2 até 3 SM | 0,689*** | 0,531*** | 1,487*** | 2,969*** | 1,133 | 1,313* |
| De 3 até 5 SM | 0,699*** | 0,383*** | 1,595*** | 2,578*** | 1,070 | 1,993*** |
| 5 SM ou mais | 0,574*** | 0,319*** | 1,667*** | 3,313*** | 1,200* | 2,398*** |
| Até 1 SM (Ref.) | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Número de moradores | | | | | | |
| 4 pessoas | 1,053 | 1,339* | 0,903 | 0,799 | 0,986 | 0,948 |
| 5 pessoas | 1,059 | 1,481*** | 0,857* | 0,694* | 1,062 | 0,796 |
| 6 pessoas | 1,182 | 1,612*** | 0,646*** | 0,781 | 1,081 | 0,712* |
| 7 pessoas | 0,999 | 2,198*** | 0,802* | 0,336*** | 1,035 | 0,609** |
| 8 pessoas ou mais | 1,298*** | 2,143*** | 0,619 | 0,350*** | 0,885 | 0,732* |
| 3 pessoas (Ref.) | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Observações | 14.433 | 34.424 | 14.433 | 34.424 | 14.433 | 34.424 |

Fonte: Censo Demográfico 2010

(* = $p \leq 0,10$; ** = $p \leq 0,05$; *** = $p \leq 0,01$)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agências internacionais, como a Organização das Nações Unidas (UN 2008), enfatizam a importância dos censos demográficos na identificação e quantificação das mais diversas características das populações com vistas ao planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas nos mais diferentes âmbitos da vida social:

“The results of a census are used as a critical reference to ensure equity in distribution of wealth, government services and representation nationwide: distributing and allocating government funds among various regions and districts for education, health services, delineating electoral districts at the national and local levels, and measuring the impact of industrial development, to name a few.” (UN 2008: 5).

No trecho em que destaca a centralidade do conceito de “domicílio” nos censos demográficos, as recomendações fazem menção às interfaces das características domiciliares com as condições de vida e saúde das pessoas, aspectos amplamente reconhecidos pelo campo da saúde pública:

“The census must provide information on the supply of housing units together with information on the structural characteristics and facilities that have a bearing upon the maintenance of privacy and health and the development of normal family living conditions. Sufficient demographic, social and economic data concerning the occupants must be collected to furnish a description of housing conditions and also to provide basic data for analyzing the causes of housing deficiencies and for studying possibilities for remedial action.” (UN 2008: 7).

Na perspectiva da equidade, as diretrizes internacionais para a realização dos censos demográficos destacam também a importância de que os países incluam em seus levantamentos questões que permitam caracterizar os padrões de diversidade étnica e cultural de suas populações. Especificamente sobre a identificação de povos indígenas nos censos, recomendam:

“Facilitating the collection of data on indigenous peoples for national and international needs can serve to improve socio-economic and active participation of indigenous peoples (...) Dissemination of census data pertaining to indigenous peoples contributes to research in areas such as the socio-economic conditions of the indigenous population, trends, causes for inequities, and the effectiveness of existing policies and programmes. Availability of these data can also assist indigenous communities in assessing their conditions of living and give them the information they need to participate and advocate in the development of programmes and policies affecting their communities, such as those impacting health systems, models of economic production, environmental management and social organization” (UN 2008: 140).

Conforme revisado na Introdução desta tese, o Brasil tem uma longa trajetória de realização de censos nacionais, iniciada na segunda metade do século XIX. Além da

centralidade dos recenseamentos na dinâmica histórica, socioeconômica e política da nação ao longo de mais de 150 anos, os censos conduzidos pelo IBGE desde a década de 1940 tem seguido proximamente as recomendações internacionais vigentes (IBGE 2005, 2013).²² Desse modo, os marcos conceituais acima delineados, incluindo a centralidade da noção de domicílio e a importância da dimensão étnico-racial, podem ser identificados nos censos brasileiros recentes. Especificamente em relação a esta última dimensão, um dos aspectos mais marcantes do Censo Demográfico 2010 é precisamente ter incluído questões voltadas à caracterização da diversidade de etnias e línguas indígenas presentes no país, algo que também tem marcado diversas outras experiências censitárias na América Latina nas duas últimas décadas (Del Popolo 2008; Loveman 2014).

De acordo com o IBGE, em 2010, 0,4% do total da população brasileira se autodeclarou indígena. Foram cerca de 817 mil pessoas que se enquadraram nessa categoria e aproximadamente 896 mil quando incluídas as pessoas que, ainda que não tenham se declarado indígenas na pergunta sobre cor ou raça, responderam afirmativamente ao quesito “se considera indígena”. De maneira inédita, foram investigadas filiação étnica e linguística de pessoas que se autodeclararam indígenas, tendo sido identificadas mais de 300 etnias e 270 línguas diferentes (IBGE 2011c; IBGE 2012a). Diante de tamanha diversidade, destaca-se o desafio de compreender as mais diversas características nos âmbitos individual e coletivo (incluindo domiciliar e comunitário) desse segmento da população. Vale mencionar que, ainda que os indígenas constituam a categoria de cor ou raça com menor volume de população no país, o Brasil se destaca na América Latina por apresentar uma das mais expressivas diversidades étnicas indígenas (Montenegro & Stephens 2006).

Aproximadamente uma década e meia atrás, Coimbra Jr & Santos (2000:131) comentaram acerca da “danosa invisibilidade demográfica e epidemiológica” dos povos indígenas no Brasil. Na perspectiva desses autores,

“...uma lacuna que precisa ser preenchida de imediato diz respeito à coleta e à análise de informações demográficas e epidemiológicas acerca dos povos indígenas, dados esses passíveis de serem contrastados com aqueles relativos a outros segmentos da sociedade nacional. Ou seja, o estabelecimento de um sistema de estatísticas contínuas e confiáveis *integrado* aos sistemas e bases existentes para o restante da população brasileira. O exercício de evidenciar contrastes e desigualdades é sempre uma ferramenta potencialmente poderosa para municiar segmentos sociais marginalizados na

²² De acordo com documento que descreve a metodologia empregada nas operações censitárias: “Desde a segunda metade do século passado, o Brasil vem participando de Congressos Internacionais de Estatística e das seções periodicamente promovidas pelo Instituto Interamericano de Estatística - IASI -, visando ao desenvolvimento e à comparabilidade das estatísticas oficiais no âmbito das Américas (...) em atendimento a solicitação da Organização das Nações Unidas - ONU” (IBGE 2013: 29).

busca de políticas e práticas que pressionem em direção a uma maior equidade em saúde” (Coimbra Jr & Santos 2000:130).

Como abordado na Introdução desta tese, ao longo dos últimos anos foram implementadas diversas iniciativas que contribuíram sobremaneira para um melhor conhecimento das condições de saúde dos indígenas no Brasil em âmbito nacional. Por exemplo, em 2008-2009 foi realizado o I Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas, cujos resultados apontaram para marcantes iniquidades em relação à população brasileira como um todo (Coimbra et al. 2013). Ao mesmo tempo, vem sendo geradas análises, tanto no âmbito nacional como em contextos regionais, sobre o segmento indígena a partir de dados derivados de bases secundárias, a exemplo do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), Sistema de Informação de Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema Nacional de Notificação de Agravos (SINAN) (Cardoso et al. 2005; Chor & Lima 2005; Chor 2013; Basta et al. 2012; Caldas 2014; Marques et al. 2014). Nessas análises, as fontes mais usuais na definição dos denominadores têm sido os dados censitários e/ou projeções populacionais derivadas, nos âmbitos municipal, estadual, regional e nacional.

É nesse cenário que se insere a presente tese, que deve ser vista como uma contribuição para os debates a respeito da interpretação de informações referentes aos indígenas nos dois mais recentes recenseamentos nacionais (2000 e 2010) realizados no Brasil. Como abordado ao longo dos quatro textos/ artigos que compõem o cerne desse trabalho, o foco é sobretudo em aspectos referentes à caracterização desse segmento específico da população brasileira no tocante à dimensão “domicílio”, o que se buscou alcançar através de uma perspectiva interdisciplinar. Mesmo que não tenham sido investigados desfechos em saúde específicos, questões relacionadas à geração de indicadores em saúde perpassam os vários conteúdos deste trabalho.

Ainda que de maneira não exaustiva, alguns dos principais achados da presente pesquisa são os seguintes:

1. As análises evidenciaram marcantes diferenças entre contextos urbanos e rurais para os indígenas a partir dos dados censitários. Em particular, os resultados apontaram para importantes especificidades quanto aos arranjos domiciliares que envolvem indígenas na situação urbana. Essas especificidades se manifestaram na caracterização dos domicílios em diversos planos, incluindo recorte étnico daqueles classificados como improvisados, diversidade de cor ou raça dos moradores, perfil da pessoa identificada como responsável e atribuição de cor/raça dos filhos.

2. Além de uma caracterização quanto à distribuição dos domicílios indígenas classificados como particulares improvisados segundo macrorregiões e UFs, foram investigados aspectos referentes ao pertencimento étnico específico dos moradores desses domicílios. Em 2010, as maiores proporções de moradores indígenas em domicílios improvisados ocorreram em áreas urbanas do Mato Grosso do Sul e do Rio Grande do Sul. Devido a questões de ordem metodológica do censo de 2010 (qual seja, não coleta de certas classes de dados em domicílios classificados como particulares improvisados), para esses indígenas, em sua maioria Guarani Kaiowá (MS) e Kaingang (RS), não houve o levantamento de informações acerca de níveis de instrução, rendimento, saneamento, migração, dentre outras. Além disso, foram observadas proporções bastante mais expressivas de moradores indígenas em domicílios improvisados fora de terras indígenas.
3. Sobretudo na situação urbana, houve importante variação entre os censos de 2000 e 2010 quanto ao volume de pessoas indígenas que residiam em domicílios nos quais todos os moradores eram indígenas (unicolor). Ainda assim, comparativamente às outras categorias de cor ou raça, os indígenas apresentaram uma das menores proporções (41,7%) de pessoas residentes em domicílios unicolores em situação urbana em 2010. Observou-se que aproximadamente um quarto dos indígenas residiam em domicílios cujos responsáveis não eram indígenas, em contraposição a baixíssima frequência (< 5%) em área rural. As análises indicaram também que, a depender dos critérios para se considerar um “domicílio indígena” (por exemplo: responsável indígena, pelo menos um indígena e metade dos moradores indígenas), foram observadas variações de 193 mil a 282 mil domicílios no país como um todo.
4. A análise dos domicílios em situação urbana nos quais vivia pelo menos um indígena demonstrou marcantes diferenças nas características socioeconômicas dos responsáveis segundo cor ou raça. Quando a pessoa responsável era indígena (56,2%), havia maiores chances de apresentarem condições socioeconômicas menos favoráveis. Uma linha argumentativa utilizada para explicar esse cenário se baseou nas noções de “preconceito de marca e preconceito de origem” do sociólogo Oracy Nogueira. Nessa direção, sugere-se que os resultados apontem para uma tendência de “branqueamento”, que se expressaria em menores probabilidades de autorreconhecimento como indígena e maiores como brancos e, sobretudo, pardos, em contextos de urbanização marcados por transformações socioeconômicas das famílias e “domicílios indígenas”. Um dos mais chamativos resultados dessas

análises foi a constatação de que houve um expressivo aumento das chances dos responsáveis terem se declarado pardos caso não tivessem nascido no município onde residiam, ou seja, eram migrantes.

5. A partir da investigação dos arranjos formados por pais, mães e filhos(as), sendo pelo menos um deles indígena, ficou evidente a estreita associação entre a cor ou raça dos filhos(as) e, sobretudo, das mães. Além disso, os padrões de associação se mostraram distintos segundo contextos urbano e rural e houve chances maiores dos filhos serem indígenas quando estavam em domicílios com menores níveis de rendimento mensal e com maior número de pessoas. As interpretações acerca dos resultados referentes às análises das tríades compostas por pais, mães e filhos(as) encontram paralelo com as linhas explicativas acionadas para explicar os resultados relativos aos responsáveis pelos domicílios, acima mencionados.

Muitas são as implicações dos achados acima sumarizados no tocante à geração de indicadores, concebidos de uma perspectiva *lato sensu*, voltados para caracterizar a sócio-demografia dos indígenas no Brasil a partir dos dados censitários. Assim, formas de classificação das moradias, como “particular improvisado”, contribuíram para “invisibilizar” ainda mais uma parcela da população indígena particularmente vulnerável (p.ex., a residente em regiões do Centro-Oeste, Sul e Sudeste, onde as terras são diminutas), uma vez que para esses domicílios não foram coletadas variáveis socioeconômicas, incluindo aquelas sobre saneamento. O fato de que aproximadamente um quarto dos indígenas em área urbana vivia em 2010 em arranjos cujos responsáveis não eram indígenas leva-nos a indagar acerca de formas alternativas de tipologias acerca de pertença étnico-racial para o plano domiciliar. Uma possível extrapolação a partir das análises acerca das características sócio-demográficas dos responsáveis e filhos é que, sobretudo em áreas urbanas, pode haver um “apagamento” do pertencimento indígena²³, com implicações significativas no que diz respeito a captação de dados sobre o segmento indígena em pesquisas censitárias ou de outras vertentes (inquéritos em saúde, educação, entre outras).

²³ Isso não quer dizer que as pessoas não se percebam como indígenas no âmbito de seus grupos familiares e sociais mais próximos. Contudo, conforme destacado por antropólogos que analisaram a expressão de identidades étnicas indígenas em contextos de interação com a sociedade envolvente, é possível que pessoas indígenas tenham optado por não se declararem “indígenas”, especialmente em situações nas quais se sintam mais expostos à discriminação e preconceito (Ver Cardoso de Oliveira 1968).

Uma importante motivação para a realização desta tese foi o reconhecimento de que são relativamente escassas as investigações sobre as características domiciliares dos indígenas a partir de dados censitários, em particular com foco na dimensão saúde (Pereira et al. 2009; Marinho et al. 2011; Almeida 2012; IBGE 2012b). Comumente, os domicílios têm sido classificados como indígenas a partir da cor ou raça declarada pelo responsável, não se abordando outras formas de caracterização. Tampouco têm sido realizadas análises sistemáticas acerca da composição dos domicílios nos quais residem autotclassificados indígenas. Conforme sinalizado no título dessa Tese, ao abordar temas relativos à classificação e composição dos domicílios indígenas (ainda que não somente), espera-se que as reflexões aqui apresentadas tragam argumentos que problematizem aspectos relativos à geração de indicadores sociodemográficos, incluindo os de saúde, a partir de dados censitários.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGRESTI, A. *Categorical Data Analysis*. 3th Ed. New York: John Wiley & Sons; 2013.
- ALMEIDA, A.W.B. & SANTOS, G.S. *Estigmatização e território: mapeamento situacional dos indígenas em Manaus*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2009.
- ALMEIDA, L.R. *Indígenas no estado de Pernambuco: uma análise a partir do Censo Demográfico 2000*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ, 2012.
- ALMEIDA, L.R., FÁVARO, T.R., CUNHA, M. et al. *Acesso a saneamento básico com enfoque no segmento indígena a partir dos dados do censo demográfico brasileiro de 2010*. In: Anais do XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais. São Pedro: ABEP, 2014a.
- ALMEIDA, L.R., FÁVARO, T., CUNHA, M. et al. *Saneamento básico e os indígenas no Brasil rural: análises a partir do Censo Demográfico 2010*. Texto inédito, 2014b.
- ALVES, J.E.D. & CAVENAGHI, S. *Questões conceituais e metodológicas relativas a domicílio, família e condições habitacionais*. In: Anais do I Congresso da Associação Latino Americana de População (ALAP). Caxambu, 2004.
- ALVES, J.E.D. & CAVENAGHI, S. Déficit habitacional, famílias conviventes e condições de moradia. In: GUIMARÃES, J. R. S.(Org.). *Demografia dos negócios: campo de estudo, perspectivas e aplicações*. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, pp. 257-286 (Série Demographicas, v.3), 2006.
- ALVES, J.E.D. *A definição de família convivente do IBGE: cuidados metodológicos necessários*. In: Aparte – Inclusão Social em Debate. IE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/notametodologica_familiasconviventes.pdf. Acesso em 12 nov 2014.
- ALVES, J.E.D. & CAVENAGHI, S. *Tendências demográficas dos domicílios e das famílias no Brasil*. In: Aparte – Inclusão Social em Debate. IE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/tendencias_demograficas_e_de_familia_24ago12.pdf. Acesso em 12 nov 2014.
- AXELSSON, P. & SKÖLD P. (Eds.). *Indigenous Peoples and Demography: The complex relation between Identity and Statistics*. New York: Berghahn Books/Oxford, 2011.
- AZEVEDO, M. M. *Demografia dos povos indígenas do Alto Rio Negro/AM: um estudo de caso de nupcialidade e reprodução*. Tese (Doutorado em Demografia). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2003.

AZEVEDO, M.M. Povos indígenas na América Latina estão em processo de crescimento. In: B. Ricardo, & F. Ricardo. *Povos Indígenas no Brasil: 2001-2005*. São Paulo: Instituto Socioambiental. pp. 55-63, 2006.

AZEVEDO, M.M. O Censo 2010 e os povos indígenas. In: B. Ricardo, & F. Ricardo, *Povos Indígenas no Brasil: 2006-2010*. São Paulo: Instituto Socioambiental. pp. 45-48, 2011.

AZEVEDO, M.M. & RICARDO, F.P. *IBGE revela contingente “indígena” pouco conhecido*. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2002.

BAILEY, S.R., LOVEMAN, M., MUNIZ, J.O. Measures of “Race” and the analysis of racial inequality in Brazil. *Social Science Research*, 42, pp. 106-119, 2013.

BAILIE, R.S. *Housing*. In: CARSON, B; DUNBAR, T, CHENHALL, R.D & BAILIE, R. (Ed). *Social Determinants of Indigenous Health*. Sydney: Allen & Unwin, 2007.

BAILIE, R.S., McDONALD, E.L., STEVENS, M. et al. Evaluation of an Australian Indigenous housing programme: community level impact on crowding, infrastructure function and hygiene. *Journal of Epidemiology and Community Health*, 65, pp. 432–437, 2011.

BAILIE, R.S, STEVENS M, McDONALD EL. The impact of housing improvement and socio-environmental factors on common childhood illnesses: a cohort study in Indigenous Australian communities. *Journal of Epidemiology and Community Health*, 66, pp. 821-831, 2012.

BARR, E.C. *Raça e etnia como fatores determinantes na Rodada de Censos 2010 para a identificação de afrodescendentes*. In: UNIFEM (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher). Por que desagregar dados estatísticos por raça e etnia. Brasília, 2008. Disponível em <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000665.pdf> Acesso 03 dez 2014.

BASTA, P.C., ORELLANA, J.D.Y., ARANTES, R. Perfil epidemiológico dos povos indígenas no Brasil: Notas sobre agravos selecionados. In: PONTES, A.L. & GARNELO, L. *Saúde Indígena: Uma Introdução à Temática*. Brasília: Ministério da Educação, pp. 60-106, 2012.

BASTOS, J.L., SANTOS, R.V., CRUZ, O.G. et al. *Does it matter who answers the census questions? Comparing self-reported and proxy-reported parity answers among Brazilian Indigenous women*. In: XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais. São Pedro, 2014. Disponível em http://abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-2-37-230-297.pdf Acesso em 04 jan 2014.

BELTRÃO, K.I., SUGAHARA, S., TEIXEIRA, P.M. *Filho de peixe...: declaração de cor ou raça dos filhos nos casamentos mistos*. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP). Caxambu, 2008.

BERCOVICH, A. & PEREIRA, N. *Unidad de empadronamiento: ¿hogar, vivienda o familia? Ventajas y desventajas del enfoque del censo brasileño*. In: América Latina: aspectos conceptuales de los censos del 2000 (Seminario Censos 2000. Parte IV. Vivienda, hogar y familia. Santiago: CEPAL/CELADE, pp.171-182, 1999.

BOOTH, H. Ethnic differentials in the timing of family formation: A case study of the complex interaction between ethnicity, socioeconomic level, and marriage market pressure. *Demographic Research*, 23, pp. 154-185, 2010.

CALDAS, A.D.R. *Mortalidade por cor/raça, com foco nos indígenas: perspectivas comparativas entre o censo demográfico de 2010 e o sistema de informação sobre mortalidade*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2014.

CALDAS, A.D.R., SANTOS, R.V., VALENTE, J.G. et al. *Mortalidade Infantil de Indígenas no Brasil: A contribuição do Censo Demográfico de 2010*. In: XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, São Pedro/SP, 2014.

CARDOSO, A.M, SANTOS, R.V, COIMBRA Jr. C.E.A. Mortalidade infantil segundo raça/cor: o que dizem os sistemas nacionais de informação? *Cadernos de Saúde Pública*, 21, pp. 1602-8, 2005.

CARDOSO de OLIVEIRA, R. *Urbanização e Tribalismo: a Integração dos índios Terêna Numa Sociedade de Classes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

CARDOSO, A.M., COIMBRA, C.E.A., WERNECK, G.L. Risk factors for hospital admission due to acute lower respiratory tract infection in Guarani indigenous children in southern Brazil: a population-based case-control study. *Tropical Medicine & International Health*, 18, pp. 596-607, 2013.

CAVENAGHI S. & ALVES, J.E.D. *Domicilios y familias en la experiencia censal del Brasil: cambios y propuesta para identificar arreglos familiares*. Notas de población, 92, CEPAL, 2011.

CAVENAGHI, S. *A experiência do Brasil nos módulos de domicílio e Família nos Censos Demográficos*. Informe técnico para o Seminário “Los censos de 2010 y las condiciones de vida”. Santiago: CEPAL/CELADE, 2010.

CHOR, D. Desigualdades em saúde no Brasil: é preciso ter raça. *Cadernos de Saúde Pública*, 29, pp. 1272-75, 2013.

CHOR, D. & LIMA, C.R.A. Aspectos epidemiológicos das desigualdades raciais em saúde no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 21, pp. 1586-1594, 2005.

COIMBRA Jr., C.E.A. & SANTOS, R.V. Saúde, minorias e desigualdade: algumas teias de inter-relações, com ênfase nos povos indígenas no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5, pp. 125-132, 2000.

COIMBRA, C.E.A; SANTOS, R.V; WELCH, J.R et al. The First National Survey of Indigenous People's Health and Nutrition in Brazil: rationale, methodology, and overview of results. *BMC Public Health*, 13, pp. 13-52, 2013.

COIMBRA Jr., C.E.A. Saúde e povos indígenas no Brasil: reflexões a partir do I Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição Indígena. *Cadernos Saúde Pública*, 30, 855-59, 2014.

COSTA, Í.B.; MESQUITA, H.M. *Tipos de habitação rural no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.

CUNHA, B.C.B; SOUZA, L.G; FÁVARO, T.R; et al. Declaração de idade em indígenas no Censo Demográfico de 2010. In: XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais. São Pedro, 2014. Disponível em http://abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-2-37-209-242.pdf Acesso em 04 jan 2014.

Del POPOLO, F. *Los pueblos indígenas y afrodescendientes em las fuentes de datos: experiencias en América Latina*. Santiago: CEPAL/Naciones Unidas, 2008.

Del POPOLO, F. & JENKINSET, A. El derecho a la información de los pueblos indígenas y afrodescendientes: obligaciones urgentes en América Latina. In: *Contar con todos: Caja de herramientas para la inclusión de pueblos indígenas y afrodescendientes en los censos de población y vivienda*. Santiago: CEPAL/Naciones Unidas, 2011.

DGEEC (Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos). *Pueblos Indígenas en el Paraguay. Resultados Preliminares 2012. III Censo Nacional de Población y Viviendas para Pueblos Indígenas*. Assunción: DGEEC, 2013.

De PAULA, M. & HERINGER, R. *Caminhos convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009.

DIAS Jr, CS; VERONA, A.P.A; PENA, JL; MACHADO-COELHO, GLL. Fecundidade das mulheres autodeclaradas indígenas residentes em Minas Gerais, Brasil: uma análise a partir do Censo Demográfico 2000. *Cadernos de Saúde Pública*, 24, 2477-2486, 2008.

DIEHL, E.E. Agravos na saúde Kaingáng (Terra Indígena Xapecó, Santa Catarina) e a estrutura dos serviços de atenção biomédica. *Cadernos de Saúde Pública*, 17, pp. 439-45, 2001.

ESCOBAR, A.L., COIMBRA Jr, C.E.A, WELCH, J.R. et al. Diarrhea and health inequity among Indigenous children in Brazil: results from the First National Survey of Indigenous People's Health and Nutrition. *BMC Public Health*, 15, p. 191, 2015.

ESTANISLAU, B.R. *A eterna volta: migração indígena e Pankararu no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2014.

FIGOLI, L.H.G. & FAZITO, D. Redes sociales en una investigación de migración indígena: el caso de Manaus. *Revista Brasileiras de Estudos Populacionais*, 26, pp. 77-95, 2009.

FOKKEMA, T. & LIEFBROER, A. C, Trends in living arrangements in Europe: Convergence or divergence?. *Demographic Review*, 19, pp. 1351-1418, 2008.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit habitacional no Brasil*. Belo Horizonte, Projeto PNUDSepurb/92/013, 2013.

GALLOIS, C.J.S. *Sentidos e formas do habitar indígena: entre mobilidade e sedentarização: Estudo de caso entre os Wajãpi do Amapá*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

HORTA, B.L, SANTOS, R.V, WELCH, J.R. et al. Nutritional status of indigenous children: findings from the First National Survey of Indigenous People's Health and Nutrition in Brazil. *International Journal for Equity in Health*, 12, p. 23, 2013.

IACOVU, M. & SKEW, A.J., Household composition across the new Europe: Where do the new Member States fit in?. *Demographic Review*, 25, pp. 465-490, 2011.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Metodologia do Censo Demográfico 2000*. Censo Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Tendências Demográficas: Uma Análise dos Indígenas com Base nos Resultados da Amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2005.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Características da População e dos Domicílios. Resultados do Universo*. Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011a.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Sinopse do Censo Demográfico de 2010*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011b.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Características Étnico-raciais da População: um estudo das categorias classificação de cor ou raça 2008*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011c.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Características Gerais dos Indígenas. Resultados do Universo*. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012a.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Resultados gerais da Amostra. Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012b.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça*. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012c.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Metodologia do Censo Demográfico 2010*. Censo Demográfico. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2013.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Pesquisa Nacional de Saúde 2013: acesso e utilização dos serviços de saúde, acidentes e violências: Brasil, grandes regiões e unidades da federação*. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2015a.

IBGE. SIDRA. Sistema IBGE de Recuperação automática. Tabela 3175 - População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=3175&z=cd&o=7> Acesso em 09 fev 2015b.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. ONU Mulheres; SEPIR. 4ª edição. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011.

KATZ, M.H. *Multivariable Analysis: A Practical Guide for Clinicians*. New York: Cambridge University Press. 1999

KERTZER, D. & AREL, D. *Census and Identity. The politics of race, ethnicity and language in National Censuses*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

KING, M., SMITH, A., GRACEY, M. Indigenous health part 2: the underlying causes of the health gap. *Lancet*, 374, pp. 76-85, 2009.

KUHL, A.M.; CORSO, A.C.T.; LEITE, M.S. et al. Perfil nutricional e fatores associados à ocorrência de desnutrição entre crianças indígenas Kaingáng da Terra Indígena de Mangueirinha, Paraná, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 25, pp. 409-420, 2009.

LEANDRO REGUILLO, P., THOMSON LUQUE, R., MONTEIRO, W.M. et al. Urban and architectural risk factors for malaria in indigenous Amazonian settlements in Brazil: a typological analysis. *Malaria Journal*, 14:284, 2015.

LEITE, M., CARDOSO, A.M., COIMBRA, C.E.A. et al. Prevalence of anemia and associated factors among indigenous children in Brazil: results from the First National Survey of Indigenous People's Health and Nutrition. *Nutrition Journal*, 12, p. 69, 2013.

LONGO, L.A. & MIRANDA-RIBEIRO, P., Bem-me-quer, mal-me-quer: raça/cor, educação e seletividade marital feminina no Brasil em 2010. *Cadernos de Estudos Sociais*, 27, pp. 115-140. 2012.

LONGO, L.A.F.B. *Uniões intra e inter-raciais, status marital, escolaridade e religião no Brasil: um estudo sobre a seletividade marital feminina, 1980-2000*. Tese de Doutorado, Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2011.

LONGO, L.A.; MIRANDA-RIBEIRO, P.; OLIVEIRA, A.M.H. *Seletividade marital feminina por raça/cor: a importância da escolaridade*. In Anais do V Congresso da Associação Latinoamericana de População, Montevideu: ALAP, 2012.

LOVEMAN M. *National Colors: Racial Classification and the State in Latin America*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

LOVEMAN, M., MUNIZ, J.O., BAILEY, S.R. Brazil in black and white? Race categories, the census, and the study of inequality. *Ethnic and Racial Studies*, 35, 1466-1483, 2011.

MAIO, M.C. & SANTOS, R.V. *Raça como questão: História, Ciência e Identidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

MARINHO, G.L, SANTOS, R.V, PEREIRA, N.O.M. A classificação dos domicílios indígenas no censo demográfico 2000: subsídios para análise das condições de saúde. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, 28, pp. 449-466, 2011.

MARQUES, M., RUFFINO-NETO, A., MARQUES, A.M.C. et al. Magnitude da tuberculose pulmonar na população fronteiriça de Mato Grosso do Sul (Brasil), Paraguai e Bolívia. *Cadernos de Saúde Pública*, 30, pp. 2631-2642, 2014.

MEDEIROS, M. & OSÓRIO, R. *Arranjos domiciliares e arranjos nucleares no Brasil: classificação e evolução de 1977 a 1998*, Brasília: IPEA, 2001.

MEDEIROS, M. & OSÓRIO, R. *Mudanças nas famílias brasileiras: a composição dos arranjos domiciliares entre 1978 e 1998*, Brasília: IPEA, 2002.

MELATTI, J.C. *Índios do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2007.

MELO, J.G. *O que os índios urbanos pensam sobre a cidade? Que dimensões do urbano revelam suas narrativas? Interpretações Baré sobre Manaus, Amazonas*. Anais do 36º Encontro Anual da ANPOCS. Águas de Lindoia: ANPOCS, 2012.

MENEGHINI, C.V. *Identidade de mulheres indígenas na cidade do Recife e região metropolitana*. In: Anais da IV Reunião Equatorial de Antropologia. Fortaleza, 2013.

MINICHI, K., SAUDNY, H., LENNIE, C. et al. Inuit housing and homelessness: results from the International Polar Year Inuit Health Survey 2007–2008. *International Journal of Circumpolar Health*, 70, pp. 520-531, 2011.

MONTENEGRO, R.A. & STEPHENS, C. Indigenous health in Latin America and the Caribbean. *Lancet*, 367, pp.1859-1869, 2006.

MORNING, A. Ethnic Classification in Global Perspective: A Cross-National Survey of the 2000 Census Round. *Population Research and Policy Review*, 27, pp. 239-272, 2008.

MORPHY, F. *Agency, contingency and census process: observations of the 2006 Indigenous enumeration strategy in remote Aboriginal Australia*. Centre for Aboriginal Economic Policy Research. Canberra: Australian National University Press, 2007.

MUNIZ, J.O. Preto no Branco? Mensuração, relevância e concordância classificatória no país da incerteza racial. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 55, pp. 251-282, 2012.

NOBLES, M. *Shades of Citizenship: Race and the Census in Modern Politics*. Stanford: Stanford University Press, 2000.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, 19 (1), pp. 287-308, 2006.

NOVAES, S.C. (Org.). *Habitacões Indígenas*. São Paulo: Nobel/ Edusp, 1983.

OIT. (Organização Internacional do Trabalho). *Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT*. Brasília: OIT, 2011.

ORELLANA, J.D.Y.; BASTA, P.C.; SOUZA, M.L.P. Mortalidade por suicídio: um enfoque nos municípios com alta proporção de população autodeclarada indígena no estado do Amazonas, Brasil. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 16, pp. 658-69, 2013.

- OSÓRIO, R.G. *O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE*. Brasília: IPEA, 2003.
- PACHECO de OLIVEIRA, J. Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *MANA - Estudo de Antropologia Social*, 4, pp. 47-77, 1998.
- PACHECO de OLIVEIRA, J. Mensurando alteridades, estabelecendo direitos: práticas e saberes governamentais na criação de fronteiras étnicas. *Dados*, Rio de Janeiro, 55, pp. 1055- 1088, 2012.
- PAGLIARO, H., AZEVEDO, M.M., SANTOS, R.V. (Org.). *Demografia dos povos indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ABEP, 2005.
- PAOLIELLO, T. *O crescimento da presença indígena nos censos nacionais: a região Nordeste*. In: Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu: ABEP, 2008.
- PEREIRA, N.O.M. *Importância dos censos nacionais no conhecimento da demografia e da saúde dos indígenas do Brasil*. Indicadores Sociodemográficos e de Saúde no Brasil. Estudos e Pesquisas: Informação demográfica e socioeconômica. Rio de Janeiro, n. 25, IBGE, 2008.
- PEREIRA, N.O.M, SANTOS R.V, WELCH, JR, *et. al.* Demography, territory, and identity of Indigenous peoples in Brazil: The Xavante Indians and the 2000 brazilian national census. *Human Organization*, 68, pp.166-180, 2009.
- PEREIRA, N.O.M., MARINHO G.L., SANTOS R.V. *et al.* *Com quem vivem os indígenas? Uma análise da composição domiciliar da cor ou raça dos moradores com base nos Censos Demográficos de 2000 e 2010*. In: XIX Encontro Nacional de Estudos Populacional. São Pedro, 2014. Disponível em http://abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-2-37-230-297.pdf Acesso em 04 jan 2014.
- PEREIRA, N.O.M. *Indígenas residentes nas áreas urbanas do Brasil: uma análise das etnias oriundas de outros países*. In: VI Congresso Latinoamericano de População, Lima: ALAP, 2014.
- PETRUCCELLI, J.L., Seletividade por cor e escolhas conjugais no Brasil dos 90. *Estudos Afro-Asiáticos*, 23, pp. 29-51, 2001.
- PETRUCCELLI, J.L. Raça, identidade, identificação: abordagem histórica conceitual. In: PETRUCCELLI, J.L. & SABOIA, A.L. *Características étnico-raciais da população: classificação e identidades*. Estudos & Análises. IBGE, 2013.
- PHIBBS, P. & THOMPSON, S. *The health impacts of housing: toward a policy-relevant research agenda*, AHURI Final Report N° 173. Melbourne: Australian Housing and Urban Research Institute. 2011.
- PONTES, AL & GARNELO L. (Org.). *Saúde Indígena: Uma Introdução à Temática*. Brasília: Ministério da Educação, 2012.

RIBEIRO, C.A.C. & SILVA, N.V. Cor, educação e casamento: tendências da seletividade marital no Brasil, 1960 a 2000. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 52, pp. 7-51, 2009.

RODRÍGUEZ, J. *Información censal relevante para la medición del déficit habitacional*. In: Seminario Censos 2000: diseño conceptual y temas a investigar en América Latina. Santiago: CEPAL/CELADE, pp. 91-158, 1999.

RUGGLES, S. & BROWER, S. Measurement of household and family composition in the United States, 1850-2000. *Population and Development Review*, 29, pp. 73-101, 2003.

SANTOS, R.V. & TEIXEIRA, P.T. O “indígena” que emerge do Censo Demográfico de 2010. *Cadernos de Saúde Pública*, 27, pp. 1048-1049, 2011.

SCHKOLNIK, S. & Del POPOLO, F. *Los censos y los pueblos indígenas en América Latina: una metodología regional*. Santiago: CEPAL, 2005.

SCHWARTZMAN, L.F. Does money whiten? Intergenerational changes in racial classification in Brazil. *American Sociological Review*, 72, pp. 940-963, 2007.

SIDRA/IBGE. Sistema de Recuperação Automática/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Tabela 3175 – População residente, por cor ou raça, segundo situação de domicílio, o sexo e a idade. Universo. *Características da População e dos Domicílios. Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=3175&z=cd&o=7> Acesso em 12 fev 2015.

SIMON, P. & PICHÉ, V. Accounting for ethnic and racial diversity: the challenge of enumeration. *Ethnic and Racial Studies*, 35, pp. 1357-1365, 2012.

SOARES, S., THEODORO, M., JACCOUD, L. et al. A demografia da cor: a composição da população brasileira de 1890 a 2007. In: *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil – 120 anos após a abolição*. Brasília: IPEA, 2008.

SOUZA, L.G. & CUNHA, B.C.B. *Os indígenas Xavante no censo 2010*. In: XIX Encontro Nacional de Estudos Populacional. São Pedro, 2014. Disponível em: http://abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-2-37-136-216.pdf. Acesso em 18 jan 2015.

STEPHENS, C., PORTER, J., NETTLETON, C. et al. Disappearing, displaced, and undervalued: a call to action for Indigenous health worldwide Indigenous health in Latin America and the Caribbean. *Lancet*, 367, pp.1859-1869, 2006.

TASSINARI, A.M.I. Sociedades indígenas: introdução ao tema da diversidade cultural. In: SILVA, A.L. & GRUPIONI, L.D.B. (Org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1 e 2 graus*. Brasília: MEC/Unesco, pp. 445-479, 1995.

TEIXEIRA, P. & BRASIL, M. *Migração, urbanização e características da população indígena do Brasil através da análise de dados censitários de 1991 e 2000*. In: Anais do Congresso de la Asociación Latinoamericana de Población. Córdoba: ALAP, 2008.

TEIXEIRA, P., MAINBOURG, E.M.T., BRASIL, M. Migração do povo indígena Sateré-Mawé em dois contextos urbanos distintos na Amazônia. *Caderno CRH*, 22, pp. 531-546, 2009.

TEIXEIRA, P. & COSTA, A.M. Xucuru do Ororubá: Introdução à demografia de um povo indígena. In: XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacional. Águas de Lindoia: ABEP, 2012. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/ST4\[694\]ABEP2012.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/ST4[694]ABEP2012.pdf). Acesso em 18 jan 2015.

TELLES, E. *Racismo à Brasileira: Uma Nova Perspectiva Sociológica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

TOMMASINO K. & FERNANDES R.C. *Kaingang*. Instituto Socioambiental. 2001. Disponível em: <http://piib.socioambiental.org/pt/povo/kaingang>. Acesso em 01 mar 2014.

UN (United Nations). *Managing Statistical Confidentiality & Microdata Access Principles and guidelines of good practice*. New York and Geneva, 2007.

UN (United Nations). *Principles and Recommendations for Population and Housing Censuses*. Revision 2, New York, 2008.

UN (United Nations). *State of The World's Indigenous Peoples*. New York, 2009.

UNECE (Economic Commission for Europe – United Nations). Joint UNECE/Eurostat Meeting on Population and Housing Censuses, Geneve, 2008.

SANTOS, RV; BASTOS, JL; CRUZ, OG; LONGO, LAF; FLOWERS, NM; PEREIRA, NMO. Parity of Indigenous and Non-Indigenous Women in Brazil: Does the Reported Number of Children Born Depend upon Who Answers National Census Questions? *PLoS ONE*, 10(4), 2015.

VETTER, D.M. & SIMÕES, C.C. Acesso à infra-estrutura de saneamento básico e mortalidade. *Revista Brasileira de Estatística*, 42, pp.17-35, 1981.

VIVEIROS DE CASTRO, E. (org.). *Antropologia do Parentesco - Estudos Ameríndios*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

WASELFISZ, J.J. *Mapa da violência 2014: Os jovens do Brasil*. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Secretaria Nacional da Juventude. Brasília, 2014.

WARE, VA. *Housing strategies that improve Indigenous health outcomes*. Australian Institute of Family Studies. Australian Institute of Health and Welfare. Resource sheet nº 25. Canberra: AIHW, 2013.

ZIKER, J.P., AXELSSON, P., SKÖLD, P. et al. Indigenous Peoples and Demography. *Anthropology News*, 2010. Disponível em http://www.aaanet.org/pdf/upload/51-5-Ziker_Axelsson_Skold_Anderson-In-Focus.pdf Acesso em 18 jan 2015.

ANEXOS

INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este anexo apresenta um conjunto de informações adicionais sobre as fontes de dados que possibilitaram o desenvolvimento desta tese, além de destaques na amostragem utilizada nos censos demográficos. São descritos, de maneira complementar às metodologias explicitadas em cada um dos artigos, aspectos referentes aos procedimentos de amostragem de domicílios empregada nos censos brasileiros, bem como características das fontes de dados e o modo como estão disponibilizados.

Amostragem nos Censos Demográficos

O Censo Demográfico 2010 envolveu a coleta de dados relativos a 67,6 milhões de domicílios dos 5.565 municípios existentes no país. A investigação teve como referência a data de 31 de julho de 2010 e a coleta foi realizada entre 1º de agosto a 30 de outubro de 2010. As entrevistas foram realizadas com base em dois questionários denominados “básico” e da “amostra”. O primeiro incluiu um conjunto de 37 quesitos relacionados às características do domicílio e de seus moradores na data de referência, tendo sido aplicado em todas as unidades domiciliares que não foram selecionadas para a amostra. O segundo, de maior extensão, envolveu 108 questões, com todos os quesitos do questionário básico somados a outros de investigação mais detalhada acerca do domicílio e das características sociais, econômicas e demográficas dos moradores (educação, rendimentos, trabalho, migração, religião, deficiências, saneamento básico, abastecimento de água, dentre muitas outras) (IBGE, 2013).

As informações investigadas na amostra se aplicaram a uma quantidade restrita de domicílios, definida a partir do tamanho dos municípios em termos da população estimada em 1º de julho de 2009. Em 2010, participaram da amostra 6.192.332 domicílios (cerca de 11,0%) abrangendo 20.635.472 (10,8%) de pessoas residentes no Brasil (IBGE, 2013). O quadro I referencia as frações amostrais considerando o tamanho dos municípios brasileiros em 2010.

Quadro I. Fração amostral dos domicílios e número de municípios, segundo tamanho populacional dos municípios. Censo Demográfico 2010.

| Tamanho populacional dos municípios (habitantes) | Fração amostral dos domicílios (%) | Número de municípios |
|--|------------------------------------|----------------------|
| Total | 11 | 5.565 |
| Até 2.500 | 50 | 260 |
| Mais de 2.500 a 8.000 | 33 | 1.912 |
| Mais de 8.000 a 20.000 | 20 | 1.749 |
| Mais de 20.000 a 500.000 | 10 | 1.604 |
| Mais de 500.000 | 5 | 40 |

Fonte: IBGE (2013).

Os censos demográficos brasileiros consideram a composição da amostra de domicílios a partir das faixas populacionais dos municípios (tamanho) desde o Censo Demográfico de 1960. A partir de então os aspectos metodológicos vem sendo qualificados com objetivo de que municípios menores tenham estimativas mais precisas, portanto, apresentem menos erros e sejam mais confiáveis, especialmente para apoiar tomadas de decisões no âmbito da gestão pública (Pinheiro e Lima, 1998; Albieri e Freitas, 2008). Cabe destacar que este aspecto interessa de maneira muito próxima à demografia indígena, uma vez que, de acordo com o IBGE (BME, 2014), 64,7% da população autodeclarada indígena residia em municípios com até 50 mil pessoas. Consideração ainda mais relevante se considerarmos somente área rural, pois 82,3% dos indígenas estavam nestes municípios.

O procedimento de seleção de domicílios aplicado nos censos é chamado “amostragem complexa”, pois envolve a determinação de um plano amostral estratificado e conglomerado, com mais de um estágio de seleção (municípios, áreas de ponderação, setores censitários). Para que as estimativas geradas sejam robustas o suficiente nos níveis geográficos de interesse é considerado o emprego de fatores de expansão da amostra a partir das seguintes variáveis e seus respectivos códigos: Áreas de Ponderação (V0011); Controle (V0300); e Peso (V0010). Na montagem de bancos de dados, a variável controle (V0300) é a responsável pela ligação dos dados de domicílios às pessoas que neles residiam, uma vez que os arquivos dos dados são disponibilizados separadamente (IBGE, 2013).

Embora o desenho amostral originalmente executado seja seleção aleatória e com equiprobabilidade de domicílios particulares permanentes dentro de cada setor censitário, há princípios éticos que impedem a divulgação dos dados em nível de setor censitário. O que garante o sigilo de informações individuais é a divulgação dos microdados considerando as áreas de ponderação (agrupamentos de setores censitários) como os

menores níveis geográficos disponíveis, para os quais os dados podem ser expandidos. Os microdados devem ser expandidos a partir das áreas de ponderação, sendo que estas não devem ser maiores do que um município. A menor área de ponderação do Censo Demográfico 2010 possuía 400 domicílios em área não urbana, o que significa dizer que qualquer informação oriunda da amostra do censo de 2010 representa pelo menos 400 domicílios (Albieri e Freitas, 2008; IBGE, 2013).

A partir da definição do plano amostral, o IBGE determinou os valores de erros aproximados para estimativas de pessoas e domicílios informando os respectivos coeficientes de variação (CV) (Figura 3). Na maioria das publicações divulgadas pelo instituto são descritos os valores que informam sobre o percentual de variação das estimativas a partir do quantitativo de pessoas e domicílios amostrados. Se a estimativa calculada a partir da amostra se deu para um grupo de 100 pessoas, considerar que os valores podem apresentar variação de quase 30%, indicando maiores probabilidades de erros. Os valores são apresentados nos apêndices das publicações e naquela que descreve a metodologia do Censo Demográfico 2010, são apresentados os coeficientes de variação e erros estimados para dados amostrais representativos das unidades da federação (IBGE, 2013). As medidas que estimam estes erros (CV) devem ser consultadas sempre que houver dúvidas em relação ao padrão de representatividade da estimativa (Pessoa e Silva, 1998).

Figura I.1. Erro padrão e estimativa do coeficiente de variação (CV) aproximados para alguns tamanhos de estimativas de características de pessoas e domicílios – Brasil, Censo Demográfico, 2010.

| Características de pessoas | | | Características de domicílios | | |
|----------------------------|------------------------|--------|-------------------------------|------------------------|--------|
| Tamanho de estimativa | Erro padrão aproximado | CV (%) | Tamanho de estimativa | Erro padrão aproximado | CV (%) |
| 100 | 29 | 28,9 | 100 | 29 | 28,9 |
| 500 | 65 | 12,9 | 500 | 65 | 12,9 |
| 1 000 | 92 | 9,2 | 1 000 | 92 | 9,2 |
| 2 000 | 129 | 6,5 | 2 000 | 129 | 6,5 |
| 5 000 | 205 | 4,1 | 5 000 | 205 | 4,1 |
| 10 000 | 289 | 2,9 | 10 000 | 289 | 2,9 |
| 20 000 | 409 | 2,0 | 20 000 | 409 | 2,0 |
| 50 000 | 647 | 1,3 | 50 000 | 647 | 1,3 |
| 100 000 | 915 | 0,9 | 100 000 | 914 | 0,9 |
| 150 000 | 1 120 | 0,7 | 150 000 | 1 119 | 0,7 |
| 200 000 | 1 294 | 0,6 | 200 000 | 1 292 | 0,6 |
| 500 000 | 2 044 | 0,4 | 250 000 | 1 444 | 0,6 |
| 1 000 000 | 2 886 | 0,3 | 500 000 | 2 038 | 0,4 |
| 2 000 000 | 4 071 | 0,2 | 1 000 000 | 2 869 | 0,3 |
| 3 000 000 | 4 973 | 0,2 | 2 000 000 | 4 022 | 0,2 |
| 4 000 000 | 5 727 | 0,1 | 3 000 000 | 4 881 | 0,2 |
| 5 000 000 | 6 386 | 0,1 | 4 000 000 | 5 585 | 0,1 |
| 6 000 000 | 6 976 | 0,1 | 5 000 000 | 6 186 | 0,1 |
| 7 000 000 | 7 515 | 0,1 | 6 000 000 | 6 712 | 0,1 |
| 8 000 000 | 8 012 | 0,1 | 7 000 000 | 7 180 | 0,1 |
| 9 000 000 | 8 475 | 0,1 | 8 000 000 | 7 600 | 0,1 |
| 10 000 000 | 8 908 | 0,1 | 9 000 000 | 7 980 | 0,1 |
| 15 000 000 | 10 758 | 0,1 | 10 000 000 | 8 326 | 0,1 |
| 20 000 000 | 12 245 | 0,1 | 15 000 000 | 9 652 | 0,1 |
| 30 000 000 | 14 551 | 0,0 | 20 000 000 | 10 478 | 0,1 |
| 40 000 000 | 16 271 | 0,0 | 25 000 000 | 10 918 | 0,0 |
| 50 000 000 | 17 578 | 0,0 | 30 000 000 | 11 018 | 0,0 |
| 100 000 000 | 19 961 | 0,0 | 35 000 000 | 10 789 | 0,0 |
| 120 000 000 | 19 307 | 0,0 | 40 000 000 | 10 206 | 0,0 |
| 130 000 000 | 18 621 | 0,0 | 45 000 000 | 9 205 | 0,0 |
| 140 000 000 | 17 663 | 0,0 | 50 000 000 | 7 621 | 0,0 |
| 150 000 000 | 16 383 | 0,0 | 55 000 000 | 4 921 | 0,0 |
| 160 000 000 | 14 698 | 0,0 | 58 051 449 | | |
| 170 000 000 | 12 446 | 0,0 | | | |
| 180 000 000 | 9 219 | 0,0 | | | |
| 190 000 000 | 2 511 | 0,0 | | | |
| 190 755 799 | | 0,0 | | | |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.
Nota: Fração amostral efetiva: 10,67%.

Fonte: IBGE (2013: 645).

Adicionalmente, o documento de divulgação da metodologia utilizada no censo (IBGE, 2013) esclarece que são realizados procedimentos de imputação para domicílios fechados. Em termos operacionais, isto consistiu em selecionar um domicílio doador para cada domicílio fechado. No censo de 2010, o processo de imputação também foi considerado para domicílios em Terras Indígenas, considerando terras indígenas (TI) como unidade de análise. Ou seja, para cada domicílio encontrado fechado em TI, a ele foram “doadas” as mesmas características de outro domicílio entrevistado, selecionado através de amostragem aleatória simples (AAS). Fora das TI, os procedimentos de imputação levaram em conta o tamanho dos municípios, conforme descrito acima. Além da especificidade para os domicílios localizados em TI, o processo de imputação de domicílios também considerou a localização do domicílio em área urbana e rural (IBGE, 2013).

Microdados

Os resultados descritos nesta Tese foram elaborados a partir dos microdados da amostra do censo de 2010. De acordo com o IBGE, os microdados são definidos como:

“o menor nível de desagregação dos dados de uma pesquisa, representando o conteúdo dos questionários, sob a forma de códigos numéricos, preservando o sigilo estatístico com vistas a não individualização das informações, no que diz respeito à identificação do domicílio (endereço) e aos nomes dos moradores” (IBGE 2013: 56).

Estão disponíveis em arquivos eletrônicos no formato “.txt” e podem ser processados em softwares estatísticos, possibilitando cruzamento em diferentes agregações geográficas e a elaboração de inúmeras tabulações de acordo com objetivos e interesses particulares nas pesquisas. Ao acessar a página do IBGE para o download (www.ibge.gov.br), podem-se visualizar *links* que correspondem às 26 unidades da federação (UF) e o Distrito Federal (Figura 2). Ao clicar em um deles, o usuário tem opção de salvar o conjunto de microdados em arquivo compactado (.zip), que contém outros quatro diretórios: Pessoas, Domicílios, Emigração e Mortalidade (dimensões investigadas pelo censo que reúnem informações específicas sobre o tema) e que contém, individualmente, o arquivo “.txt”. Em cada um desses diretórios, além do arquivo .txt, encontram-se também outros arquivos, inclusive o dicionário de variáveis no formato .xls (®Microsoft Excel) denominado “*Layout_microdados_Amstra – 2010*”. É neste arquivo que estão descritos os significados das variáveis e como localizá-las no banco de microdados. Estão organizados por guias, cujos nomes se referem às dimensões das informações sobre pessoas, domicílios, emigração e mortalidade.

Para criação de banco de dados representativos para o país é necessário baixar diretórios com os arquivos dos microdados, disponíveis em formato .txt, para cada uma das unidades da federação e Distrito Federal. A agregação entre variáveis de ambos arquivos (domicílios e pessoas) se dá através da variável “controle (V0300)”, presente nos dois bancos, utilizando comando *merge files*, que liga cada pessoa a uma unidade domiciliar através de códigos numéricos. Todas as análises foram feitas considerando a expansão da amostra através da variável peso amostral (V0010), também disponível no conjunto dos microdados (IBGE, 2013).

Figura I.2. Página eletrônica do IBGE com os microdados do Censo Demográfico 2010, organizados em diretórios para as Unidades da Federação.



Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra/resultados_gerais_amostra_tab_uf_microdados.shtm. Acesso em 15 setembro 2014.

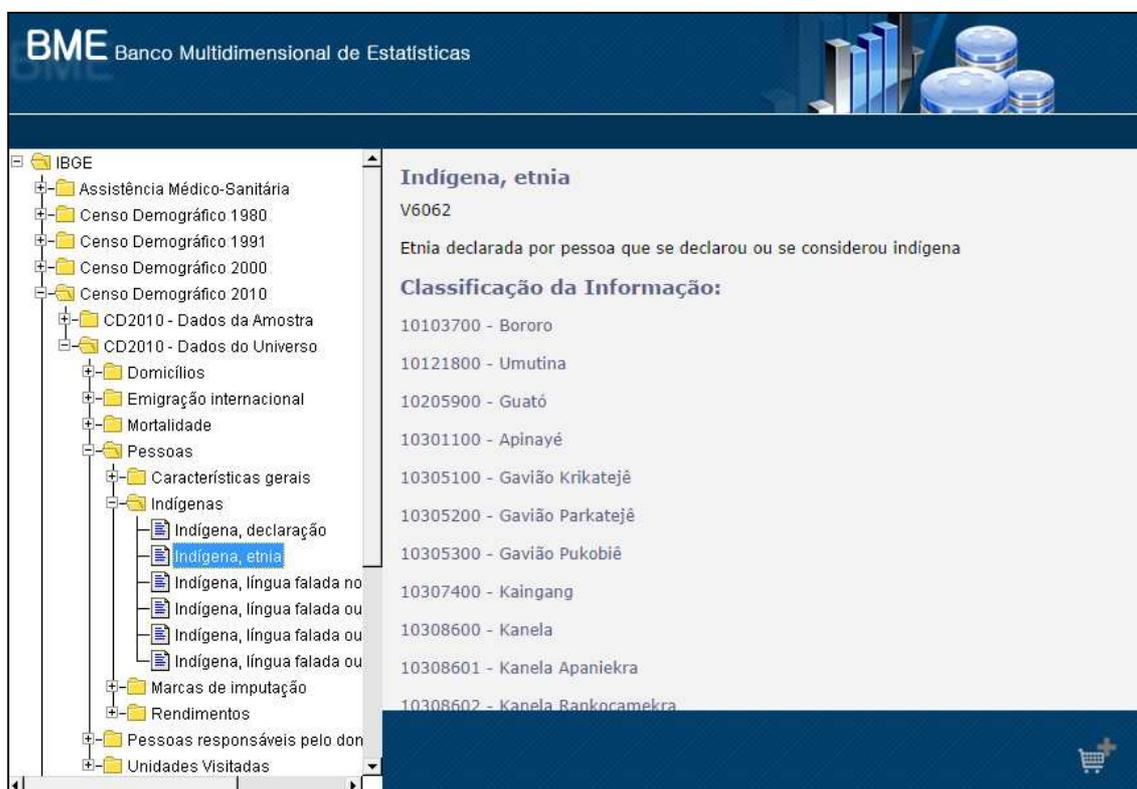
Banco Multidimensional de Estatísticas – BME

O BME é uma base de dados formada por microdados originados nas pesquisas estatísticas realizadas pelo IBGE, assim como pela metainformação associada a sua produção. As informações agregadas podem ser acessadas em meio eletrônico (<http://www.bme.ibge.gov.br>) e possuem acesso restrito (Figura 1). Uma importante vantagem do uso dessa ferramenta é que ela pode gerar tabulações pré-definidas, segundo níveis especiais de agregações geográficas que não estão disponíveis nos microdados. A ferramenta apresenta possibilidades de tabulações que identificam Terras Indígenas e também setores censitários específicos.

Os setores censitários são as menores unidades territoriais de coleta e o agrupamento delas é a base das informações sociodemográficas e econômicas para divulgação dos resultados dos censos demográficos. O tamanho dos setores variou de

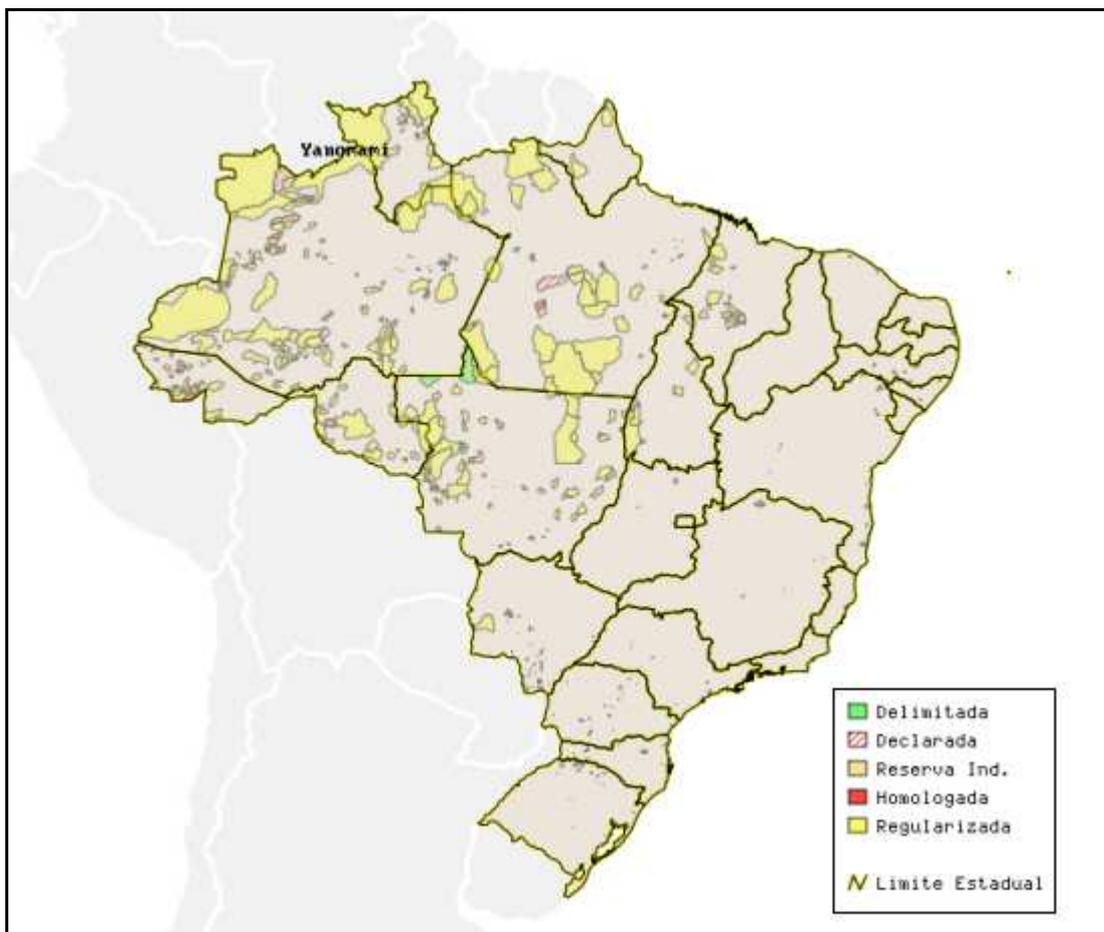
acordo com a situação dos domicílios, variando de 250 a 400 domicílios em áreas urbanas e de 150 a 250 para domicílios em área rural, desde que sua extensão territorial fosse menor do que 500 Km². Foram contabilizados 316.574 setores censitários no censo de 2010 (IBGE 2013). Os domicílios de setores censitários localizados em Terras Indígenas foram objeto de um tratamento à parte, no qual cada Terra Indígena configurou-se como sendo um estrato de domicílios, ou seja, os limites das terras eram coincidentes com um conjunto de setores. Foram contabilizados 2.830 setores censitários que compuseram o conjunto de terras indígenas (Figura I.4). O maior número de setores foi contabilizado na Terra Indígena Yanomami (129) (IBGE, 2011).

Figura I.3. Layout da página do BME com os microdados agregados do Censo Demográfico 2010, destacando diretório que apresenta as etnias indígenas.



Fonte: BME/IBGE. Disponível em www.bme.ibge.gov.br. Acesso restrito, em 13 de fevereiro de 2013.

Figura I.4. Terras indígenas no Brasil de acordo com situação fundiária (N = 425). 2015



Fonte: FUNAI, 2015.